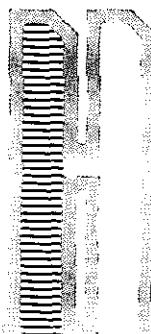




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 201

QUINTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 3ª SESSÃO, EM 22 DE DEZEMBRO DE 1993

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Avisos do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 531 a 533, de 17 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Requerimentos nºs 1.191, 1.152 e 1.153, de 1993, de autoria dos Senadores José Fogaça, Iram Saraiva e José Paulo Bisol, respectivamente.

1.2.2 — Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafo do seguinte projeto:

— Projeto de Lei da Câmara nº 248, de 1993 (nº 4.332/93, na Casa de origem), que regulamenta o parágrafo 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitorias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Inauguração da **Linha Verde**, rodovia litorânea que liga Salvador a Aracaju, no último dia 17, pelos Governadores João Alves Filho, de Sergipe, e Antônio Carlos Magalhães, da Bahia.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Registro de reunião de dirigentes partidários, objetivando acelerar a tramitação de projetos essenciais, tais como o do ajuste fiscal. Posição do PMDB em relação ao plano econômico do Ministro Fernando Henrique Cardoso.

1.2.4 — Requerimento

— Nº 1.445, de 1993, de autoria do Senador Aureo Mello, solicitando que seja considerado, como licença autorizada, o período de 22 do corrente a 5 de janeiro de 1994. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.5 — Comunicação

Do Senador Affonso Camargo, de ausência do País, no período de 23 de dezembro do corrente a 5 de janeiro de 1994.

1.2.6 — Comunicações da Presidência

Recebimento de expediente do Presidente do Supremo Tribunal Federal, no qual comunica que aquela Corte, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 939-7/600, declarou a inconstitucionalidade da expressão “o art. 150, III, b e VI, nem”, contida no parágrafo 2º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 3, de 1993, e em consequência, declarou a inconstitucionalidade do art. 28 da Lei Complementar nº 77, de 1993, na parte em que permitiu a cobrança do IPMF no ano de 1993.

Recebimento do Ofício nº S/178, de 1993 (nº 493/93, na origem), do Governo do Estado da Paraíba, solicitando do Senado Federal, autorização para que possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

1.2.7 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON — Ocorrência de uma verdadeira revolução ética no atual momento brasileiro. Retrospectiva da atuação do Congresso Nacional no ano de 1993. A questão da impunidade no Brasil.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Artigo de sua autoria intitulado **O PSDB e a mudança**, publicado no jornal **Tribuna da Bahia**, do último dia 12. Carta do Deputado Waldir Pires ao Presidente da CPI do Orçamento, Senador Jarbas Passarinho, rebatendo acusações



EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semanal

Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

do Sr. Antonio Carlos Magalhães, relativamente à contratação de financiamento de obras junto à Caixa Econômica Federal, durante a gestão de S. Ex^t no Governo da Bahia.

1.2.8 — Requerimento

— Nº 1.446, de 1993, de autoria da Senadora Eva Blay, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1992.

1.2.9 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR NEY MARANHÃO — Outorga do Prêmio Interamericano de Cultura Gabriella Mistral da OEA ao artista plástico recifense Francisco Brenam.

1.3. ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras providências. **Retirada da pauta nos termos do art. 175 "e", do Regimento Interno.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1993 (nº 162/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 126, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca, adotada por ocasião da 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1966. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1993 (nº 147/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de março de 1991. **Votação adiada por falta de quorum.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 62, de 1991, que altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal. Aprovada. À promulgação.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSAPHAT MARINHO — Definição de responsabilidades do Governo e do Congresso Nacional no encaminhamento de propostas à revisão constitucional e na busca de solução para a crise brasileira.

SENADORA MARLUCE PINTO — Observações sobre proposta revisional apresentada pelo Deputado paulista Tuga Angerami, revertendo o Estado de Roraima à condição de território federal.

SENADOR JÚLIO CAMPOS — Situação do PIB brasileiro. Saída do Senador Alexandre Costa do Ministério da Integração Regional.

SENADOR JOÃO CALMON — Homenagem ao Padre Cleto Caliman, de Venda Nova do Imigrante — ES.

SENADOR MARCO MACIEL — Posse do escritor Ariano Suassuna na Academia Pernambucana de Letras.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Campanha dos ex-funcionários da TELERJ e da EMBRATEL, demitidos no Governo Collor, pela sua reintegração.

SENADOR ODACIR SOARES — Apelo ao Departamento Nacional de Combustíveis e ao Ministério das Minas e Energia, no sentido do estabelecimento de medidas compensatórias na Amazônia, caso se confirmem a desequalização do preço dos combustíveis, a propósito de ofício recebido da Associação Brasileira dos Armadores de Navegação Interna - ABANI.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — RETIFICAÇÕES

Ata da 234ª sessão, realizada em 09-11-93

3 — ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 600 e 601, de 1993

Nºs 547 e 548, de 1993 (Republicações)

Nºs 120/92 e 268/93 (Apostilas)

4 — ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 88 a 90, de 1993

Nº 73, de 1993 (Republicação)

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES

Ata da 3^a Sessão, em 22 de dezembro de 1993

10^a Sessão Legislativa Extraordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs.: Chagas Rodrigues, Pedro Teixeira e Bello Barga

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Affonso Camargo _ Bello Parga _ Dirceu Carneiro _ João Calmon _ João Rocha _ José Richa _ Lourival Baptista _ Mauro Benevides _ Pedro Teixeira _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira) — A lista de presença acusam o comparecimento de 10 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte.

EXPEDIENTE

AVISOS DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

Nº 531 a 533, de 17 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Requerimentos nº 1.191, 1.152 e 1.153, de autoria dos Senadores José Fogaça, Iram Saraiva e José Paulo Bisol, respectivamente.

As informações foram encaminhadas, em cópias aos requerentes.

OFÍCIO

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do acordo orador do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 248, DE 1993 (nº 4.332/93, na Casa de origem)

Regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas nº S-50-GM-5, de 19 de junho de 1964, e S-285-GM-5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus à reparação de natureza econômica prevista nesta lei.

Art. 2º A reparação de que trata este artigo consistirá:

I — na indenização pecuniária dos direitos feridos pela impossibilidade de ter exercido, na vida civil, as atividades profissionais específicas citadas nesta lei;

II — na concessão de aposentadoria a que, por via de consequência, teriam feito jus naturalmente, na inatividade, caso não tivesse ocorrido a impossibilidade de exercer tais atividades profissionais.

Art. 3º A indenização de que trata o inciso I do artigo anterior será calculada da seguinte forma:

I — para os pilotos de qualquer categoria, os oficiais aeronautas e os oficiais aviadores-engenheiros corresponderá um salário de comandante de Boeing 737, vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos desde que o beneficiário desta lei ficou impedido de exercer a profissão até a revogação das portarias reservadas do Ministério da Aeronáutica;

II — para os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de Espl. Av. EspCom e Q AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de At-MV, AT-AV, AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT, CE, AT-SL, AT-MO, AT-SE, AT-CM, AT-HE, AT-IT, AT-PI, AT-CP, MR-SEAU, MR-SHAU, e MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TE, RT-VO e AT-CV, aos quais se equivalem, também, respectivamente, os comissários de bordo, os mecânicos de vôo, os mecânicos I e os despachantes de vôo, no âmbito da aviação comercial, corresponderá um salário idêntico ao topo de sua categoria, vigente à data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos desde que o beneficiário desta lei ficou impedido de exercer a profissão até a revogação das portarias reservadas do Ministério da Aeronáutica.

Parágrafo único. O valor do salário de que tratam os incisos deste artigo será fornecido pelo sindicato da categoria a que pertencer o beneficiário da reparação.

Art. 4º A aposentadoria de que trata o inciso II do art. 2º será concedida após a apresentação de requerimento, firmado pelo beneficiário da reparação na forma do art. 10, e paga pela Previdência Social, por conta da União, através do órgão de pagamento de benefícios mais próximo do domicílio do requerente, com vigência a partir de 5 de outubro de 1988, com recursos adiantados em contas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º O pagamento em moeda corrente nacional corrente do quanto vier a ser calculado, na forma do art. 3º, isento de qualquer tributo, far-se-á em até sessenta dias da data da promulgação desta lei, através de crédito liberado em conta, em favor do beneficiário da reparação, que indicará, no requerimento a que se refere o art. 10, a Agência do Banco do Brasil S.A. onde pretende seja realizado o depósito.

Art. 6º A reparação de que trata o inciso I do art. 2º será considerada crédito de natureza alimentícia e estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada na forma do art. 3º até a data do falecimento ou na data ali indicada se o falecimento tiver sido posterior, e ser paga de acordo com o estabelecido no artigo anterior.

Art. 7º O valor da aposentadoria de que trata esta lei corresponderá aos salários constantes dos incisos I e II do art. 3º, para as respectivas categorias, cujos reajustes salariais serão informados pelos sindicatos dos aeronautas e aeroaviários, sempre que ocorrerem.

Art. 8º Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o art. 10, devendo apresentar os documentos que façam prova de sua condição sucessória.

Art. 9º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação própria dos Encargos Previdenciários da União-Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 10. Os beneficiários contemplados por esta lei, a partir de sua promulgação, habilitar-se-ão à reparação econômica a eles destinada, mediante requerimento que comprove esta condição, dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda, no caso do disposto no inciso I do art. 2º, e ao Ministro de Estado da Previdência Social para os efeitos do inciso II, também do art. 2º, entregue nas respectivas delegacias regionais mais próximas dos seus domicílios.

Parágrafo único. Os documentos comprobatórios de que trata o *caput* deste artigo serão:

I — para os aeronautas e aeroaviários, a cópia do *Diário Oficial da União* que publicou a sanção imposta ao requerente, por ato institucional ou complementar, a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e a certidão fornecida pelo sindicato respectivo;

II — para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico que comprovem ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais Aviadores, Oficiais Aviadores-Engenheiros, ou aos quadros e subespecialidades referidos nesta lei, assim como a data em que sofreu a sanção imposta por ato institucional ou complementar, ou cópia do *Diário Oficial da União* que publicou a referida sanção e a certidão do salário vigente de sua categoria fornecida pelo sindicato respectivo.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

(*À Comissão de Assuntos Econômicos.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira) — O Expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista, primeiro orador inscrito.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 18 de junho de 1991, anunciei e aplaudi desta Casa o propósito do Governo da Bahia e do Governo de Sergipe de promover a execução das obras mais importantes para o desenvolvimento dos dois Estados, principalmente pelo estímulo que seria dado ao turismo na região.

Tratava-se, Sr. Presidente, da construção de uma estrada asfaltada, com extensão de 142Km, integrando pelo litoral norte da Bahia sua capital, Salvador, aos trechos litorâneos já construídos no Estado de Sergipe, até Aracaju, o que encurtaria, desta forma, em 100Km a distância entre as duas cidades e em 1/4 a duração da viagem no referido percurso.

Essa estrada, Sr. Presidente e Srs. Senadores, antiga esperança das populações litorâneas dessa região, antes isoladas

por vicinais de manutenção precária, quase intransitáveis no inverno, desestimulando investimentos e prejudicando o escoamento da produção, iria integrar à economia uma das regiões litorâneas mais bonitas e ainda *inexploradas no Nordeste*.

Nascido no Município de Entre-Rios, povoado Sítio do Meio, conheço esta região desde a minha mocidade, trilhando por caminhos de difícil acesso, em que as verdadeiras aventuras, sempre fui defensor dessa "Rodovia dos Cocos", ou Linha Verde, como passou a ser chamada, porque além de beneficiar diretamente o litoral de Entre-Rios, o ligaria à Mata de São João, Esplanada, Conde e Jandaira, abrindo caminho pela beira da praia até Salvador e Aracaju.

Assim, quando o Governador Antônio Carlos Magalhães anunciou, em 1991, o seu propósito de construir a Linha Verde em prazo recorde, e, em julho de 1993, comunicou o avançado estado dos trabalhos, manifestei nessas duas ocasiões, neste plenário, o meu entusiasmo e o meu apoio por este magnífico empreendimento que seria integrado a diversos trechos já construídos em Sergipe pelo Governador João Alves Filho.

Na última sexta-feira, dia 17 do corrente, o Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, e o Governador João Alves Filho, de Sergipe, acompanhados de grande comitiva e dezenas de carros, fizeram o percurso inaugural dos 142Km da nova estrada, a BR-099, antiga "Rodovia dos Cocos", porque atravessa os extensos coqueirais da orla marítima, mas que, agora, devido à preocupação ecológica em preservar e proteger a riqueza ambiental, defendida por autoridades e ambientalistas, em sua nova concepção, mereceu a denominação de Linha Verde.

A título de curiosidade, para demonstrar a grande preocupação com o meio ambiente, ressalto que, para evitar a derrubada de árvores e de se retirar madeira das matas locais, as cercas que margeiam a estrada são de estacas de cimento, e na construção das diversas pontes o escoramento foi feito com vigas de aço. Qualquer construção que se pretenda nas vizinhanças dessa estrada deverá ser previamente apreciada pelo Conselho Estadual de Proteção Ambiental, pois toda a faixa compreendida entre o mar e os 10Km para o interior faz parte da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte, recentemente criada, e que será ocupada mediante rígido controle.

A Linha Verde, Sr. Presidente e Srs. Senadores, atravessa uma faixa belíssima do litoral brasileiro, lugares verdadeiramente paradisíacos, sombreados de coqueirais, abundantes em frutos tropicais, peixes, mariscos e toda esta riqueza oceânica do Nordeste.

Abre ao turismo brasileiro praias, povoados e localidades até então conhecidas apenas por um público seletivo e amante da natureza e de recantos mais isolados e tranqüilos. Agora o turismo brasileiro vai ter melhor acesso à Praia do Forte, Porto do Sauípe, Subaúma, Palame, Bajios, Sítio do Conde, Siribinha, Barra do Itariri, Costa Azul e Mangue Seco, trazendo riqueza e progresso para estas regiões.

Ao custo de 44,6 milhões de dólares, em tempo recorde ficou pronta a tão esperada "Rodovia dos Cocos", ou a Linha Verde, que já coloca à disposição do público 40 ônibus, em diversos horários e trajetos, postos da Polícia Rodoviária Estadual, e outros itens de infra-estrutura para promover a sua utilização, já a partir deste fim de ano.

Gostaria de ter comparecido, juntamente com o Senador Albano Franco, ao ato inaugural que ocorreu no povoado de Itanhi, divisa entre os dois Estados, e com a presença

dos dois Governadores e grande público, mas, lamentavelmente, nessa ocasião, encontrava-me no Recife, onde fui assistir a uma Sessão Especial do Tribunal Regional Federal, em homenagem póstuma ao Ministro Geraldo Sobral, meu genro.

Com alegria, quero enviar ao Governador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, e ao Governador de Sergipe, João Alves Filho, os meus cumprimentos e o meu aplauso pela conclusão dessa obra tão importante para o progresso da Bahia, de Sergipe e do Nordeste, que agora poderá mostrar ao Brasil e ao mundo mais esse admirável cenário de suas belezas naturais.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição com o meu pronunciamento das seguintes notícias publicadas no jornal *A Tarde*: "Litoral norte faz festa para a Linha Verde" e "Linha Verde será inaugurada hoje por dois Governadores", edição de 17 de dezembro de 1993; e "Governadores inauguram Linha Verde" e "Bahia e Sergipe comemoram inauguração da Linha Verde", edição de 18 de dezembro de 1993.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

A Tarde

Salvador, Bahia — Sábado — 18-12-1993

GOVERNADORES INAUGURAM A LINHA VERDE

Num clima de festa bem baiano, os governadores Antonio Carlos Magalhães, da Bahia, e João Alves, de Sergipe, inauguraram ontem a Linha Verde, rodovia de 142km de extensão, que liga a Praia do Forte à divisa de Sergipe. O ponto alto da festa aconteceu em Itanhi, povoado que fica na divisa entre os dois estados, quando os governadores descerraram a fita inaugural. A BA-099, também conhecida como "estrada ecológica", vai proporcionar muitos benefícios à região do litoral norte, além de encurtar em 100km o tempo de viagem entre os dois estados.

BAHIA E SERGIPE COMEMORAM INAUGURAÇÃO DA LINHA VERDE

Bernardo de Menezes

As comunidades do litoral norte baiano tiveram ontem um dia bem diferente, com a grande movimentação de técnicos, políticos e jornalistas que participaram da inauguração da Linha Verde, rodovia de 142km de extensão que liga Praia do Forte à divisa com Sergipe. O ponto alto da festa organizada para marcar a data aconteceu no início da tarde quando os governadores da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, e de Sergipe, João Alves, descerraram a fita inaugural em Itanhi, povoado que fica na divisa entre os dois estados.

A BA-099, também chamada de "estrada ecológica" pelo governo do estado, abriu grandes perspectivas das belas localidades litorâneas saírem do estado de semi-abandono em que se encontravam antes da construção para um desenvolvimento decorrente do incremento imobiliário, turístico e comercial. De fato, há vários anos todo o trecho entre o final da Estrada do Coco (Praia do Forte) e a divisa com Sergipe aguardava o tão prometido asfaltamento que, entre os principais benefícios, proporcionaria encurtar o tempo de viagem entre os dois estados, além do desenvolvimento comercial da região, habitada por cerca de 120 mil pessoas, segundo cálculos do governo.

VISITAÇÃO

A comitiva formada pelo governador Antonio Carlos Magalhães, secretários de estado, deputados e técnicos partiu de Praia do Forte por volta das 10h30min. A presença de um trio elétrico, banda de percussão, grupos folclóricos e outras manifestações deram clima bem baiano à festa em Praia do Forte.

Durante o percurso a comitiva parou em localidades conhecidas pelas belas e pouco exploradas praias, como Baixios e Subaúma. Mas foi em Itanhi, município de Jandaíra, que todo o grupo assistiu ao ato inaugural, que também contou com a presença do Senador Albano Franco. João Alves Filho lembrou que hoje a Bahia é o principal polo emissor de turistas para Sergipe e a Linha Verde chegou para multiplicar e enriquecer o aspecto econômico desse setor. Assinalou ainda que ontem mesmo presidiu uma reunião entre vários prefeitos da região sul sergipana, onde discutiram formas de maior aproximação comercial entre os dois estados.

A visitação foi encerrada no município de Conde, já de volta para Salvador, com muitos discursos feitos em palanque armado na praça principal. Novamente trio elétrico, bandas, fanfarras e grupos folclóricos animaram o evento. Conde fica a cerca de 10km de Praia do Forte, tem aproximadamente 20 mil habitantes e praias muito bonitas como Barra do Itariri, Sítio do Conde e Siribinha. Durante a alta estação a população aumenta significativamente neste local, cuja infra-estrutura hoteleira tenta acompanhar a demanda, que crescerá substancialmente com a presença da Linha Verde.

POPULAÇÃO TEME DEPREDAÇÕES

Moradores e freqüentadores mais conscientizados esperam agora que o governo saiba honrar o título de "estrada ecológica" dado à Linha Verde, cuja construção custou US\$44,6 milhões, segundo dados oficiais. Os técnicos informam que seu traçado agride o mínimo possível a fauna e a flora, dunas e lagoas. Com a criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA-LN) toda uma faixa de 10km entre o mar e o interior deverá ter sua ocupação disciplinada ao longo do trajeto da Linha Verde. Qualquer empreendimento hoteleiro, residencial, comercial e demais atividades deverá ter seus projetos analisados por técnicos do Conselho Estadual de Proteção Ambiental, que darão ou não autorização para executar.

"Espero que realmente o governo não se sobre às influências econômicas e políticas de muitos interessados que aparecerão", comentou Alexandre Nunes de Almeida, frequentador do Sítio do Conde, preocupado com a poluição e o desmatamento na região. Os técnicos lembraram que a preocupação com o meio ambiente considerou detalhes desconhecidos por muitos. Na construção das pontes, por exemplo, não empregou método tradicional, usando-se vigas de aço em vez de escoramento convencional, que emprega muita madeira e costuma poluir rios com a queda de materiais. Também economizou-se madeira na implantação da cerca que delimita a faixa de domínio da estrada. Oitenta por cento delas são de cimento.

O secretário estadual de Energia, Transportes e Comunicação, Raimundo Brito informou que quatro interessados já encaminharam ao Derba pedidos de autorização para implantar postos de combustíveis às margens da rodovia. Entretanto as exigências são de que os serviços sejam instalados pelo menos a 50 metros do eixo da pista, portanto fora de sua faixa de domínio. Há também a exigência de que os proprie-

tários empreguem tratamento especial aos rejeitos, como óleo, esgotos e outros detritos. Também empreendedores hoteleiros demonstraram interesse em ocupar a Área de Proteção Ambiental.

TRANSPORTE JÁ ESTÁ GARANTIDO

O início da construção da Linha Verde foi em junho do ano passado e seu trajeto corta os municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra. Pouco antes da obra terminar, as comunidades locais já demonstravam preocupação com a implantação de uma infra-estrutura adequada em face às expectativas de grande crescimento na região, considerada paradisíaca e um grande filão turístico. O governo garante que 40 ônibus novos pertencentes às quatro empresas vencedoras de concorrência pública já estão à disposição de moradores e freqüentadores.

São cerca de 2.200 horários por mês que partem de Salvador para servir todo o trajeto da rodovia, o que representa economia de tempo de viagem se comparado com o deslocamento pelo interior. A implantação da estrada estimulou as prefeituras a melhorar os acessos à praia, que somam cerca de 30km de vias asfaltadas. Em muitos lugarejos da região o acesso ainda é difícil e o aumento da demanda certamente estimulará seu melhoramento, a exemplo do trecho que liga Barra do Itariri a Conde, ainda sem asfalto. A Linha Verde conta com dois postos de Polícia Rodoviária Estadual (Subaúma e Conde) e um posto da Secretaria da Fazenda próximo a Itanhi. Terá ainda posto de pesagem de veículos para coibir o tráfego de cargas com excesso de peso.

Segundo o governo, já foi iniciada a construção, pela Coelba, da Subestação de Guarajuba, que atende a uma área situada nos primeiros quilômetros da nova rodovia. Outras obras complementares de distribuição de energia foram realizadas na região de Subaúma, Palame-Baixio e Conde.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA 22-12-93

A Tarde

Salvador, Bahia Sexta-feira 17-12-1993

LITORAL NORTE FAZ FESTA PARA A LINHA VERDE

Dois governadores, o da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, e o de Sergipe, João Alves, inauguraram hoje, com festa, a Linha Verde, primeira estrada ecológica brasileira, com 142km, que liga Salvador a Aracaju pelo litoral norte. A estrada, cuja implantação custou US\$44,6 milhões, foi construída dentro dos padrões especiais que preservam o ecossistema, rico em manguezais, dunas, restingas e lagoas. A expectativa é que, com a sua implantação, haja um incremento ao turismo local, em benefício de 120 mil pessoas da região (A Tarde Municípios).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA 22-12-93

A Tarde

Bahia, 17 de dezembro de 1993, ano VIII, nº 817 Municípios

LINHA VERDE SERÁ INAUGURADA HOJE POR DOIS GOVERNADORES

Resultado de um investimento de US\$44,6 milhões do Estado da Bahia, a rodovia Linha Verde, ligando Bahia e

Sergipe pelo litoral, será inaugurada hoje pelos governadores Antonio Carlos Magalhães e João Alves, de Sergipe. A linha verde corta os territórios dos municípios baianos de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, guardando uma distância mínima de dois quilômetros do mar. Na Bahia, o ponto de início da rodovia fica na localidade de Praia do Forte, no final da chamada Estrada do Coco, e seu fim fica no povoado de Itanhi, no município de Jandaíra, na divisa da Bahia com Sergipe. A construção da rodovia despertou a atenção das entidades de proteção ambiental, preocupadas com uma possível destruição das riquezas naturais da região do litoral norte baiano, que precisa preservar seus inúmeros manguezais, dunas, lagoas e estuários. Para atender às exigências das entidades ambientalistas, o governo estadual criou a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APALN) e decretou que ao longo da rodovia todo empreendimento a ser instalado a até 10km do mar terá que passar por avaliação do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepram). Diversos povoados próximos à rodovia também foram beneficiados com asfaltamento e encascalhamento: Praia do Forte, Porto Sauípe, Subaúma, Palame/Baixio, Sítio do Conde, Costa Azul e Mangue Seco.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, os dirigentes partidários reuniram-se ontem em Brasília, objetivando deliberar sobre aquelas matérias que, no âmbito do Congresso, devam merecer, realmente, o privilégio de uma tramitação mais acelerada.

Dentre tais proposições, o ajuste fiscal figurou entre os temas que deveriam merecer o estudo e o debate com características prioritárias.

Permiti-me, por isso, Sr. Presidente, antecipando-me até à comunicação formal do Presidente do meu Partido, Luiz Henrique, que até hoje não fez chegar à Bancada do Senado aquela decisão, vir à tribuna para deixar muito clara uma posição que se amplia no âmbito da Bancada peemedebista nesta Casa Legislativa.

Se estamos dispostos a oferecer ao Governo o suporte de apoio financeiro indispensável para a consecução das metas que permitem o acerto das contas públicas e a retomada do processo de desenvolvimento, por outro lado, temos feito restrições a alguns itens da proposta inicial do Ministro Fernando Henrique Cardoso.

Ainda, ontem, também, Governadores do Nordeste se reuniram com o titular da Pasta da Fazenda e, naquela ocasião, consultados sobre o plano econômico, manifestaram, segundo divulga a imprensa, sérias restrições à retenção de 15% do fundo destinado aos Estados e Municípios.

Eu mesmo, Sr. Presidente, tenho recebido do meu Estado significativas demonstrações de protesto contra essa proposta do Ministério da Fazenda, exatamente porque, em termos de Ceará e de Nordeste, essa proposição chega numa hora inadequada, quando uma crise de grandes proporções ali se alastrá, como é do pleno conhecimento da opinião pública brasileira.

Anteontem, Sr. Presidente, recebi do meu companheiro de partido, o ex-Prefeito de Fortaleza Juraci Magalhães, que é o nosso virtual candidato ao governo do Estado, uma significativa mensagem dirigida ao Senador Cid Sabóia de Carvalho e a mim, para que levássemos o seu pensamento ao conhecimento

mento dos demais Membros da Bancada e ao próprio Plenário do Senado Federal, para que não permitamos que esse item da Proposta Fernando Henrique Cardoso venha a prevalecer, na sua tramitação no Senado Federal.

Diz a mensagem do ex-Prefeito Juraci Magalhães:

“Estamos convencidos da necessidade premente de o Governo Federal promover reformas sérias e profundas para recuperar e equilibrar a economia nacional. Somos da opinião que o desenvolvimento do Brasil depende desse equilíbrio de forma sustentada; depende da redução da inflação a patamar compatível com a nossa condição de sociedade em desenvolvimento; depende de um modelo distributivo mais democratizado e menos desumano, da renda nacional; depende, finalmente, do disciplinamento das taxas de juros em níveis tais que estimulem investimentos no setor produtivo ao invés de fomentar a especulação financeira, que, perversamente, penaliza a grande maioria da população brasileira.

Não podemos concordar, todavia, que o Governo Federal adote medidas de equilíbrio do Tesouro às custas dos Estados e Municípios como pretende o Plano Fernando Henrique Cardoso II.

Aliás, o PMDB vem discutindo em todo o Brasil, desde 12 de setembro de 1993, com seus dirigentes e filiados, um novo desenho programático, em cuja proposta sobre o tema “O Sistema Federal e os Subsistemas Regionais” sentencia:

Entende o PMDB que a política fiscal de equilíbrio das contas de União, entre despesa e receita, só faz sentido se não se fizer à custas do equilíbrio das contas dos Estados e Municípios”.

Comungando com esse ideal, posiciono-me contra a medida preconizada pelo plano Fernando Henrique Cardoso II que reduz em 15% o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, os quais, principalmente no Norte e Nordeste, não suportariam tamanha sangria.

Com base nas razões ora expostas, pedimos ao companheiro — dirigindo-se a mim o Dr. Juraci Magalhães — “que empreste seu incondicional apoio congressual à rejeição daquela esdrúxula proposta do Executivo, concitando os seus pares e liderados a agir de igual forma, de modo a impedir que se cometa essa agressão aos Estados e Municípios e a cada um de seus habitantes. Esperamos também que no raio de suas mais amplas ações sejam feitas gestões, de sorte a multiplicar nosso apelo.”

Assina: Dr. Juraci Magalhães, que é o Vice-Presidente do PMDB Regional e virtual candidato do nosso Partido ao Governo.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o posicionamento firme de um homem que dirigiu a Prefeitura da nossa cidade, Fortaleza, e que agora, com a projeção nacional e regional que granjeou — a nacional por ter sido considerado um dos melhores prefeitos do País, e a regional, pela sua condição de provável candidato peemedebista ao Governo do Estado — se manifesta de forma clara e incisiva contra esse item do Plano Fernando Henrique Cardoso.

E é exatamente para dar conhecimento ao Senado Federal, à nossa Bancada e, sobretudo, à sociedade civil brasileira

que entendi do meu dever vir à tribuna, na manhã de hoje, expressar, de forma meridiana e incisiva, o nosso ponto de vista, para que o Ministro Fernando Henrique Cardoso reformule a sua concepção inicial, a fim de não permitir que Estados e Municípios vejam dilapidadas as suas finanças, em virtude da retenção de 15% do FPE e do FPM.

Estou absolutamente convicto de que o Ministro, atendendo a este apelo que agora se formaliza e a outros que com mais anterioridade já foram feitos desta tribuna e da tribuna da Câmara dos Deputados, enfim, aos apelos dos próprios Governadores, se mostre receptivo e exclua, antes que nós o façamos, esse item da proposta inicial enviada ao Congresso brasileiro.

O Sr. Lourival Baptista — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com imenso prazer, Senador Lourival Baptista!

O Sr. Lourival Baptista — Ouço V. Ex^a, eminente Senador Mauro Benevides, com muita atenção. Creio que V. Ex^a tem razão em fazer a defesa de seu Estado. Com relação a um dos trechos de seu discurso, penso que o Presidente não foi bem-informado a respeito. Fizemos um pronunciamento, na semana passada, referente àquele decreto que determinava que durante 90 dias não se pagaria nada a instituições que porventura tivessem algo a receber. Eu protestei daqui, afirmando que acreditava que o Presidente estava mal-assessorado, o que deve ter ocorrido também nesse caso que V. Ex^a está expondo. Na verdade, o Governo poderia estipular o prazo de 90 dias para aquelas instituições e prefeituras que tivessem dívidas com o mesmo, que não tivessem prestado as suas contas. Com relação ao Estado de Sergipe, por exemplo, denunciei que o tradicional Hospital de Cirurgias cerrou as suas portas, porque recebia subvenções e as mesmas foram suspensas por 90 dias. Ora, que se suspendam as subvenções daqueles que estão inadimplentes, daqueles que não prestaram contas, daqueles que não souberam fazer o que deviam ter feito. Com relação àquele caso, eu afirmei, desta tribuna, em meu pronunciamento, que o Presidente foi mal-assessorado, e agora eu me solidarizo com V. Ex^a pelo seu pronunciamento em defesa do seu Estado.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex^a, nobre Senador Lourival Baptista. Estou também informado de que na reunião realizada, ontem, entre o Ministro Fernando Henrique Cardoso e os Governadores, o Governador do Estado de V. Ex^a, João Alves Filho, também expressou o seu descontentamento diante dessa norma inserida no Plano Fernando Henrique Cardoso.

Estou, portanto, aqui, Sr. Presidente, a fim de deixar definida a nossa posição, para que o Congresso reformule a proposta de ajuste fiscal, enviada pelo titular da Pasta da Fazenda, e, sobretudo, o faça neste item, excluindo aquela retenção de 15% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Pessoalmente, como Senador, pretendo defender essa posição, indo, assim, ao encontro dos anseios daqueles brasileiros, sobretudo dos nordestinos, que, nesta hora, já enfrentando grandes dificuldades, não poderiam suportar — ainda mais — esse grande prejuízo na Receita Pública dos Estados nordestinos e dos municípios que integram aquela região do território nacional.

Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides, o Sr. Pedro Teixeira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Nobre Senador Mauro Benevides, para esclarecimento: V. Ex^o leu a manifestação do Prefeito de Fortaleza, ou está solicitando a inserção?

O SR. MAURO BENEVIDES — Sr. Presidente, fiz a leitura do documento, durante o meu pronunciamento, e, implicitamente, passou o mesmo a integrar o meu discurso.

A idéia inicial era pedir a transcrição, mas, já que fiz a sua leitura, evidentemente, creio que já foi preenchido o seu grande objetivo pedagógico. Sobretudo, porque trouxe ao conhecimento desta Casa a opinião de um Líder da maior preeminência na vida política do Estado e, se depender da nossa vontade, o candidato do PMDB, ao Governo cearense.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Muito obrigado, nobre Senador Mauro Benevides.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 1.445, DE 1993

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 1º, do art. 13, do Regimento Interno, seja considerado como licença autorizada minha ausência aos trabalhos da Casa no período de 22 de dezembro de 1993 a 5 de janeiro de 1994.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 1993. — Senador Áureo Mello.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 39, alínea a do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País no período de 23 de dezembro de 1993 a 5 de janeiro de 1994, em viagem de caráter particular com destino a Washington, Estados Unidos da América. — Senador Affonso Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu do Supremo Tribunal Federal expediente no qual comunica que aquela Corte, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 939-7/600, declarou a inconstitucionalidade da expressão “o art. 150, III, b e VI, nem” contida no § 2º do art. 2º da Emenda Constitucional n° 3, de 1993, e, em consequência, declarou a inconstitucionalidade do art. 28 da Lei Complementar n° 77, de 1993, na parte em que permitiu a cobrança do IPMF no ano de 1993.

O expediente será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — A Presidência recebeu, do Governo do Estado da Paraíba, o Ofício n° S/178, de 1993 (n° 493/93, na origem), solicitando, nos termos da Resolução n° 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para que possa contratar operação de crédito, para os fins que específica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Económicos, onde aguardará a complementação dos documentos necessários à sua instrução.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o terceiro ano consecutivo em que este Senado e este Congresso ficam praticamente sem recesso, levando adiante suas atividades em convocação extraordinária, já que os trabalhos foram prorrogados até o dia 15 de fevereiro. Em outras palavras, durante todo o recesso.

É fácil compreender as razões pelas quais, desta vez, foram prorrogados os trabalhos do Congresso Nacional: a CPI, que investiga as denúncias de corrupção no nosso Orçamento e está em pleno andamento, os prazos da Revisão Constitucional e a Proposta de Reforma Fiscal do Governo para combater o déficit orçamentário.

É nesse sentido que quero salientar a reunião, ocorrida ontem, dos presidentes dos partidos políticos, da qual participei, discutindo e debatendo a situação e a forma através da qual os partidos políticos podem colaborar nesse processo por que passa o Brasil.

Confesso que fiquei muito feliz ao ver ali praticamente todos os presidentes de partidos políticos, sentados em torno da mesa. Sem dúvida há desavenças, mas senti, ali, a determinação de todos para colaborar na busca de uma saída para a hora que vivemos.

Ouví o Lula, por exemplo, dizendo que o PT era favorável à votação, com toda a urgência, de uma proposta que buscasse o equacionamento, a solução dos problemas brasileiros. E todos defenderam a mesma tese.

Eu pude concluir, dessa reunião, que os presidentes de todos os partidos reconhecem que as divergências existem, que as candidaturas à Presidência da República estão nas ruas, que os interesses são diferentes, mas reconhecem, acima de tudo, que há horas, há momentos, há assuntos e há situações para os quais temos que buscar a identidade, buscar o melhor.

Em mais de uma oportunidade tenho dito que vivemos uma situação diferente na história deste País. Por mais que nos esforçemos, Sr. Presidente, por mais que queiramos buscar, contemplar, analisar interpretar a situação que vivemos, nós não nos inteiramos de que esta é uma hora que vai além do dia a dia das coisas que imaginamos estar acontecendo.

Tenho salientado, e volto a salientar, aqui, Sr. Presidente, o extraordinário êxito da CPI do Orçamento.

Na história deste Parlamento, não só deste, mas de qualquer outro parlamento do mundo, no regime presidencialista, é a primeira vez que se reúnem Senadores e Deputados para analisar, interpretar, julgar, para entrar na vida, na intimidade dos próprios componentes do Parlamento — Deputados e Senadores —, para verificar as suas contas, os seus números, investigar a sua vida, para dizer o que está certo e o que está errado.

Claro que esta não é uma tarefa fácil. É uma missão dolorosa, dramática, que machuca não apenas quem é investi-

gado, mas quem está investigando. Pois o Congresso está fazendo justamente isto.

Justiça seja feita a esse ilustre homem público que é o Senador Jarbas Passarinho, justiça seja feita ao ilustre Relator, Deputado Roberto Magalhães, justiça seja feita ao ilustre Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein, e aos membros da Comissão, que, com pequenas ressalvas aqui e acolá, mas em tese, no conjunto, tiveram o espírito público e a grandeza da responsabilidade, que era muito mais do que partidária, era muito mais do que pessoal. Eu me atrevo a dizer que era mais até do que a própria Instituição, porque não é apenas o debate, não é apenas a radiografia, não é apenas o desnudamento do Congresso Nacional, é o Brasil que, olhando-se e espelhando-se no Congresso Nacional, está esperando a resposta.

Esse capítulo está indo adiante, Sr. Presidente. É claro e é fácil entender que o resultado não será aquilo que porventura alguns poderiam imaginar. A CPI não é o julgamento final, nós não estamos diante do criador, é ou não é. A CPI não é a solução definitiva, é apenas um marco. O que vale à CPI é a coragem da ação e a coragem da decisão. É claro e evidente que muitas e muitas questões ficarão no ar e muitas e muitas questões ficarão sem resposta, porque deve prosseguir; mas o que importa é o ato político, é o gesto, é a ação, é a decisão do Congresso Nacional em criar a Comissão, em ter a grandeza que muitos não imaginavam, em ter a isenção que muitos sequer aceitavam, de levar, de prosseguir, e tenho a convicção que haverá de concluir ditando nomes e fatos para que Senado e Câmara tomem a decisão em cima dessas afirmativas.

Ora, Sr. Presidente, isto é a continuidade. Creio, Sr. Presidente, que não estamos nos dando conta; não estamos nos dando conta, insisto. E tenho dito, repetido e salientado: o Brasil está vivendo uma verdadeira revolução ética e de princípio. Faço questão de dizer nesta véspera de Natal, praticamente neste final de ano das nossas atividades, que esta é a parte que me parece importante, fundamental, necessária de esclarecimentos perante a Nação.

O País vive esse clima. Não é o Congresso, não são os parlamentares, não é a imprensa: é o conjunto. É um sentimento nacional que faz com que essas coisas avancem e amadureçam no sentido de que ainda que não estejamos nos darmos conta, estamos participando de um momento da história deste País que haverá de marcar presença, que haverá de ser escrita no que tange à transformação profunda e real no campo da ética e do procedimento da vida política dos homens e dos governos na história deste País.

É importante salientar isto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, porque — reparem — vimos assistindo a acontecimentos graves, gravíssimos, que vêm-se repetindo na história do País. Tivemos o impeachment do Presidente, tivemos o afastamento de um Presidente da República por ato de corrupção. Tivemos uma CPI que debateu, analisou, aprofundou e deu um exemplo admirável perante o mundo de uma lição democrática: não é preciso matar; não é preciso fazer renunciar e não é preciso depor um presidente. Não é preciso absolutamente nada.

O processo democrático, as instituições, baseadas na legitimidade, permitem o afastamento de presidentes, como aconteceu com o Sr. Collor. O importante, naquele acontecimento, não foi o fato de se afastar um presidente; o importante, ali, não foi que se golpeou um Presidente - não foi golpeado o Presidente. Foi a alma, foi o povo nas ruas, foi o sentimento

popular que determinou o afastamento do Presidente; e a linguagem das ruas, a linguagem do Congresso e a linguagem da sociedade são a linguagem de um povo que queria dizer um basta à impunidade, um basta a um País que assistia aos desmandos, aos escândalos, à imoralidade, de braços cruzados, assistia à mentira e à hipocrisia, praticamente, sem respostas.

A TVE do Rio Grande do Sul apresentou — e eu gostaria de convidar os Srs. Senadores para assisti-la, depois, no Gabinete da Presidência — uma retrospectiva da vida do Sr. Collor, da sua campanha até o impeachment. Confesso que não me recordava mais dos detalhes da campanha, do crescimento e da identificação do ex-Presidente com a alma popular. E vendo a propaganda da qual não me lembra mais, pois não participei dela — era adversário seu no primeiro e segundo turnos —, vendo o Sr. Collor na tribuna, pude entender a razão de seus 35 milhões de votos.

Dizia eu ao meu colega de Gabinete, o jornalista João Emílio Falcão — que me honra com seu trabalho —, que eu teria que mudar o meu pronunciamento, porque a tese do discurso do Sr. Collor era exatamente esta: "Basta de impunidade". O tema do seu discurso era o combate à corrupção e à miséria.

Realmente, Sr. Presidente, não havia me dado conta. Não assisti à maioria daqueles pronunciamentos, mas vendo os pronunciamentos de campanha do Sr. Collor, parece-me relevante e gostaria que os Srs. Senadores vissem, porque é importante salientar o que está acontecendo na alma popular nos dias que estamos vivendo.

Os votos que o povo deu para o Sr. Collor foram conseguidos porque ele, mais que o Lula, vendeu a imagem do homem sério que vinha para terminar com a impunidade. Parece mentira, mas ele conseguiu vender. O homem que vinha para fazer o Governo dos pés descalços e dos descamisados fez um governo dramático, cruel, onde na prática se esquematizou uma quadrilha intragovernamental; onde, pela primeira vez, a corrupção existiu patrocinada pelo Governo, que tinha na figura do Sr. PC Farias, o tesoureiro da campanha do Sr. Collor, o coordenador da busca do dinheiro dos quadros governamentais.

A população sentiu isso; o povo sentiu a traição. Aquele mesmo povo que aceitou, inclusive, o sequestro das poupanças, achando que era necessária porque logo viria o Sr. Collor com a abertura das contas para fazer o desenvolvimento onde ele fosse mais necessário: na alimentação popular, nas casas populares. Esse povo acreditou no Sr. Collor quando, a rigor, no segundo turno, tinham duas opções que lhes pareciam positivas: de um lado, o Sr. Lula, um candidato do PT; e, do outro lado, o Sr. Collor, um candidato que queria governar com os descamisados e os pés descalços. Esse povo se sentiu traído pelo Governo do Sr. Collor, pela corrupção lá praticada, e esse mesmo povo foi para as ruas e exigiu o impeachment.

Aliás, Sr. Presidente, pensam alguns que o impeachment foi apenas um impeachment. Não, o impeachment foi apenas o primeiro ato, porque o povo foi para as ruas, traído, sim, magoado, machucado, mas não seria a substituição do Sr. Collor pelo Sr. Itamar que equacionaria os problemas populares. Várias vezes desta tribuna eu disse que o povo não foi para as ruas para mudar de governo; o povo não gritou, os caras-pintadas não foram pedir que saísse o Sr. Collor. Os caras-pintadas, o povo, enfim, foi para as ruas pedir uma mudança, uma transformação na ética da sociedade brasileira.

Na verdade, Sr. Presidente, sentimos, já naquela CPI do **impeachment**, que o ambiente que lá havia não era um ambiente de golpe. Tenho salientado a diferença, fantástica, entre três datas: em 1954, houve um golpe para derrubar Getúlio Vargas. Em 1964, houve um golpe para derrubar João Goulart. No **impeachment** não havia nada, ninguém; a começar do Sr. Itamar Franco, vice-Presidente da República, que não teve qualquer participação nos atos que levaram ao afastamento do Sr. Fernando Collor de Mello. No rádio, no jornal, na televisão, nesta tribuna, na Câmara e no Senado, a linguagem foi a de buscar a verdade. Não me lembro de ver um discurso agressivo ao Sr. Collor, não me lembro de ver uma linguagem como a da banda de música da UDN que, em 1954 e em 1964, queriam demolir a figura de Jango e de Getúlio Vargas.

Em 1954, não era um movimento ético. Naquele ano ninguém queria aperfeiçoar as instituições. Em 1964, também não havia um movimento ético, em 1964 ninguém queria melhorar nada ainda que o povo, ingenuamente, caminhasse na rua com o rosário e as famílias rezando. Não era nem um movimento para aperfeiçoar as instituições; era, sim, um movimento político-partidário-militar para derrubar um Presidente. E a UDN, que não conseguiu chegar ao Governo pelo voto popular, tanto em 1954 como em 1964, chegou pelo golpe.

Hoje é diferente, Sr. Presidente — e é sobre isso que estou me esforçando para chamar a atenção da sociedade brasileira —, hoje não é o PMDB, nem o PDT, nem o PT, nem o PSDB, nem o PFL, nem o PPR, nem o PC, não é o Sr. Itamar, não é o Congresso Nacional, não é a imprensa, não são os presidenciáveis, não somos nós. Hoje temos diante de nós, caminhando, a oportunidade de uma revolução ética nos destinos deste País. Hoje temos diante de nós a oportunidade de transformações profundas na sociedade, e talvez não tenhamos nos dado conta disso, Sr. Presidente.

Hoje escreve-se, analisa-se os fatos ocorridos antes e depois da Revolução Francesa, da queda da Bastilha, os regimes monárquicos, o início do capitalismo depois. Mas, aquela gente que estava ali participando daqueles acontecimentos, que presenciou aquelas mortes e incêndios, não imaginava que estava escrevendo uma página na história do mundo. Naquele momento era mais uma rebelião contra o rei e a rainha, contra um sistema de injustiça.

Pois nós, Sr. Presidente — volto a dizer —, estamos escrevendo uma página na História deste País, onde ocorre uma revolução ética. É importante que cada um de nós dê a sua participação. Não seria bom que a nossa adesão fosse apenas formal; não seria bom se continuássemos a participar apenas por participar, não nos dando conta do mais real, que é isso que estou dizendo.

O **impeachment** foi o primeiro ato. Pela primeira vez na história da humanidade, no mundo democrático, afasta-se, via **impeachment**, um Presidente eleito diretamente, sem arbítrio e sem violência.

E agora estamos vivendo o segundo ato. Reparem que fato emocionante estamos vivendo, Sr. Presidente! Estamos analisando o comportamento de irmãos nossos — Senadores, Deputados e lideranças partidárias —, pessoas do nosso convívio, da nossa alma e do nosso sentimento. Mas quem comparece ali na CPI, presidida pelo Senador Jarbas Passarinho como quem presidia aqui, neste plenário, a CPI do **impeachment**... Este é o Parlamento de Primeiro Mundo, Sr. Presidente, onde, com seriedade e com responsabilidade, está-se

analisando atos e fatos, buscando passar este País a limpo. Não é aquele radicalismo, não é a linguagem ofensiva, não são os adjetivos, não é aquela linguagem de 1954 ou de 1964 que procurava agredir por agredir. Vemos, inclusive, os que estão sendo analisados, magoados, os que estão sendo julgados, em véspera, talvez, de uma condenação, mas com um procedimento que merece respeito pela forma com que está se conduzindo.

Quando é que se imaginou o nosso Congresso Nacional, de repente, reunido, para analisar figuras as mais importantes, para inclusive propor, como, provavelmente, será proposta, a cassação de mandato de alguns parlamentares? É isso com a seriedade, com a tranqüilidade e com a responsabilidade necessárias.

Sr. Presidente, numa linguagem, numa maneira de ser, sentimos que isso que está sendo feito é não no sentido de atingir, de ofender, de humilhar, de buscar dividendos políticos para A, B ou C, mas é a vivência do segundo capítulo de uma revolução ética que está caminhando e que visa transformar a sociedade brasileira, e, para transformá-la, seriam necessários movimentos de impacto.

Sr. Presidente, de certa forma, desde que foi descoberto, desde aquela Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, onde já, ali, ele fala em facilidades, desde os delegados que foram deixados aqui, por Portugal, que o Brasil tem algumas deformações no seu desenvolvimento, na sua formação, na sua constituição como nação. E elas foram aumentando e se somando até chegar a este princípio do "jeitinho brasileiro" como uma tradição. O negócio de levar vantagem em tudo que até nós, aqui, no Congresso, Sr. Presidente, temos; é mais ou menos esse sentimento de votar aumento de funcionários, criar mais funcionários, verbas para cá, verbas para lá, o diabo que for. Nós temos, aqui, no Congresso, Sr. Presidente, gente que defende o município com garra, gente que defende o Estado com denodo, gente que defende o que for. O que tem faltado é gente que defende o País, a Nação, o Tesouro, o Patrimônio Público, porque parece que o Patrimônio Público é coisa nossa.

Faz-se necessária a mudança desse espírito oportunista da "Lei de Gerson", dessa idéia de levar vantagem em tudo, a transformação dessa sociedade que exige o fim da impunidade, quando vemos subir, crescer, avançar manchetes e mais manchetes sobre pessoas que enriqueceram, que roubaram e tudo o mais, e não aconteceu nada!

Mas por que o povo, o operário, o agricultor, a dona de casa devam pensar em ter espírito público se o conjunto da sociedade não tem? Seria necessário começar por cima. O combate à impunidade, a busca de transformação dos princípios éticos formadores da moral da sociedade brasileira tinha que começar - e parece-me está começando como deveria - com o afastamento do ex-Presidente da República, Fernando Collor de Mello, por corrupção.

Bela decisão do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, que merece todo o nosso respeito, porque confirmou o afastamento do ex-Presidente! Não tem mais essa estória de imaginar que iria readquirir os seus direitos políticos e voltar como Deputado, para começar tudo de novo. Não! Durante oito anos estará afastado, quando, então, a sociedade e nós haveremos de fazer uma análise profunda do que ele representou.

Agora, nós, o próprio Congresso Nacional — não se trata do problema dos Senadores e Deputados que poderão ser

afastados —, o problema é que nós vamos mudar. Nós temos que mudar

Na Comissão de Orçamento, cajá dia que passa surge uma demonstração a mais. Hoje há manchetes a mais, Sr. Presidente. Aquilo realmente era um escândalo, mas que, de certa forma, bate na porta de cada um de nós. Se aquilo aconteceu, foi porque, pela ação ou omissão, participou. Eu e cada um de nós, ainda que pela omissão, vimos aqueles fatos crescerem e se avolumarem, e eles aconteceram.

Muitas vezes, Srs. Senadores, nós, os homens de bem, pensamos: eu sou um homem de bem, eu ajo certo, o resto é o resto. Parece-me que não é esse o caminho certo. Parece-me que o que está acontecendo, o que aconteceu na Comissão de Orçamento está a nos demonstrar que, mais do que cumprirmos a nossa parte, somos responsáveis pelo conjunto da sociedade. E se alguém não está fazendo o que deve, e se alguém está cometendo um ilícito, e se eu fico quieto, sou co-responsável, ainda que por omissão.

O que está acontecendo na CPI vale não apenas para Parlamentares que serão afastados, vale porque vai ditar uma nova filosofia de ação do Congresso Nacional, uma nova metodologia de ser do Congresso Nacional.

Não tenho nenhuma dúvida de que vamos ter que nos reunir, refletir, analisar, aprofundar a nossa maneira de ser, para ver como, daqui para o futuro, serão as nossas atividades no Congresso Nacional.

Como vamos fazer as viagens para o exterior? Como é que vamos ditar as nossas viagens? Como é que vai ser selecionado quem vai? O rodízio? A prestação de contas da volta?

Apresentei uma proposta, que é o orçamento participativo. E não venha a imprensa ou quem quer que seja apontar a corrupção no Parlamento, no Congresso Nacional e culpar a democracia ou os Parlamentares.

A democracia e o Parlamento aberto e a imprensa livre permitiram que tomássemos conhecimento de tudo. Mas esse esquema, esse aspecto diabólico, essas empresas funcionaram, aconteceram, nasceram e apareceram no Executivo, no regime militar, na época em que o Congresso Nacional não podia apresentar uma emenda; quando aqui, pelo Parlamento, não poderia ser apresentada uma emenda, nem de redação.

Por conseguinte, se vamos mudar, se vamos terminar com aquela Comissão escandalosa de Orçamento, não é para voltar ao que era antes da nova Comissão.

Por isso apresentei a proposta, Sr. Presidente, que é o orçamento participativo: Executivo e Congresso Nacional discutem o Orçamento, a proposta, as verbas, o dinheiro, mas um grande conselho em cada Estado vai dizer onde a obra vai ser realizada. No Piauí, se há verba para a construção de estrada, o conselho dirá qual será a estrada e vai fiscalizar a aplicação do dinheiro.

Não tenho nenhuma dúvida de que a CPI do Orçamento vai mudar o procedimento do Parlamento, vai mudar a nossa ação, vai determinar a nossa fiscalização. Não haverá quem há dez anos cometa delitos e de medo não queira olhar. Muitos até diziam que não passavam nem mesmo na frente da Comissão do Orçamento, porque lá o assunto era muito sério.

Daqui em diante vamos entender que seremos co-responsáveis na busca dos ditames do novo Parlamento. Repito: isso é a revolução ética que estamos vivendo. Essa é a transformação que estamos vivendo, da qual talvez não nos damos conta. E aí está incluído o afastamento do Sr. Collor, a CPI do Orçamento, esse estilo de debate que estamos tendo no

Congresso Nacional, levando em conta que não se deve brincar com a honra e a dignidade, não se deve ofender, pois ninguém aqui quer colocar em risco as Instituições.

Ressalto a reunião dos presidentes de partido ontem. Todos estavam ali reunidos. Até pessoas que estão em divergência, como o Senador Esperidião Amin e o Lula. Estavam todos os presidentes partidários, buscando um grande entendimento. E todos diziam exatamente isto: a ninguém interessa que o País não chegue ao final do Governo do Sr. Itamar e que não se busque uma fórmula através da qual se saia da crise em que se está vivendo.

Olhando por onde se olhar, verificando por onde se verificar, sentimos que aqui não há ninguém que não esteja lutando e esforçando-se para a plenitude democrática, para que o Presidente Itamar governe com serenidade e as eleições do ano que vem transcorram tranqüilas e vençamos mais essa etapa.

Se Deus quiser, entraremos no terceiro capítulo, que é o dos corruptores, Sr. Presidente. O material que a CPI tem hoje, disponível, é tão impressionante que já demonstra a importância e o significado de não ficarmos na segunda parte apenas. Punir corruptor, descobri-los... Isso a gente conhece a vida inteira. Mas penetrar no esquema de corrupção, penetrar no âmago daquele que compra, do corruptor... E não adianta mudar o funcionário, nem mudar o político, porque a empresa continua. Esse será o terceiro capítulo. Para isso já há longos estudos preparados.

Outro dia, fiquei sabendo de algo fantástico. Falando com o Governador Fleury, de São Paulo, e o Secretário do Ministro dos Transportes, o Deputado Alberto Goldman: a duplicação da estrada que liga Belo Horizonte a São Paulo, no momento da assinatura da licitação para construção, os trechos são 50% inferiores àqueles do inicio, um ano e meio atrás. O debate e a discussão que estamos travando, o esclarecimento que estamos estabelecendo, estão fazendo com que isto aconteça. Na despoluição do rio Tietê, os números que saíram são 46% inferiores aos iniciais.

Dizia o Ministro dos Transportes que é necessária uma nova verificação das obras que estão sendo construídas pelo Governo Federal porque eram em média 40% menores do que feito originalmente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Nobre Senador Pedro Simon, o tempo de V. Ex^a está esgotado. Há outros oradores inscritos.

O SR. PEDRO SIMON — Obrigado, Sr. Presidente.

E isso não é privilégio nosso. A Itália publicou os levantamentos feitos, onde mostram que as obras realizadas naquele país, depois da operação "Mãos Limpas", têm diminuído 50%, que era o preço da corrupção. Já estamos sentindo o efeito do que estamos vendo.

Sr. Presidente, não tenho nenhuma dúvida de que, completado o fecho, que é exatamente a CPI dos Corruptores, e se tivermos grandeza durante a Revisão Constitucional, haveremos de superar essas divergências entre o Executivo, o Judiciário e o Legislativo.

Temos o maior respeito e o maior carinho pelo Judiciário brasileiro. Haveremos de buscar uma fórmula do grande entendimento. E o importante é que todos busquemos a fórmula de terminar com a impunidade, de fazer com que tenhamos uma Justiça mais ágil, mais rápida, mais dinâmica, mais real, que atinja o rico e não apenas o miserável.

Eu preferiria, não há dúvida, que não houvesse essa Revisão; eu preferiria que houvesse um emendão de entendimento e que a Revisão ficasse para 95. Mas, de qualquer maneira, deveremos ter o entendimento do respeito no que tange a equacionar a questão da impunidade, da rapidez e do andamento da Justiça.

Sr. Presidente, a reunião de ontem dos presidentes partidários me emocionou. Não precisa ser a fórmula de Fernando Henrique; não precisa ser a proposta do Governo; pode ser esta ou pode ser outra. Mas se a proposta apresentada de zerarmos o déficit público for encontrada, se nos dermos as mãos no sentido de avançarmos, creio que poderemos sair com dignidade dessa revolução ética.

Ao contrário do que alguns pensam, que estamos no fundo do poço, e ao contrário das palavras de terror e de pessimismo de alguns, quem sabe não estamos no escuro, mas no início da madrugada, com raios solares anunciando o renascer de um novo dia?

Creio que é bela e importante esta oportunidade; creio que são grandes as chances que temos de fazer essas transformações na nossa sociedade.

O povo brasileiro, segundo as pesquisas, está tão desiludido! Desiludido de nós, Congresso, dos políticos, do Governo, do conjunto da sociedade.

Porém, Sr. Presidente, se tivermos a responsabilidade, cada um de nós, de fazer a sua parte, se vencermos esses degraus, estaremos num outro patamar; num patamar onde estaremos cumprindo o mínimo de ética, de dignidade e de credibilidade. Estaremos vivendo num país onde as pessoas se dão as mãos e, ao contrário de levar vantagem em tudo, ao contrário do jeitinho brasileiro, começam a contribuir para a busca da felicidade nacional.

O que é uma pátria, Sr. Presidente, senão a contribuição de todos? O que é a busca do bem comum senão a colaboração de todos?

Se nós nos dessemos conta, Sr. Presidente, de que quando nos levantamos de madrugada, quando acendemos a luz, muitas pessoas estão trabalhando para que possamos acender aquela luz... Se vou comer o pão, quantas pessoas trabalharam para isso, desde as que plantaram o trigo até aquela que o entregou na porta de minha casa? Quantas milhares e milhares de pessoas no mundo inteiro trabalham e colaboram para que eu possa viver?

Na verdade, qual é a recíproca, qual é a colaboração que dou a todo esse conjunto de vantagens que me são oferecidas? Porque o avanço e a felicidade do mundo existem quando se dá mais do que se tira. E, infelizmente, temos uma infinidade de brasileiros que passam fome, que não dão e que não tiram. Temos muitos que praticamente não tiram e temos alguns que tiram mais do que dão.

Acredito que se essa contrafação de dar uma colaboração, esse sentimento de dizer que neste País devemos oferecer a colaboração de cada brasileiro na busca do bem comum, se desaparecer a impunidade, se realmente houver a punição dos culpados, vai nascer um sentimento na alma brasileira no sentido da transformação desta sociedade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, lerei,

para constar dos Anais, um artigo que publiquei na **Tribuna da Bahia**, no meu Estado, no dia 12 de dezembro, sob o título:

“O PSDB é a Mudança”

“O movimento pró **impeachment**, que mobilizou as forças vivas de nossa sociedade, teve como meta global mais do que a simples saída do Presidente Collor do poder, seu objetivo imediato.

Cansados de tanta submissão do Estado aos interesses privados, da constante e crescente expropriação do patrimônio público para benefício de uns poucos, o que os cidadãos, empenhados no afastamento de Collor, esperavam era que o **impeachment** representasse o início de um novo ciclo da vida política brasileira, baseado na ética, nas relações do poder, no exercício da cidadania pelo povo, na supremacia dos interesses nacionais e na prevalência da Justiça sobre qualquer interesse.

Não bastava Collor sair, era preciso afastar também a elite política empresarial dominante comprometida com o núcleo de poder então vigente. Elite política empresarial que há décadas sobrevive a todas as mudanças conjunturais de nossos governos em nosso País.

Infelizmente, e com grande frustração, é preciso reconhecer que essa meta não foi atingida.

O Governo Itamar Franco se instalou tendo por norte esse objetivo. Entretanto, as notórias dificuldades que encontrou para se viabilizar politicamente, quer em termos de apoio legislativo, quer em razão do pouco tempo restante para o cumprimento do mandato presidencial, além da gravidade dos problemas econômicos herdados dos governos anteriores, acabaram por permitir que aos poucos os derrotados pelo **impeachment**, políticos como Antônio Carlos Magalhães, poderosos grupos empresariais que forneciam recursos a PC e expressivos grupos da área de comunicações, que sempre apoiaram Collor, ressurgissem e se acomodassem novamente em nichos estratégicos, próximos ao poder, impedindo a realização das transformações necessárias.

O processo político e social, entretanto, não pára. Às vésperas de um novo e importante período eleitoral, a coletividade precisa tomar consciência de que a meta que foi procurada ansiosamente nas ruas deve continuar a ser buscada, desta vez por meio do voto. E não apenas em relação ao Presidente da República, mas também quanto aos Governadores e aos representantes parlamentares.

O voto é o instrumento privilegiado por meio do qual o povo pode demonstrar sua insatisfação com a situação atual e a necessidade de mudança, e é preciso mudar.

Na Bahia, por exemplo, após trinta anos quase ininterruptos de controle político pelo atual Governador, quer diretamente, quer através do Governo Federal, o povo encontra-se numa situação de miséria nunca vista.

A ausência de uma política social, voltada para os reais problemas da população, causa e agrava problemas, como a falta de segurança, o aumento do analfabetismo, o desamparo de menores e também dos idosos, a falência da escola e o abandono da saúde pública.

Indiferente a isto tudo, o Governador desenvolve sua política populista com obras vistosas, visando ao mar-

keting eleitoral e também à mídia e com bandeiras que, da moralidade à eficiência, ele não tem intenção nem condições de cumprir. Basta lembrar a campanha passada, quando então candidato a Governador beneficiou-se do dinheiro sujo distribuído com fins eleitorais pelo Deputado João Alves.

A eleição foi vencida no primeiro turno por escassos 40 mil votos, muito menos do que a quantidade obtida em razão da distribuição do dinheiro sujo. Como alguém com esse retrospecto pode falar em moralidade pública?

Diante disso, é preciso que as forças da oposição da Bahia se unam para mudar o esquema de poder político do Estado.

E o mesmo deve acontecer em todo o País. Meu Partido, o PSDB, se quiser permanecer fiel a seu programa, deve apresentar ao eleitorado uma clara mensagem de mudança, mostrando, inclusive, tudo que vem tentando fazer, mesmo que sem sucesso, para alterar a realidade brasileira.

O PSDB não pode, em momento algum, cair na tentação eleitoreira de fazer alianças políticas com as forças que representam o atual estado de coisas.

Pelo contrário, o PSDB só deve aliar-se aos partidos que representem claramente a esperança, a possibilidade de mudança.

Essa é uma das tarefas fundamentais que temos a cumprir, no momento, para prosseguir em nossa luta para a realização das transformações políticas, culturais, sociais e econômicas necessárias ao real desenvolvimento de nosso País."

Sr. Presidente, este artigo tinha razões políticas e tem também muito a ver com o meu partido.

Nós, hoje, no Brasil inteiro, somos o partido que mais cresce, somos o partido que vem sendo buscado por políticos que desejam participar das próximas eleições sob a legenda de um partido ético, de um partido com mensagem própria e de um partido com grandes possibilidades eleitorais.

Por isso mesmo, precisamos ter cuidado. Temos que ter um cuidado necessário para não cometermos os erros que foram cometidos no passado por outros partidos. Não podemos pensar em inchar. Temos que crescer, mas crescer com aqueles que venham para o partido porque têm as idéias que o partido defende, não aqueles que venham por um sentimento oportunista, por razões eleitorais. E o partido, por sua vez, por interesses outros que não os da manutenção da sua bandeira, da sua política ética, da sua política ideológica, não pode abrir suas portas para receber pessoas que não tragam a mesma mensagem.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que eu quis deixar nos Anais este artigo, porque não desejo surpreender ninguém. Desejo que o meu pensamento seja bem conhecido, porque a defesa do que escrevo eu farei em qualquer oportunidade. Isso consta dos Anais hoje. Os meus colegas de partido terão conhecimento das palavras que eu aqui proferi. Espero que a cúpula do meu partido deixe de lado interesses imediatistas e pense mais nos ideais do partido.

Sr. Presidente, desejo também fazer constar dos Anais uma carta que o Deputado Waldir Pires escreveu e entregou, pessoalmente, ao Senador Jarbas Passarinho. Essa carta é decorrente de uma entrevista, de umas declarações, de uma manifestação do Governador do Estado da Bahia. Como é sempre do seu hábito, quando o seu nome aparece envolvido em qualquer dúvida, ele não se defende, ele ataca os outros.

Ele, então, para se defender de coisas que não sei se têm alguma responsabilidade - eu, pelo menos, achava que não, mas, a julgar pela maneira como reagiu, começo a pensar que tem, porque fez declarações e encaminhou numa carta -, segundo ele disse, teria encaminhado uma carta ao Presidente Jarbas Passarinho da CPI do Orçamento, fazendo acusações aos ex-Governadores Waldir Pires e Nilo Coelho, referindo-se a contratos do Estado da Bahia com a empresa Norberto Odebrecht. O Sr. Governador, como é do seu hábito, não respeita muito a verdade. S. Ex^a acusa pelo prazer de acusar, pela sua falta de qualquer responsabilidade no que diz, até nas datas que ele próprio afirma, de que o contrato teria sido firmado em março ou abril de 1990, quando o ex-Governador Waldir Pires já havia saído do Governo, quando outros que são acusados por S. Ex^a, como o Deputado Marcelo Nilo, que também já não era da EMBASA; como outros que acusa que são meus amigos. Inclusive, S. Ex^a disse que foram indicados por nós, o que também não é verdade, pois, embora sendo meus amigos, eu não indiquei ninguém no Governo Nilo Coelho. Pelo contrário, S. Ex^a demitiu todos os meus amigos, e quem faz política na Bahia sabe disso. Mas S. Ex^a, na ânsia de se defender atacando, citou o nome do Deputado Waldir Pires como sendo responsável por um contrato lesivo ao Estado da Bahia.

Então o Deputado Waldir Pires escreveu esta carta:

"Li, nos jornais de ontem, que o Sr. Antônio Carlos Magalhães, Governador da Bahia, teria encaminhado correspondência a V. Ex^a denunciando contratação havida no meu Governo, na Bahia, com a Caixa Econômica Federal, sem a devida lisura.

Não houve contratação nenhuma do meu Governo com a Caixa Econômica Federal. Em nenhum instante. E o Sr. Antônio Carlos Magalhães sabe disso, porque foi, exatamente, ele próprio, quem impediu, junto ao Governo Sarney, qualquer contratação da minha administração. Vangloriava-se de afirmar: para a Bahia nem pão, nem água, durante o Governo Waldir Pires.

Permita-me V. Ex^a lhe diga que é para não deixar nada sem resposta junto à CPI e à opinião pública que devo contestar a palavra desse velho farsante. As obras que menciona, foram contratadas no seu governo anterior ou no de quem o sucedeu. Mas eu sei que, no fundo, o que o Sr. Antônio Carlos Magalhães quer, ainda uma vez, é mentir e caluniar, para não explicar a origem da sua fortuna e do seu império de comunicações, nem seu envolvimento com o caso da NEC, nem sua notória e íntima ligação com a OAS, nem a conta fantasma do Citibank, em cujo processo de investigação criminal acabou obtendo, do Governo Federal, a destituição lamentável do dirigente do inquérito, Dr. Roberto das Chagas Monteiro, exemplar Delegado da Polícia Federal, que exercia sua função cumprindo estritamente seu dever.

Durante o período em que governei a Bahia — de 15 de março de 1987 a 13 de maio de 1989 — quando me desincompatibilizei, para compor a chapa com Ulysses Guimarães, candidato à Presidência da República, não consegui, sequer, renegociar as dívidas do Estado da Bahia com a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste. No dia que assumi o Governo, a Bahia estava inadimplente com todos os bancos públicos federais, de dívidas contraídas sobretudo no anterior Governo do Sr. Antônio Carlos Magalhães e no

do seu sucessor, oriundas de obras públicas altamente dispendiosas. No que concerne à barragem de Pedra do Cavalo, razão principal do endividamento e da inadimplência que encontrei, negaram-me, inclusive, a pretensão essencial, que postulava, para aliviar financeiramente a Bahia, que era a federalização da mencionada obra.

No Governo Sarney, como no Governo Collor, do qual foi sustentáculo até o último instante, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, todo poderoso, se especializou em manipular as instituições federais de crédito público, para seus interesses subalternos e inescrupulosos.

O País espera, confiante, Presidente, que possamos ir adiante na CPI que V. Ex^a dirige, dignamente, ou na CPI que se venha a criar das empreiteiras, para chegarmos à desmistificação de personalidades fraudulentas e cínicas, habituadas, ontem, à impunidade do arbítrio, e hoje à impunidade do uso criminoso do arbítrio e da mídia, e assim constituirmos um regime de instituições livres e limpas.

Pego a V. Ex^a que autorize me seja fornecida cópia autenticada da correspondência que o Sr. Antônio Carlos Magalhães lhe enviou, aludindo ao meu nome.

Ponho-me, afinal, à sua inteira disposição para todo e qualquer esclarecimento.

Atenciosamente, Waldir Pires - Deputado Federal."

Sr. Presidente, os Senadores que foram meus colegas naquela época devem estar lembrados que aproximadamente durante trinta dias procurei obstruir os trabalhos desta Casa, não permitindo que fosse aprovado qualquer pedido de empréstimo para Estados e Municípios enquanto o Senado não aprovasse o pedido formulado pelo Governo da Bahia, a fim de que o Estado tivesse condições de rolar a sua dívida e sair da inadimplência que se encontrava junto à Caixa Econômica e outros órgãos.

Depois de trinta dias, recebendo inclusive apelos de Prefeitos de Capitais, de Governadores de Estado, sempre resistindo a esses pleitos, as Lideranças do Senado chegaram a um entendimento e foram em comissão — lembro-me bem que um dos componentes dessa comissão era o Senador Ronan Tito e o outro era o Senador Marcondes Gadelha, Líderes do PMDB e do PFL na época — ao Presidente Sarney a fim de obter dele o compromisso não só da aprovação da solicitação da Bahia, mas também da remessa dos recursos com a aprovação da proposta do Senado. Todos eles, de público, transmitiram o compromisso do então Presidente Sarney de que no momento em que a solicitação da Bahia fosse aprovada aqui no Senado os recursos seriam enviados imediatamente para aquele Estado.

Era Ministro das Comunicações o Sr. Antônio Carlos Magalhães. S. Ex^a conseguiu que o Presidente Sarney quebrasse esse compromisso e nenhum centavo foi enviado para a Bahia, até mesmo para os projetos que já estavam prontos. Cito um exemplo: o representante da Caixa Econômica do meu Estado convidou os demais representantes de diversos órgãos estaduais para assinarem convênios. No ato da assinatura, presentes todas as autoridades, havia uma ordem, aqui do Governo Federal, ao representante da Caixa Econômica Federal para que tais convênios não fossem assinados; e não foram. Nunca, no Governo Waldir Pires, foi remetido qualquer centavo do Governo Federal para a Bahia, e o atual Governador é quem mais sabia disso. Portanto, tudo o que

S. Ex^a escreveu na carta que remeteu ao Presidente da CPI, o digno Senador Jarbas Passarinho, não representa, absolutamente, a verdade.

Quanto ao Governo Nilo Coelho, da nossa parte só tenho a dizer que, politicamente, S. Ex^a afastou-se quando demitiu todos os meus amigos que, por acaso, se encontrassem no Governo do Estado. Mas não tenho preocupações quanto a isso; S. Ex^a demitiu, fica demitido, não tem problema nenhum.

Quanto às afirmações que o Governador Antônio Carlos Magalhães gosta de fazer, que conseguiu reduzir os pagamentos, os custos das obras, vejam V. Ex^as como se joga com a opinião pública, falseando a verdade! O Sr. Governador, antes de assumir, declarou em todos os jornais, para quem quisesse ouvir, que não pagaria os débitos do Governo anterior junto às empreiteiras que, por acaso, tivessem executado obras naquele Governo.

Ora, Sr. Presidente, S. Ex^a fez isso com um grande número de débitos do Estado; não pagou até hoje. Entretanto, S. Ex^a fez um acordo com essas empreiteiras, e principalmente com os fornecedores de recursos. Com a BARBARÁ, por exemplo, o Governador Antônio Carlos Magalhães fez um acordo para reduzir o preço não apenas com aquela ameaça de não pagar, mas fez um "acordão": ao invés de fornecer apenas para aquela obra ligada à Pedra do Cavalo, a BARBARÁ passava também a fornecer material para obras em diversos municípios do Estado. Ora, quem faz uma venda desse tipo reduz 10% no seu preço; é fácil!

S. Ex^a afirmou que a obra era de 26 milhões de dólares, o que representaria, então, mais de 2 milhões de economia para o Estado. Essa é mais uma inverdade, pois a obra não era de 26 milhões de dólares. Na verdade, são duas obras que, no total, somavam 26 milhões de dólares. Mas isso não tem importância, porque o Governador do Estado não tem nenhuma preocupação com a verdade, com a realidade. S. Ex^a quer ludibriar a opinião pública, e isso S. Ex^a faz através da mídia, que lhe dá uma boa cobertura: é só dar um espirro que, no dia seguinte, a imprensa noticia que S. Ex^a, no ato de jogar os micrônios na atmosfera, o fez para beneficiar a população, para curar AIDS e até gripes, se for o caso. Esse é um jogo de poder que S. Ex^a conhece muito bem.

Sr. Presidente, queria deixar registrado nos Anais desta Casa o que penso a respeito do crescimento do PSDB e trazer, também, a outra versão, que é a versão verdadeira, do Deputado Waldir Pires, que está pronto a discutir. Aproveito a oportunidade de alguns baianos estarem escutando para informar que na obra Pedra do Cavalo, por exemplo, há um fato muito interessante quanto à dívida que o Estado assumiu indevidamente e que é a sua maior dívida de obras públicas.

O Deputado Delfim Netto, quando Ministro da Fazenda, fez uma jogada no estilo que gosta. A obra Pedra do Cavalo era para ser executada com recursos federais, portanto, a dívida seria do Governo Federal. Mas, aproveitando-se do Sr. Antônio Carlos Magalhães que gosta de agradar o poder, S. Ex^a fez um acerto para o Estado assumir a dívida dessa obra, assumindo, S. Ex^a próprio, o compromisso de, posteriormente, transferir, federalizar essa dívida - está aí a expressão utilizada na carta do Deputado Waldir Pires. Mas como todas as promessas ficam no vazio, também esta ficou. Em vez de o Deputado, ex-Ministro Delfim Netto, assumir a responsabilidade da dívida, deixou a dívida para o Estado que, até hoje, em razão desse acerto, está arcando com grande prejuízo.

Em várias oportunidades, diversos governadores tentaram federalizar essa dívida e não o conseguiram. Não sei, hoje, como está a situação, mas até o Governo Waldir Pires não havia conseguido. Por isso, Sr. Presidente, é preciso deixar bem claro a realidade: a facilidade que as pessoas têm de mentir para a opinião pública, de levar à opinião pública informações falsas a fim de jogá-la contra determinados políticos é fantástica! São essas atitudes que fazem com que, cada vez mais, nós, políticos, percamos a nossa credibilidade perante a opinião pública.

Eram essas as palavras que eu queria proferir, nesta manhã de sala vazia, mas que gosto sempre que sejam registradas nos Anais para o exame futuro de alguém que tenha interesse em examinar a História Política do meu País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)

Durante o Discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Bello Barga deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco _ Almir Gabriel _ Antonio Mariz _ Chagas Rodrigues _ Dario Pereira _ Eduardo Suplicy _ Élcio Alvares _ Epitácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Eva Blay _ Francisco Rollemburg _ Garibaldi Alves Filho _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekel Freitas _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João França _ Josaphat Marinho _ José Paulo Bisol _ José Sarney _ Júlio Campos _ Jutahy Magalhães _ Lavoisier Maia _ Lucídio Portella _ Mansueto de Lavor _ Marco Maciel _ Marluce Pinto _ Meira Filho _ Moisés Abrão _ Nelson Wedekin _ Ney Maranhão _ Odacir Soares _ Onofre Quinan _ Pedro Simon _ Ronan Tito _ Ruy Barcelar _ Teotonio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.446 de 1993

Nos termos da alínea a do art. 256 do Regimento Interno desta Casa, solicito a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 181 de 1992, de minha autoria.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 1993. — Senadora Eva Blay.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 256, § 2º, letra "b", nº 2 do Regimento Interno.

De acordo com a ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado Federal para reverenciar o ilustre conterrâneo Francisco Brennand, artista plástico que acaba de receber da Organização dos Estados Americanos — OEA, o Prêmio Interamericano de Cultura Gabriela Mistral, considerado como uma espécie de Nobel das Artes.

A justa e merecida honraria recebida pelo recifense Brennand deixou seus amigos e admiradores felizes e orgulhosos, principalmente este Senador de Pernambuco que teve a honra de ser seu colega de internato, no Colégio Marista do Recife, porquanto a sua obra tem-se constituído em uma das maiores atrações da Capital de Pernambuco no setor das artes.

Brennand tem sabido traduzir em seus trabalhos, com fidelidade, os valores materiais e espirituais transmitidos pela nossa gente. Por isso mesmo, tem gozado de imenso prestígio, tanto de nacionais como de estrangeiros que visitam Recife, lugar de nascimento, trabalho e construção de sua grande obra.

O eminente Prefeito Jarbas Vasconcelos asseverou que "Brennand orgulha Recife". Destacou a importância do ilustre artista plástico pernambucano, ressaltando que "não bastasse a sua grande obra, Brennand ainda nos premiou com a sua oficina que é hoje um patrimônio pernambucano".

O Prêmio Interamericano Gabriela Mistral, ganho agora por Francisco Brennand e pelo famoso artista plástico equatoriano Eduardo Kingman, foi criado em 1977 durante a XV Reunião da Comissão Executiva para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Washington. Apesar de estudo, o prêmio foi oficializado e regulamentado em 1983. Do ponto de vista cultural, sua importância é equivalente à do Nobel. Mas há diferença entre os objetivos dos dois prêmios, assim como de sua estrutura e áreas culturais a serem contempladas. O Gabriela Mistral — prêmio de criação recente — ainda não marcou tão profundamente sua importância cultural na opinião pública do Brasil quanto o Nobel, que já vem sendo atribuído a grandes talentos das Ciências e das Letras, desde o início do século. Mas o Nobel não contempla as Artes Plásticas, nem a Filosofia. O Gabriela Mistral, além das Artes e Ciências Musicais, alcança também as duas áreas não-contempladas pelo Prêmio Nobel.

Há, ainda, diferenças entre os objetivos dos dois prêmios: o Nobel é um prêmio de estímulo, enquanto o Gabriela Mistral se destina ao reconhecimento de uma "obra realizada, que represente uma contribuição à identificação e enriquecimento da cultura própria da América e de suas regiões ou individualidades", assinala o Regulamento.

O Prêmio Nobel é destinado a estimular talentos que, já havendo realizado grandes pesquisas, descobertas ou criado obras literárias, mereçam dedicar-se a criações mais importantes, livres de preocupações de natureza econômica. Daí o seu enorme valor financeiro, chegando a mais de um milhão de dólares. Isso explica o equívoco de muitos que esperam ganhar o Nobel, quando já se encontram em idade avançada, como ficou demonstrado na disputa pelo Prêmio de Literatura de 1923, entre dois grandes autores: Thomas Hardy e W. B. Yeats. Na ocasião, a comissão ficou dividida, mas o Relator apresentou um argumento definitivo: "O testamento de Alfredo Nobel, por sua vontade expressa, era a de que os prêmios servissem para estimular o talento criador — sem distinção de raça ou credo —, livrando-o de preocupações econômicas e não para referendar prestígio já adquirido ou engrossar a conta bancária de autores de renome no ocaso de seus dias,

e muito menos para satisfazer a vaidade nacional de uma grande potência". O argumento foi aceito e o prêmio concedido ao poeta W. B. Yeats, que na época contava 59 anos. Thomas Hardy, mais famoso, já contava 84 e viria a falecer quatro anos depois. Yeats, como previa a comissão, escreveu seus melhores livros justamente após receber o Nobel. É por isso que o Prêmio Nobel tem sido ganho até por jovens de 25 anos, como James Watson, um dos descobridores da estrutura do DNA, a unidade biológica ou molécula que rege o código genético de todas as espécies vivas. Mas o Gabriela Mistral jamais será conferido como estímulo e sim como coroamento do trabalho continuado de toda uma vida — como ocorre agora com Francisco Brennand, que aos 66 anos, dedicou mais de 46 inteiramente às artes plásticas —, abrangendo desde a pintura de cavalete até as esculturas em cerâmica, incluindo mesmo a arquitetura, como demonstram as modificações arquitetônicas que ele vem realizando na velha olaria da propriedade, Santos Cosme e Damião. Se Francisco Brennand deixasse de trabalhar agora, dele já se pode dizer o que disse Cervantes de Lope de Vega: "Um monstro da natureza."

Hoje, a velha olaria já não existe. O artista modifica continuamente sua estrutura arquitetônica, embora conservando a estrutura básica que lhe deu origem. Não é só uma escola de cerâmica, mas um Centro Experimental dessa arte, arte que segundo o Prof. G. F. Hertzberg, da Universidade de Halle, "só entre os pintores gregos alcançou um esplendor artístico sem rival".

O estudo dos vasos gregos — diz a Prof. Maria Helena R. Pereira, da Universidade de Coimbra — substitui para nós a pintura perdida e ensina-nos qual foi a sua evolução, mostrando-nos inclusivamente a passagem do desenho bidimensional ao tridimensional: deleita-nos como verdadeira arte que é; e documenta-nos sobre os mais variados aspectos da vida e da cultura grega. É o reconhecimento da arte de Brennand, como pintor, ceramista e muralista de gênio, que o júri internacional, reunido em Washington, acaba de premiar. Trinta e oito países concorreram ao Prêmio, inclusive os Estados Unidos e Canadá, mas a lâurea ficou com o Brasil.

Sr. Presidente, o prêmio que acaba de ganhar o ilustre conterrâneo e querido amigo Francisco Brennand vem apenas coroar uma vida dedicada a uma arte que elevou a nossa cultura aos pincaros da glória e da imortalidade.

Por isso, nesta oportunidade, congratulo-me com o eminente artista pernambucano que soube, como ninguém, identificar a sua arte, com a alma latino-americana.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nos termos do art. 175, do Regimento Interno, a Presidência retira da pauta a matéria constante do item 1.

É o seguinte o item retirado:

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 220, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 220, de 1993 (n° 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras provisões.

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Os itens 2 e 3 ficam adiados por falta de quorum.

São os seguintes os itens adiados:

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 06, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 06, de 1993 (n° 162/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção n° 126, da Organização Internacional do Trabalho, sobre o Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca, adotada por ocasião da 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1966, tendo

Parecer favorável, sob n° 400, de 1993, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 3 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 10, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 10, de 1993 (n° 147/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de março de 1991, tendo

Parecer favorável, sob n° 408, de 1993, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 4:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n° 355, de 1993) do Projeto de Resolução n° 62, de 1991, de autoria do Senador Jutah Magalhães, que altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão a redação final, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 7º, da Resolução n° 110, de 1993.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação Final do Projeto de Resolução n° 62, de 1991.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 1993

Altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 336, *caput*, do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 336. A urgência poderá ser requerida: a)

b) quando se pretenda a apreciação da matéria na segunda sessão ordinária subsequente à aprovação do requerimento;

c) quando se pretenda a inclusão em Ordem do Dia de matéria pendente de parecer.”

Art. 2º O art. 338, II, III e IV, do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 338.

I —

II — no caso do art. 336, b, por dois terços da composição do Senado ou Líderes que representem esse número;

III — no caso do art. 336, c, por um quarto da composição do Senado ou líderes que representem esse número;

IV — por comissão, nos casos do art. 336, b e c.”

Art. 3º O art. 340, II e III, do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 340.

I —

II — após a Ordem do Dia, no caso do art. 336, b;

III — na sessão seguinte, incluído na Ordem do Dia, no caso do art. 336, c.”

Art. 4º O art. 341 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 341. Não serão submetidos à deliberação do Plenário requerimentos de urgência:

I — nos casos do art. 336, a e c, antes da publicação dos avisos da proposição respectiva;

II — em número superior a dois, na mesma sessão, não computados os casos do art. 336, a.”

Art. 5º O art. 342 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 342. No caso do art. 336, b, o requerimento de urgência será considerado prejudicado se não houver número para votação.”

Art. 6º O art. 345 e seu parágrafo único, do Regimento Interno, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 345. A matéria para a qual o Senado concede urgência será submetida ao Plenário:

I — imediatamente após a concessão da urgência, no caso do art. 336, a;

II — na segunda sessão ordinária que se seguir à concessão da urgência, incluída na Ordem do Dia, no caso do art. 336, b;

III — na quarta sessão ordinária que se seguir à concessão da urgência, na hipótese do art. 336, c.

Parágrafo único. Quando, nos casos do art. 336, b e c, encerrada a discussão, se tornar impossível o imediato início das deliberações, em virtude da complexidade da matéria, à Mesa será assegurado, para preparo da votação, prazo não superior a vinte e quatro horas.”

Art. 7º O art. 346 e seu § 2º, do Regimento Interno, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 346. Os pareceres sobre as proposições em regime de urgência devem ser apresentados:

I — imediatamente, na hipótese do art. 336, a, podendo o relator solicitar prazo não excedente a duas horas;

II — quando a matéria for anunciada na Ordem do Dia, no caso do art. 336, b;

III — no prazo compreendido entre a concessão da urgência e o dia anterior ao da sessão em cuja Ordem do Dia deva a matéria figurar, quando se trata de caso previsto no art. 336, c.

§ 1º

§ 2º O parecer será oral no caso do art. 336, a, e, por motivo justificado, nas hipóteses do art. 336, b e c.”

Art. 8º O art. 347 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 347. Na discussão e no encaminhamento de votação das proposições em regime de urgência, no caso do art. 336, a, só poderão usar da palavra, e por metade do prazo previsto para as matérias em tramitação normal, o autor da proposição e os relatores, além de um orador de cada partido.”

Art. 9º O art. 348 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 348. Encerrada a discussão da matéria em regime de urgência com a apresentação de emendas, proceder-se-á da seguinte forma:

I — no caso do art. 336, a, os pareceres serão proferidos imediatamente, por relator designado pelo Presidente, que poderá pedir o prazo previsto no art. 346, I;

II — no caso do art. 336, b, os pareceres poderão ser proferidos imediatamente, ou se a complexidade da matéria o indicar, no prazo de vinte e quatro horas, saindo, nesta hipótese, a matéria da Ordem do Dia, para nela figurar na sessão ordinária subsequente;

III — no caso do art. 336, c, o projeto sairá da Ordem do Dia, para nela ser novamente incluído na quarta sessão ordinária subsequente, devendo ser proferidos os pareceres sobre as emendas até o dia anterior ao da sessão em que a matéria for apreciada.”

Art. 10. O art. 349, *caput*, do Regimento Interno passa a ter a seguinte redação:

Art. 349. A realização de diligência, nos projetos em regime de urgência, só é permitida no caso do art. 336, c, e pelo prazo máximo de quatro sessões ordinárias.”

Art. 11. O art. 352, II, e seu parágrafo único, do Regimento Interno, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 352. Extingue-se a urgência:

I —

II — nos casos do art. 336, b e c, até ser iniciada a votação da matéria, mediante deliberação do Plenário.

Parágrafo único. O requerimento de extinção de urgência pode ser formulado:

a) no caso do art. 336, b, pela maioria dos membros do Senado ou líderes que representem esse número;

b) no caso do art. 336, c, por um quarto da composição do Senado ou líderes que representem esse número;

c) nos casos do art. 336, b e c, pela comissão requerente."

Art. 12. Os arts. 132, § 2º, a e b, 163, VI, 255, I, a e II, c, 1, e 408, § 3º, todos do Regimento Interno, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 132.

§ 2º

a) por meia hora, no caso do art. 336, a;

b) por vinte e quatro horas, nos casos do art. 336, b e c;

"

Art. 163.

VI — matéria em tramitação normal."

Art. 225.

I —

a) urgência no caso do art. 336, b;

II —

1) urgência do art. 336, c;

"

Art. 408.

§ 3º Quando se tratar de questão de ordem sobre a matéria em regime de urgência nos termos do art. 336, a, ou com prazo de tramitação, o parecer deverá ser proferido imediatamente, podendo o Presidente da comissão ou o relator solicitar prazo não excedente a duas horas."

Art. 13. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Concede a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o espírito de confraternização pela proximidade do Natal não comporta, neste momento, qualquer palavra de ira ou irritação.

A ponderação sobre assunto de interesse público, porém, é sempre oportuna. É precisamente o que desejo fazer para definir responsabilidades do Governo e responsabilidades do Congresso Nacional.

Tive oportunidade, há dias, de salientar por duas vezes desta tribuna o retardamento, por parte do Governo, da remessa ao Congresso do seu plano de ação, projeto, programa, como quer que seja denominado. Observei, então, que era muito próprio assinalar-se a demora, pelas dificuldades que adviriam para o trabalho do Congresso, pois já se aproximava o mês de dezembro, e o acúmulo de matéria perturbaria, seguramente, o exame de assuntos mais complexos que sobrevissem da ação administrativa.

Em verdade, o Governo ainda não remeteu projeto completo nenhum. Ao Congresso foi remetida proposição tendente a alterar a Constituição para permitir a retenção de parcela do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, com a criação de um fundo de emergência, que seria administrado pela União.

A esta altura, ou seja, no dia 22 de dezembro, ainda não chegou ao Congresso Nacional o Orçamento revisto. Atente-se bem: o Orçamento revisto ainda não chegou ao Congresso. Vale dizer que já não há possibilidade de apreciação da matéria no exercício de 1993. O Orçamento, porém, é o instrumento básico para definir as responsabilidades do Governo e do Congresso, pois nele serão especificados os recursos e as despesas para o exercício de 1994.

O Governo também sabia, porque já estava em vigor o Regimento estabelecido para a Revisão, que nenhuma proposta de emenda constitucional teria, agora, curso separadamente. O Regimento estabeleceu que qualquer matéria nesse período correria conjuntamente com as proposições formuladas para o processamento da Revisão.

Não sendo possível alterar a Constituição por uma emenda isolada, para permitir a retenção de parcela do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, também curso não poderia ter a medida tendente a criar o Fundo de Emergência.

Tudo, portanto, ficou a depender da Revisão que, como se sabe, obedece a prazos e aí está a arrastar-se com a apresentação de 17 mil emendas. Resta a impressão que o que se quer não é fazer uma Revisão, mas uma nova Constituição. A irresponsabilidade leva a tanto, neste instante de tamanha confusão.

Mas, concomitantemente, o Governo salienta repetidas vezes, sobretudo pela palavra do Sr. Ministro da Fazenda, que se o Congresso não lhe der o ajuste fiscal e as medidas de complementares, a administração não poderá responsabilizar-se pela exacerbada inflação.

É preciso que se deixe muito claro para a opinião pública que o Congresso não pode ser responsabilizado pelo agravamento da inflação. O Governo, que demorou nas suas provisões, que assuma a responsabilidade de sua incúria. E não se entende a contradição em que está envolvido o Poder Executivo quando não adota medidas para conter os preços abusivos, inclusive dos medicamentos e gêneros alimentícios de modo geral, e anuncia ou adota provisões a indicar que

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Volta-se à lista de oradores.

a situação do Tesouro não é assim tão difícil. Veja-se: o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade da COFINS. Vale dizer, os recursos que estavam em depósito judicial ficaram livres para a disponibilidade do Governo.

Mas, ao mesmo tempo em que o Supremo assim declara, o Governo, por intermédio do Ministério da Fazenda, baixa portaria estabelecendo que o pagamento da dívida relacionada com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS, poderá ser efetuado até um prazo de 80 prestações mensais. Note-se: quem, inconformado com a Contribuição, teve a iniciativa de discuti-la, mas para tanto houve que recolher, por efeito da decisão do Supremo pagou o devido; quem não discutiu, quem não recolheu, tem o tratamento privilegiado de poder pagar até o prazo de 80 prestações. Onde está o critério de justiça do Governo? Onde está a equidade de tratamento?

Por outro lado, onde estão as dificuldades do Erário, se o Governo se permite a liberdade de conceder a privilegiados tão-muito prazo?

Mas isto ocorre no momento em que o Governo anda de porta em porta dos gabinetes dos partidos e dos seus líderes apelando para a aprovação da medida excepcional de retenção de parte do Fundo de Participação dos Estados e da criação de um Fundo de Emergência. Como então o Governo justificará o seu comportamento, e como pretende responsabilizar o Congresso pela elevação da inflação, se o ajuste fiscal não for aprovado em prazo limitado?

Como o Governo justificará seu procedimento se no dia 22 de dezembro o Orçamento revisto ainda não chegou ao Congresso para apreciação? Essas matérias não são isoladas, não são distintas, são matérias que se entrelaçam; o Congresso há de considerá-las em conjunto, pois que umas se vinculam a outras para definir a responsabilidade conjunta da Administração e do Parlamento.

Os fatos assim ocorrem, esclarecimentos objetivos não vêm ao Congresso. Ao que se diz, o Governo está em dificuldade para a remessa do Orçamento, porque não sabe como corrigi-lo diante da concessão da Medida Liminar, deferida pela Justiça a requerimento da Procuradoria-Geral da República.

Tendo a Justiça reconhecido que o Poder Executivo não pode reduzir a verba proposta pela Procuradoria-Geral da Justiça, ou seja, pelo Ministério Público, o Orçamento teria que ser reconstituído na base do que aquele órgão propôs.

Certo é que vai encerrar-se a Sessão Legislativa, ou melhor, a Sessão Legislativa de 1993 já se encerrou, houve uma prorrogação, e estamos a chegar ao fim do ano e o Orçamento ainda não foi presente ao Congresso Nacional.

O que quero, portanto, Sr. Presidente, nas breves palavras que estou proferindo, é deixar bem claro que o Congresso Nacional não tem nenhuma responsabilidade por qualquer agravamento da inflação. O Governo que demorou nas provisões, o Governo que retardou o encaminhamento da proposta de alteração da Constituição, o Governo que, ainda, não mandou ao Congresso o Orçamento é responsável, o único responsável, quer pela situação presente da inflação, quer pela que vier a constituir-se em dias próximos.

Os jornais já anunciam que, segundo levantamentos feitos por órgãos competentes, a inflação deste mês se aproximará de 37%. Todos salientam que a inflação se agrava. Não se agrava por nenhuma demora do Congresso na adoção de medidas de sua competência exclusiva. Tudo quanto nesse terreno econômico-financeiro se está agravando é pela responsabi-

lidade do Governo nas suas indecisões, na sua incapacidade de tomar a medida própria no tempo certo.

Assuma o Governo, portanto, a responsabilidade de seus atos e não pretenda transferi-la para o Congresso. O povo está atento. Se Congresso experimenta um instante de dificuldades, se o acusam até ilimitadamente, devemos ter, aqui, a decisão de assinalar o que nos cabe e o que não nos cabe de responsabilidade nos erros correntes. No particular das medidas econômico-financeiras, a responsabilidade é do Governo: que ele a assuma e, indevidamente, não a transfira para o Congresso Nacional.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Eu estava acompanhando, Senador Josaphat Marinho, o seu pronunciamento. Esperei V. Ex^a praticamente terminar sua oração para aparteá-lo. Tem razão, e nesse ponto eu me congratulo e me solidarizo com V. Ex^a, quando diz que o Governo deverá fazer a sua parte e o Congresso a que lhe é pertinente. Veja V. Ex^a, desde o início do Governo Collor até o do Presidente Itamar Franco, o Congresso está pronto a ouvir, discutir e aprovar medidas de interesse da coletividade. Em relação ao problema do imposto, entendo que já deveria estar aqui para que nós pudéssemos discuti-lo. Esse ajuste fiscal deve ser feito com justiça fiscal e não ser um arrocho fiscal. Percebe-se isso quando o Governo, agora, neste momento, quer editar uma medida provisória aumentando em 5% a mais os impostos. Em seguida o Ministro da Fazenda diz que deverá haver uma assídua e maciça fiscalização nas grandes empresas, como se só as grandes empresas é que pagam impostos. Todos nós somos obrigados a pagar os impostos, Senador. O Governo não está dando o exemplo que deveria dar e se não fosse o Congresso, o Senado principalmente, aquele Projeto nº 66, de nossa autoria, que se tornou, inclusive, a Resolução nº 58, que obrigou os maiores sonegadores deste País a pagarem seus impostos. E quem são eles? Esses sonegadores são, na verdade, o Governo, os Estados, os Municípios, as estatais. Senador Josaphat, no meu Estado, temos municípios que há 30 anos não pagam a Previdência, e o seu débito significava 52% das suas dívidas com essa instituição. Se não fosse o Senado ter aprovado aquela Resolução nº 58, que obriga Estados, Municípios e estatais a regularizarem seus débitos com a Previdência, não sei o que seria disso tudo. Veja bem, nobre Senador, demos um prazo às empresas particulares de até 60 meses, para que coloquem em ordem seus débitos. Mas para os Estados, esse prazo se estendeu até 240 meses. Contudo, se cada devedor não apresentar a cada 90 dias o certificado de regularidade, não receberá nem um tostão do Governo Federal. Isso foi idealizado pelo Congresso, caso contrário, o Ministro Britto não teria possibilidade de pagar os miseráveis salários dos aposentados e dos pensionistas. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a por essa posição de alertar o Governo. Estamos aqui prontos para receber os projetos e discuti-los em benefício da coletividade. Não devemos nos culpar, caso rejeitemos essa medida provisória que irá aumentar os impostos, que ainda está para ser editada. Na verdade, temos que diminuir a carga tributária e nunca aumentá-la. Parabéns a V. Ex^a

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, nobre Senador Ney Maranhão, que corrobora

as ponderações que venho formulando. A situação é tanto mais grave, como V. Ex^a salienta, quanto o Governo pretende ainda, no conjunto das propostas feitas, alterar os impostos federais, a título de suprir suas dificuldades.

De um lado, observe-se que, quando o Poder Executivo tem alguém competente, disposto a cumprir a lei, não precisa de novas normas. É o que está comprovando o atual Diretor da Receita Federal. Tratando os contribuintes com a energia devida, vem aumentando a receita gradualmente. E o fez e o faz sem precisar de novas leis; pôs em execução as normas existentes e pôs a operar o conjunto de servidores da Receita Federal.

O problema, portanto, não é de novas leis nem de aumento de imposto; é, sobretudo, de capacidade, de ação administrativa.

Por outro lado, num quadro de tamanhas dificuldades para a classe média e a economicamente fraca, pretender aumentar imposto é medida de extrema injustiça. Nem o Congresso pode açodadamente votá-la. A responsabilidade do Congresso não é, sobretudo, com o Governo; é principalmente com o povo, que sofre os efeitos da má administração.

O Sr. Ney Maranhão — Complementando, nobre Senador Josaphat Marinho, veja V. Ex^a que nós estamos de pleno acordo com respeito à atitude da Receita Federal de arrecadar, mas existe um dado preocupante. A Receita aumentou a sua arrecadação em praticamente 20% do Governo do Presidente Itamar Franco para cá. Agora, sabe quanto aumentou a despesa, nobre Senador? Quase 50%. É um saco que entra menos e que sai mais. Essa é a grande preocupação nossa.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Além do que V. Ex^a, tão oportunamente, salienta, ainda é de observar-se, como eu disse de princípio, que o Governo, alegando situação de dificuldades, concede, entretanto, prazo até 80 meses para devedores recolherem débitos da contribuição da segurança social. Exatamente, concede a facilidade aos que nem ao menos cuidaram de discutir a matéria no tempo próprio.

Ora, o Governo que assim procede não pode pretender que o Congresso Nacional vote apressadamente aumento de tributos federais, como o que foi proposto.

Também cumpre assinalar que não nos ameaçará a alegação do Governo de que, se o Congresso não votar tais medidas até o fim de dezembro, será emitida medida provisória. Que o faça o Governo sob sua responsabilidade. O Congresso não está tardando; essas matérias chegaram aqui em dezembro, mas fique de logo advertido o Governo Federal que medida provisória não é instrumento legislativo adequado para aumento de tributo. É um entendimento já tranquilo que matéria de caráter tributário, notadamente no que concerne à elevação de alíquotas, é assunto da órbita da lei formal.

Arrisque-se o Governo, se o quiser. Mas fique desde logo advertido de que corre o risco de, ainda uma vez, o Supremo Tribunal Federal interferir, com a sua autoridade e em defesa da Constituição, para proclamar a ilegitimidade da medida anunciada.

De qualquer sorte, aqui, o que nos cumpre é ponderar, Sr. Presidente, em nome do povo. Para este é que temos que nos voltar, de modo precípua. As dificuldades de vida se agravam e se agravam, sobretudo, para a classe média que empobrece e para os pobres, que já não têm regularmente como viver.

Essa é a nossa preocupação fundamental. É essa preocupação que quis deixar nestas palavras, seguramente as últimas que profiro no Congresso, em 1993.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra à nobre Senadora Marlúce Pinto.

O SR. MARLUCE PINTO (PTB-RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, ontem, ao examinar as emendas apresentadas por um Deputado de São Paulo para a Revisão Constitucional, tive uma desagradável surpresa. O Deputado Tuga Angerami, do PSDB, apresentou quatro emendas, as quais têm como finalidade a reversão do Estado de Roraima à condição de Território Federal. O principal motivo que S. Ex^a alega é que o Estado de Roraima está constantemente precisando que os cofres públicos da União remetam verbas para a sua sobrevivência.

Sr. Presidente e nobres Senadores, tenho certeza que, se for feito um levantamento desses três anos, a partir do dia 1º de janeiro de 1990 — conforme determina a Constituição, a partir dessa data que Roraima se tornou Estado —, de todos os Estados da Federação brasileira, proporcionalmente, Roraima foi o que menos recebeu recursos da União, porque, além do FPE, um Fundo de Participação que todos os Estados recebem, o menor coeficiente pertence, exatamente, ao nosso Estado.

Para que V. Ex^a tenham certeza da minha afirmativa, em novembro, o nosso Estado recebeu apenas 2 bilhões e 300 milhões de cruzeiros reais. Afora algumas emendas por mim aprovadas nesses três anos, outros recursos não foram destinados ao Estado de Roraima, senão através de verbas orçamentárias de minha autoria. Minhas palavras poderão ser comprovadas, caso alguém queira conferi-las.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sei que esta notícia vai causar um impacto, mas é do meu conhecimento, informação do próprio Diretor do DNER, de que não há nenhum Estado da Federação, com exceção de Roraima, que tenha construído um quilômetro de asfalto com recursos próprios. Todo o trabalho de recuperação das estradas e as estradas novas asfaltadas foi realizado com verbas liberadas pelo DNER.

Quero que fique registrado hoje, nos Anais desta Casa, que no dia 1º de maio deste ano o Governador do Estado de Roraima inaugurou 57 km de asfalto, de Boa Vista até a cidade Porto de Caracaraí.

E por que a preocupação do Governo do Estado em retirar dos poucos recursos próprios para asfaltar esses 57 km? Porque, antes, Sr. Presidente e meus nobres Colegas, na época do inverno, faltava até gás de cozinha nas residências, as estradas ficavam cortadas e não podiam trafegar caminhões; os rios, por onde se pode fazer o transporte por via fluvial, ficavam inacessíveis, bem como grande parte da estrada de Caracaraí, até chegar à capital, não apresentava a mínima condição para tráfego. Por isso, essa preocupação do Governador.

Existe um contrato bilateral entre os Governos brasileiro e venezuelano para que a Venezuela asfalte a estrada até chegar ao marco BV-8, que é a fronteira, a cidade Santa Helena, e o Brasil asfaltaria de Boa Vista ao marco BV-8.

Há três anos, a Venezuela cumpriu o contrato assinado, e até hoje o Governo brasileiro não asfaltou um quilômetro sequer!

Em decorrência das dificuldades que enfrentamos, porque estamos na iminência de implantar uma área de livre comércio na fronteira da Venezuela, contei com o apoio dos meus nobres Colegas na aprovação do meu projeto.

O Governador teve essa grande preocupação, uma vez que não haveria nenhum interesse de se viajar de outros Estados, ou até mesmo de Roraima para a Venezuela, passando por uma estrada de chão, principalmente no inverno, quando ela se torna intransitável.

Para conhecimento de V. Ex^a, até sexta-feira da semana passada, o Sr. Governador, também com recursos do próprio Estado, já asfaltou 40 km; há mais 30 km preparados para receber a última capa, porque já está imprimido; 85 km de base pronta para receber o asfalto e 150 km de sub-base. Tudo isto por causa de uma administração que tem a hombriidade de saber usar os seus recursos.

Muitas pessoas perguntam inclusive como é que o Governador consegue multiplicar as verbas até para asfaltar estradas pavimentadas!

V. Ex^a podem ter a certeza de que, antes de terminar o mandato do Sr. Governador, vou dizer desta tribuna, no próximo ano, se o inverno não iniciar antes de maio, que o Governador já chegou com o asfalto até o marco BV-08. De Boa Vista até o marco BV-08 são exatamente 213 km.

O Sr. Governador já está terminando as obras civis de uma hidrelétrica no sul do Estado. Para a sua realização, não recebeu nem verbas orçamentárias, nem empréstimos e nem verbas liberadas para aquele Estado, mas recursos do seu próprio Estado. Com as verbas do FPE e com a arrecadação dos impostos, está construindo uma hidrelétrica no Jatapu, porque, dos oito Municípios que existem em Roraima, quatro vão receber luz elétrica, a partir do próximo ano.

Há 30 programas de irrigação já em execução; já houve a distribuição de mais 250 kits para pequenos agricultores. E não sei qual a razão de um Deputado que, através do meu conhecimento esteve no Estado de Roraima apenas visitando Surucucus, que é um dos projetos do Calha Norte, acha por bem apresentar emendas para que o nosso Estado se reverta à condição de Território.

Uma das outras alegações nas suas justificativas é que os funcionários públicos recebem da União. Isto foi um privilégio concedido a Rondônia e ao Acre, que também foi Território. Na Constituição, apresentei uma emenda para que Roraima e Amapá também tivessem os mesmos privilégios de Rondônia. E, naquela época, entre 1991 e 1992, o nosso Estado não atingiu nem 7 mil funcionários, que, realmente, já trabalhavam no Território Federal, já eram empregados antes da promulgação da Constituição.

Não quero incriminar ninguém, mas sei que V. Ex^a vão ler, porque a Emenda nº 5.853-0 é a que mais explicita o fato. Ele diz que recentemente o Secretário da Administração Federal alegou ilegalidades que tornaram estáveis os funcionários públicos de Roraima, pois não cumpriam com as exigências legais.

Infelizmente, há pouco tempo esse fato aconteceu. Não quero citar nomes, para não dizer que estou denunciando pessoas. O meu objetivo hoje é falar sobre o Estado.

Realmente, por parte do Poder Executivo, encaminharam nomes que não eram de 1988. Mas eles não estão recebendo, pois, quando houve a publicação, agora, recentemente, no dia 18 de novembro, no dia 28, o Diretor de Recursos Humanos remeteu uma portaria à Secretaria de Administração do Estado de Roraima para que incluísse aqueles nomes

na folha de pagamento, sendo que, na portaria, o item 2 dizia que não ocorrera os cofres da União. Imediatamente, a Secretaria de Administração advertiu o Diretor de Recursos Humanos, afirmando que aqueles nomes não constavam da folha de 1988. Portanto, não houve nem anuência por parte do Governo Estadual com relação a essas ilegalidades.

Ilegalidades existem muitas; todos os Estados não podem ir atrás delas! Sabemos que, em sua maioria, nem sempre o Poder Executivo é que tem culpa.

Graças a Deus este Congresso está tentando retirar tudo o que está ilegal, principalmente no que tange às verbas orçamentárias. Isso é outro caso. Que ele fosse usar esse argumento em outra situação ou então solicitasse a instalação de uma CPI para apurar quem tem culpa, e não simplesmente pretender punir os habitantes de Roraima.

Desculpe-me, Senador Ney Maranhão, por não ter-lhe concedido o aparte. Foi até um ato de irreverência. Eu ia só citar o caso de Jatapu e depois, em virtude da minha empolgação em falar sobre o meu Estado e as injustiças que estão querendo fazer com o mesmo, eu me esqueci.

V. Ex^a tem a palavra agora.

O Sr. Ney Maranhão — Senadora Marlúce Pinto, desde o início estou ouvindo, com a devida atenção, o pronunciamento de V. Ex^a. Pedi o aparte para endossar as suas palavras em defesa do seu Estado. Conheço muito bem Roraima, pois fiz campanha política lá; conheço o norte, o sul, o leste e o oeste do Estado. A grande possibilidade de desenvolvimento do País está naquela região, queiram ou não. Tive oportunidade de acompanhar o ex-Presidente Fernando Collor numa visita ao Presidente Pérez, em Santa Helena, que V. Ex^a acaba de citar, cobrando do Governo brasileiro uma parte da pavimentação, se não me engano, duzentos e tantos quilômetros.

A SR^a MARLUCE PINTO — São duzentos e treze quilômetros. Mas, quarenta quilômetros já foram pavimentados pelo Governo do Estado, que vai pavimentar os duzentos e treze.

O Sr. Ney Maranhão — Exatamente. Quero congratular-me com V. Ex^a pelo seu pronunciamento. O que tenho ouvido de pessoas que me informam a respeito de Roraima é que o atual Governador desenvolve um trabalho sério e profícuo. O que me preocupa, Senadora, é que um Governador e um Prefeito governam hoje, apenas, dois anos, e não quatro, ou seja, um ano para arrumar a casa, dois anos para governar e o último ano é o de eleição, de política, que ele não governa como deveria. E o que acontece? Fiz um levantamento, através de minha assessoria, das obras paradas que temos no País, na área federal, municipal e estadual. Essas obras, hoje, somadas, Senadora Marlúce Pinto, significam quase duas vezes o que devemos no exterior. Por quê? Porque um trabalho como esse, do Governador Ottomar Pinto, no momento em que S. Ex^a deixar o Governo, mesmo sendo substituído por um correligionário — como acontece na maioria dos Estados —, seu sucessor não vai querer continuar a obra. Mesmo com a boa vontade, em dois anos não dá para fazer obra para o adversário ou mesmo o correligionário continuar a obra. E isso está acontecendo no Brasil. Então, a solução é aquele projeto, sobre o qual tenho lutado desde 1991, de reeleição de Governadores, Prefeitos, Presidentes da República, como se vê na Constituição americana, no seu art. 22, que dá direito aos bons administradores de se reelegerem, como é o caso do Governador Ottomar Pinto e tantos outros, como é o caso de vários Prefeitos, como

Jarbas Vasconcelos, do Recife, e Jaime Lerner, de Curitiba. E, dentro dessa linha, o Governador Ottomar Pinto e tantos outros farão um plano de Governo não de dois, mas de oito anos, e a obra ainda por terminar, ao deixar o cargo, ficará de tal forma que o seu substituto, mesmo sendo seu adversário, com certeza, terá o maior empenho em terminá-la. O exemplo que V. Ex^a está mostrando ao Senado da República é o trabalho do Governador de Roraima, exemplo para os Governadores deste País. Essa minha emenda não pode deixar de ser aprovada agora. Para isso, 67% do Congresso já a apóia, inclusive o Relator-Geral dará parecer favorável. Mas, precisamos para agora, para obras como essa de Roraima e para tantas outras. É este o aparte que queria dar a V. Ex^a

A SR^a MARLUCE PINTO — Agradeço a complementação de V. Ex^a, por ser um Senador que conhece Roraima. Até aproveito, hoje, esta oportunidade para convidar alguns dos meus nobres Colegas. O Governador colocará até o avião à disposição de V. Ex^a

Há poucos dias, o Senador Mário Covas me solicitou, dizendo que era um dos Estados que não conhecia e tinha vontade de conhecer. Em decorrência disso, vou até apressar a ida do Senador Mário Covas a Roraima, porque tenho certeza que, como Líder nesta Casa, S. Ex^a poderá solicitar do nobre Deputado até a retirada dessas emendas.

Tenho certeza que se o Deputado fosse a Roraima para conhecer o que foi feito em 3 anos, jamais deixaria que essa emenda fosse submetida à votação.

Complementando o que estava falando sobre a prerrogativa de Roraima, dos ex-funcionários, que eram do Território, receberem pela União, realmente, como já expliquei, eles já trabalhavam desde 4 de outubro de 1988, como a lei determina. A mesma prerrogativa existe para Rondônia, Acre e Amapá.

Com todo o trabalho que o Governador tem empreendido nesses 3 anos de sua administração, o Estado de Roraima, hoje, não tem débito nem com a União, não tem débito externo, não tem um empréstimo feito no seu próprio banco, o Banco do Estado de Roraima. Ao contrário, as verbas do banco são colocadas para o Programa FUNDER. Todos em Roraima têm conhecimento disso.

O FUNDER é um programa que está financiando os microempresários, os micropecuaristas e os microagricultores.

Levei este caderno para ler em casa ontem à noite e tive essa surpresa desagradável, de não encontrar o exemplar da revista *Exame* que classifica os três Estados que mais investiram nas microempresas, os quais são: Rio de Janeiro, Ceará e Roraima.

O Governador de Roraima não teve nenhuma participação nisso, pois nunca fez uma divulgação fora de seu Estado. Por esse motivo, as pessoas que não vão a Roraima não sabem de seu desenvolvimento.

O Sr. Júlio Campos — Permite-me V. Ex^a um aparte, sobre Senadora Marlúce Pinto?

A SR^a MARLUCE PINTO — Pois não, Senador Júlio Campos, com muito prazer.

O Sr. Júlio Campos — Senadora Marlúce Pinto, também fui autor, nesse projeto da Revisão Constitucional, de uma emenda relacionada com a evolução da criação de inúmeros Estados e Municípios brasileiros sem condições mínimas de sobrevivência, como vem ocorrendo ultimamente em nosso País. No caso de meu Estado, Mato Grosso, qualquer corru-

tela, com cinco casas e duas ruas, numa barbaridade cometida pela Assembléia Legislativa, transformou-se, agora, em Município, vivendo às custas do FPM. O coeficiente mínimo do FPM — 0,6, que, hoje, corresponde a algo em torno de 3 milhões de cruzeiros — ao chegar ao cofre da prefeitura, é dividido entre o salário do prefeito, do Vice-prefeito e de nove vereadores. Hoje o número mínimo de vereadores, por Câmara, é nove, o que é um escândalo para este País. Se é que queremos passar o Brasil a limpo, se é que queremos moralizar os costumes deste País, um dos assuntos a ser analisado com bastante severidade pela Revisão Constitucional é, sem dúvida, o fator da criação de Estados e Municípios. Vi um relatório divulgado pelo *Jornal do Brasil*, na semana passada, que analisa a situação atual dos Estados brasileiros. Dos 27 Estados do País, se fizéssemos uma contenção realmente justa, apenas 17 sobreviveriam como tal. Mas se fizermos algumas fusões de Estados hoje inviáveis com outros viáveis, poderíamos chegar a 20 ou 21 unidades da Federação. Tendo em vista essa questão, apresentei uma emenda no sentido de que de 1994 até 1998, os atuais Estados, tidos como deficitários, que dependem exclusivamente dos recursos federais para a sua sobrevivência, que não fossem viabilizados economicamente, teriam a sua condição revertida na figura de Território Federal. Além do mais, poderíamos criar novos Territórios Federais em regiões realmente distantes dos centros do País. Nesse caso, mediante as palavras de V. Ex^a, não se incluiria Roraima que, embora com poucos habitantes e distante, está viabilizada economicamente, tendo até recursos para fazer investimentos em obras que não seriam de sua competência, mas do Governo Federal, obras que deveriam ser da competência do DNER, do Ministério dos Transportes. Entretanto, o Estado, sentindo que o abandono por essas rodovias federais, nos últimos cinco ou dez anos, foi substancial, ele próprio está cumprindo esse compromisso. Portanto, poder-se-ia fazer um reestudo e uma nova redivisão territorial, mas com calma, sem precipitação, porque o grande mal que vejo nos Estados é a balbúrdia de criação. Há vinte e quatro Deputados Estaduais em cada Assembléia Legislativa; ora são muitos Deputados para Estados tão pequenos, mesmo para o meu, que tem 2,5 milhões de habitantes e é o segundo maior produtor de grãos do País, arrecadando 30 a 35 milhões de dólares/mês de ICM. A despesa do Tribunal de Justiça é uma barbaridade! Hoje, um juiz, um desembargador, ganha três vezes mais do que um Senador da República. Então, para se evitar esse tipo de descontrole, nesta Revisão Constitucional, devemos apresentar uma nova emenda constitucional no sentido de refrear essas barbaridades que vêm ocorrendo na criação desmesuradas de Municípios e até de Estados, hoje totalmente inviáveis. Tenho certeza absoluta que no momento que analisarmos a emenda, não haverá precipitação em declarar extinto determinado Estado. Será dado um prazo para ele se adequar e assim poderíamos diminuir o número de Parlamentares. O que está escandalizando o povo é o fato da Câmara Municipal de uma cidade de 1.500 eleitores já iniciar com nove vereadores, o que não é absolutamente necessário. Quando fui prefeito eram cinco os vereadores mínimos por cidade. Hoje não, a coisa afrontou-se tanto que o dinheiro que é enviado das quotas federais só dá para pagar os salários da cúpula dos Municípios, o que, consequentemente, causa problemas para os Estados. Então, neste momento, em que V. Ex^a traz à tona a situação de Estados e Municípios, reafirmo que a minha emenda é no sentido de dar um prazo para os Estados, hoje deficitários, de se

adequarem à nova realidade nacional, que é a de austeridade e desenvolvimento do País.

A SRA. MARLUCE PINTO — Mas, nobre Colega, estou falando na emenda do Tuga Angerami, de São Paulo, no sentido de reverter o Estado de Roraima.

O Sr. Júlio Campos — Isso é precipitação.

A SRA. MARLUCE PINTO — É precipitação porque S. Ex^a não conhece.

Ainda não tive o prazer de ler a emenda de V. Ex^a, pelo menos não consta desta relação e das demais que já li.

V. Ex^a foi muito coerente quando afirmou que é preciso haver uma fiscalização até 1998. Pode ser que em 1998 a situação de Roraima não seja a atual, porque não sei como será depois da próxima eleição. Permite Deus que o novo Governador aproveite a estrutura ora montada e dê continuidade ao trabalho, porque lá em Roraima...

O Sr. Júlio Campos — Vamos então aproveitar a oportunidade que o Senador Ney Maranhão está nos oferecendo, para aproveitarmos a sua emenda, que permite a reeleição dos atuais Governadores e preparar a reeleição do Governador Ottomar Pinto para que Roraima não passe por essa situação.

A SRA. MARLUCE PINTO — Olha, sou tão favorável a essa emenda, que também entrei com uma emenda na revisão constitucional. Há três anos sou Senadora e até então não havia entrado com um projeto a esse respeito. V. Ex^a sabem que as emendas dos Senadores Ney Maranhão e Valmir Campelo são de 1991, mas naquela época eu não me sentia segura para dar entrada num projeto de lei desse teor por ser esposa de Governador. Eu não poderia fazê-lo sem ter a certeza do desenvolvimento, do desempenho do atual Governador no seu Estado no decorrer da sua administração de quatro anos. Hoje, já posso essa segurança. Quando encaminhar minha emenda, se qualquer Parlamentar me apartear afirmando que estou legislando em causa própria, por ser esposa de um Governador, posso argumentar que é exatamente por esse motivo que apresento tal emenda. Ex^a tamente por ser a esposa de um Governador que está desenvolvendo o seu Estado, que está atuando com grande desempenho e que propiciou mudanças em todas as áreas daquele Estado, não somente no setor de estradas, o que alguns podem alegar por ser S. Ex^a engenheiro e ter passado muitos anos construindo estradas. Realmente, S. Ex^a passou 35 anos na Aeronaútica construindo estradas. V. Ex^a podem até perguntar: o menor coeficiente do Fundo de Participação dos Estados é o de Roraima, e como S. Ex^a consegue realizar obras? S. Ex^a fica à frente de tudo e está fazendo por administração direta. S. Ex^a comprou uma usina "zero", uma usina de asfalto; conta com a colaboração de um Brigadeiro e três Coronéis que trabalharam na Comara, que, durante quase oito anos, construiu aeroportos nessa região amazônica, além de muitas estradas. S. Ex^a, então, só gasta com os equipamentos que comprou e que estão servindo até para asfaltar as ruas de Boa Vista. Vários bairros e avenidas de Boa Vista já foram asfaltadas.

Se, hoje, eu ficasse aqui a dizer obra por obra, construída neste triénio do Governo Ottomar Pinto, V. Ex^a ficariam tão perplexos que só acreditariam, realmente, quando uma equipe de Senadores fosse conhecer as obras ali empreendidas, por maior consideração que tenham por minha pessoa, como já têm demonstrado na aprovação dos meus projetos, porque obra construída não se pode esconder. A única obra que fica escondida, mas que, mesmo assim, pode ser comprovada,

é a de tratamento de água. Não há um bairro dentro da cidade de Boa Vista em que o povo não esteja tomando água tratada. Agora mesmo está terminando a obra da lagoa de estabilização para que os dejetos não sejam mais lançados no Rio Branco, poluindo, assim, as suas águas. Até convidei o Deputado Juthay Magalhães Júnior para ir à inauguração, no próximo mês, mesmo S. Ex^a não sendo mais Ministro, pois obteve dele pequenas participações de emendas orçamentárias de minha autoria e que foram liberadas; emendas essas cujos valores não chegam a 10% do valor da obra. O resto foi realizado com recursos próprios.

Para V. Ex^a terem uma idéia, até fruta ia para Roraima de avião, na época do inverno, porque não havia condições de serem transportadas pelas estradas vicinais, que estavam em péssimo estado.

Antes, eram produzidas 600 mil sacas de arroz; hoje, o Estado de Roraima é auto-suficiente em arroz irrigado, produzindo dois milhões de sacas, já exportando para o Estado do Amazonas e até para Rondônia.

Hoje nós temos todas as frutas tropicais, as frutas regionais do Norte e também do Nordeste, porque o solo é bom. Não trazemos mais frutas de fora. E quando se vai à feira do produtor parece que se está numa cidade grande, tal a abundância de frutas.

Em todas as localidades onde os agricultores plantam, o Governador fornece a semente, a sacaria, o adubo e ainda há os caminhões do Governo do Estado para fazer o transporte das vicinais das localidades do interior até a feira em Boa Vista.

Na área da educação, 97% do ensino ministrado em Roraima é público. Os colégios particulares que existiam, como o Objetivo, fecharam, porque o ensino público é considerado melhor. Não há um aluno que não receba a farda, o par de tênis, todo o material escolar doado pelo Governo. Os próprios auditores da FAE estiveram recentemente no meu Estado e ficaram surpresos ao examinarem as notas das compras, quando viram um armazém enorme, construído na atual administração, para armazenar a merenda escolar; disseram que ficaram até encabulados pelo pouco que foi daqui, que não corresponde a 9% do que é distribuído na capital e no interior.

Como é que um Estado desse pode voltar à condição de Território? Muito bem falou o nosso colega Senador Júlio Campos sobre o que ganham hoje juízes, desembargadores e conselheiros do Tribunal de Contas. E tudo isso foi instalado lá a partir de 1º de janeiro de 1990: a Assembléia Legislativa, o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Com exceção do prédio da Assembléia Legislativa, porque o Governador Villar reformou a biblioteca pública e fez a Assembléia Legislativa, o do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, que foi inaugurado agora na sexta-feira, todos são prédios próprios construídos pelo Governador Ottomar.

O Sr. Meira Filho — V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO — Pois não, Senador.

O Sr. Meira Filho — Senadora, a sua atuação aqui hoje merece um destaque muito especial. Creio que a emenda desse Deputado nos deu uma oportunidade excelente: ouvimos o relato de tudo o que o seu marido está fazendo lá em Roraima. A Casa está de parabéns. O Deputado, sem querer, fez um bem enorme a todos nós. Que bom seria para o Brasil se todos os governadores tivessem as suas esposas

como Senadoras atuantes, como V. Ex^a o é nesta Casa. O Governador Ottomar está de parabéns pela esposa que tem. Ninguém melhor do que a esposa, ninguém melhor do que a mulher que acompanha o homem, para falar sobre este homem. V. Ex^a falou em legislar em causa própria. Não! V. Ex^a está fazendo muito bem, porque como Senadora e conhecendo mais do que ninguém o seu esposo, é que tem de, nesta Casa, falar a respeito do trabalho dele. Dá até mais crédito ao Governador. Parabéns a V. Ex^a pelo marido que tem e parabéns ao Governador pela esposa que tem. Não esqueci o convite. Quando o avião vier, convide-me que irei conhecer o Estado de Roraima.

A SRA. MARLUCE PINTO — Não vou esquecer. Tenho muito prazer em levar os meus colegas que desejem conhecer o meu Estado. Eu não fiz este convite antes, porque acreditava que poderia constrangê-los, tantas são as obrigações de cada um de nós para com os nossos Estados. Mas, hoje, faço questão. Eu destaquei o nome do Senador Mário Covas, porque a presença de S. Ex^a nos causa muita satisfação, tanto quanto a de qualquer dos meus colegas Senadores, e S. Ex^a mesmo já me falou da sua vontade de conhecer o Estado de Roraima.

Fico muito satisfeita, nobre Senador, porque o Deputado é do seu partido.

O Sr. Meira Filho — Antecipadamente eu já me convidou.

A SRA. MARLUCE PINTO — O Senador Júlio Campos me acena, demonstrando também que gostaria de ir. É uma satisfação para nós.

Quantas não foram as vezes que tive vontade de subir à tribuna para falar sobre o trabalho de Ottomar. Caso eu não fosse esposa de Ottomar, V. Ex^s — tenham a certeza — também conheciam, através de discurso, palmo a palmo, o que foi feito em Roraima, porque eu seria a primeira a divulgar o trabalho do Governador do Estado que represento no Senado da República. Entretanto, muitas vezes fiquei constrangida pelo simples fato de pensarem que quem está falando é a esposa do Governador. Hoje falo por necessidade, porque se não advertir, se não houver um trabalho, quem sabe se no apagar das luzes uma emenda dessa não possa ser aprovada.

Como se pode reverter um Estado à condição de Território quando ele está com todos os seus poderes constituídos?

E tem mais. Recentemente, aprovamos o relatório, muito bem preparado, do Senador Beni Veras na Comissão que estudou as causas dos desequilíbrios regionais. Para minha surpresa, e creio que para V. Ex^a, na Tabela 3, "Brasil: PIB per capita a Custo de Fatores por Unidade Federada em Ordem Decrescente de Valor", Roraima está em 11º lugar. Acima de Roraima, em ordem crescente, estão os Estados do Espírito Santo, Amapá — um Estado recém-criado, embora não esteja sendo discriminado pelo Deputado como Roraima — Paraná, Amazonas (com a sua Zona Franca), Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Quer dizer, Roraima está acima do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Acre, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, Rondônia, Sergipe, Pará, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Piauí. Esta tabela consta do relatório do Senador Beni Veras, que percorreu todas as regiões brasileiras, num trabalho minucioso que merece elogios desta Casa. Tudo que quisermos saber sobre as regiões do nosso País está descrito e relatado neste trabalho.

Até mesmo em empobrecimento Roraima tem 0,01. Está muito bem. Hoje, o Estado de Roraima se destaca pelos proje-

tos, pela renovação de ensino, pelas escolas e salas de aulas construídas; por intermédio do próprio Ministro da Educação sabemos que nosso Estado é o segundo da Federação brasileira em educação.

Para o meu Senador João Calmon, que prima tanto pela educação, é uma boa notícia. Inclusive, pelo belíssimo trabalho que S. Ex^a vem fazendo em prol da educação, convidando-o a ir ao nosso Estado para conhecer a qualidade não só dos imóveis, mas também de todos os equipamentos das salas de aula em várias escolas; para que veja os nossos alunos todos uniformizados e providos de livros. O Governador Ottomar vai além dos 18% que todos os brasileiros devem ao nobre Senador João Calmon.

Recentemente apresentamos ao Ministro da Educação projeto de um programa elaborado pelo Governo do Estado e a Reitoria para erradicação do analfabetismo. Como havia ainda mais de 80 milhões de cruzeiros a serem liberados para a educação e o projeto apresentado, o plano de trabalho atingia 100 milhões de cruzeiros, o Sr. Ministro perguntou se concordaríamos em transferir aquela verba a ser liberada para o Estado para esse programa. Imediatamente transferimos, e o recurso já está sendo enviado ao Programa de Erradicação do Analfabetismo que o Governo do Estado, juntamente com as Prefeituras e a Reitoria, vai iniciar a partir do dia 1º de janeiro no nosso Estado de Roraima.

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora?

A SR. MARLUCE PINTO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. João Calmon — Nobre Senadora Marlúce Pinto, às vezes, abençoô estas oportunidades de falar para um Plenário de apenas quatro ou cinco colegas e acompanhar os pronunciamentos. A exposição de V. Ex^a é altamente instrutiva e focaliza a obra admirável do Governador Ottomar Pinto, que foi nosso colega na Assembléia Nacional Constituinte e deixou marcas imperecíveis do seu amor a este País e a Roraima. Eu me alegro muito com a revelação que V. Ex^a acaba de fazer sobre os índices educacionais de Roraima, e apenas para amenizar um pouco exposição tão rica em detalhes que contribui em muito para aumentar o nosso orgulho de ser brasileiro, quero invocar um episódio que quase nenhum brasileiro conhece. Ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, não posso resistir à tentação de, embora fazendo um compacto, lembrar desse episódio. O meu Estado natal, Senadora Marlúce Pinto, já foi governado por uma mulher. Nos remotos tempos das capitania hereditárias, o primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo foi Vasco Fernandez Coutinho. Este, entretanto, morreu prematuramente, e seu filho herdou a referida Capitania. Decorreram dois anos apenas, e o filho do primeiro donatário também veio a falecer, sem deixar filhos. A herdeira da Capitania do Espírito Santo foi, então, a viúva do segundo donatário; seu nome era Luíza Grimaldi, que foi aportuguesado para Grimalda. Lembro esse detalhe nesta amena reunião do Senado, com tão poucos Senadores em plenário, para ensejar que uma unidade da Federação brasileira poderá ser também administrada por uma governadora num dia que talvez não esteja muito longe. Agora mesmo o País tomou conhecimento de que, pela primeira vez na história da nossa Pátria, uma engenheira ocupa o Ministério dos Transportes. Tudo isso, nobre Senadora Marlúce Pinto, me leva à convicção de que apesar de tantas decepções, de tantas falhas, de tantas frustrações não é lícito a ninguém duvidar da destinação de grandeza deste País. Para que consi-

gamos atingir esse nível, precisaremos apenas dar à educação a prioridade um, a prioridade dois, a prioridade três, procurando não apenas educar o povo, mas também educar a classe política. Sem esse esforço adicional de educar a classe política, continuaremos a acompanhar episódios que tanto nos entristecem e que tanto nos envergonham e que estão sendo agora objeto de apuração pela CPI do Orçamento. Fico muito grato a V. Ex^e pela oportunidade desta intervenção no seu brilhante e objetivo pronunciamento.

A SRA. MARLUCE PINTO — Agradeço a cooperação de V. Ex^e e quero, mais uma vez, deixar aqui o convite para que, *in loco*, V. Ex^e possa verificar e referendar que minhas palavras estão de acordo com a realidade do ensino em Roraima.

O Sr. João Calmon — O convite está aceito.

A SR^a MARLUCE PINTO — Eu termino em seguida, Sr. Presidente.

A revista *Exame* do dia 24-11-93, que meu assessor acaba de me trazer, na seção "Vitrine de Negócios", traz matéria que tem o título: *Isca para os Pequenos*. Leio um pequeno trecho, Sr. Presidente:

"Um estudo da Confederação Nacional da Indústria — CNI, indicou os Estados que mais incentivam as micro e pequenas empresas. Empatados em primeiro lugar ficaram Ceará, Rio de Janeiro e, surpresa, Roraima."

Percebam V. Ex^e que a própria revista, ao noticiar os três primeiros, se mostra surpresa com Roraima.

Realmente, o Estado do Ceará, me orgulha profundamente; o ex-Governador Tasso Jereissati não é do meu partido; meus familiares no Ceará não são políticos; toda a minha família mora no Ceará; eu sou cearense de nascimento e sei o progresso daquele Estado a partir da administração Tasso Jereissati, continuada pela administração Ciro Gomes.

O Rio de Janeiro é um Estado que tem condições financeiras; recebe muitos recursos; vemos todos os dias pelos jornais que é um Estado que investe bastante.

Agora, por que a surpresa com relação a Roraima? Porque meu Estado não divulga seus feitos.

Hoje, o nome do Governador Ciro Gomes aparece no exterior. Estive, recentemente, juntamente com o Governador Ottomar no Banco Mundial; quando citaram os Estados adimplentes, citaram apenas o Ceará. Roraima não é porque não tem empréstimos, mas desses que têm empréstimo lá fora, Ceará é o adimplente. Senti-me orgulhosa, porque como política batalho por Roraima; coopero em votações, em reivindicações como todos os Colegas porque a minha obrigação como política é Roraima.

O Governador, quando são publicadas críticas como aquelas recentes da matança dos índios — V. Ex^e acompanharam o noticiário da imprensa, que ficou duas semanas a sacrificar o Estado de Roraima, como se fosse o cruel que matava índios, os enterrava, os afogava. Quando se comprovou que não foi em Roraima, mas na Venezuela, a imprensa divulgou muito rapidamente — um dia apenas — no *Jornal Nacional*, que haviam chegado à conclusão que não era no

Brasil — aí não falaram nem no Estado de Roraima — e, sim, no país vizinho. E divulgaram essa notícia apenas uma vez.

A imprensa abre um espaço muito grande para divulgar as notícias que causam impacto, o que, infelizmente, não ocorre quando constatam que essas notícias são inverídicas, aí esse espaço é muitíssimo pequeno. Infeliz daquele de nós, políticos, quando de forma injusta ou errada é publicada qualquer notícia — já que a divulgação é muito ampla — e, quando se constata que nada houve, a divulgação não mais existe.

A CPI está aí, e qualquer um pode perguntar, depois, se Roraima recebeu algum centavo. Até hoje, não recebeu um centavo sequer dessas subvenções ministeriais. Volto a dizer: dos recursos que foram liberados para Roraima, recebemos o FNDE que destinou um pouco para a merenda escolar, já que para material escolar, até hoje, pelo menos nesses três anos; pois é desse tempo que tenho conhecimento, por morar na própria casa do Governador, nada foi destinado.

Acompanho o Governador, todos os fins de semana, em viagens ao interior do Estado. Dificilmente fico em Brasília nos fins de semana, porque nesses dias viajo para meu Estado. Por isso, é que sei das necessidades da população. Quando apresento emendas ao Orçamento da União, as mesmas têm o objetivo de estimular o desenvolvimento do Estado. Graças a Deus, no ano passado, tive a sorte de conseguir aumentar um pouco o número de emendas e os valores das verbas. Não tenho uma única liberação de recursos destinados a subvenções. As únicas liberações, repito, da Senadora Marluce Pinto, são relativas às emendas orçamentárias.

Quero agradecer aos nobres colegas os apartes, embora, como disse o nobre Senador, tenham sido poucos.

Falei de improviso porque não houve tempo para preparar um discurso. Creio que isso é até melhor porque, à medida que falamos, vamos lembrando os fatos, vamos falando com mais ênfase. Eu não gosto de ler porque parece que quando fazemos isso perdemos a empolgação. Depois de corrigir este discurso, vou encaminhá-lo ao gabinete de cada Senador, de cada Deputado, para que os mesmos tomem conhecimento, embora pequeno, do que é Roraima. Isso porque nem tudo que já foi feito em Roraima foi dito, nesta manhã, da tribuna do Senado.

Estou muito grata a todos pela benevolência. Quero também aproveitar o dia de hoje, quando se realiza a nossa última sessão, para desejar a todos os Senadores e aos seus familiares um Natal muito venturoso, de muita paz, de muita tranquilidade, e que o ano de 1994, permita a todos nós, neste Congresso Nacional, realizarmos um trabalho em prol da paz e do progresso. Oxalá não tenhamos mais que andar atrás de falcatruas e que empreguemos todo o nosso tempo em prol do desenvolvimento do nosso País.

Um abraço amigo para V. Ex^e.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA MARLUCE PINTO EM SEU DISCURSO:

A PALAVRA de ordem no Método Engenharia, atualmente, é diversificação. Além de manter que está entrando no setor de turismo, com a construção de dois parques aquáticos, nos arredores de São Paulo e em Ribeirão Preto, a empresa se prepara para atuar também nas áreas de transporte e energia. "Já estamos participando de concorrências", diz Hugo Marques da Rosa, presidente do Método. A empresa já participa dos setores de construção, incorporação, telecomunicações e agropecuária.

AOS EXECUTIVOS que não conseguem convencer seus chefes a contratar: há um novo método de implementar cabos que, segundo seus adeptos, não deixa cicatrizes.
Foto: Trata-se de microtransplante. A técnica permite implantar fio por fio, ou quase isso. Pode ser uma boa notícia para muita gente. Estatísticas internacionais indicam que 35% dos homens ficam carecas. "O trabalho é artístico", diz o cirurgião plástico (com especialização em implante) José Cervatto, de São Paulo, um dos divulgadores da nova técnica no Brasil.

VENDE por telefone. Esta foi a leitura que o supermercado Sênior, do bairro São Caetano, no Rio de Janeiro, encontrou para abrindo a clientela associada com a violência. É que o supermercado fica próximo à favela da Rocinha, a maior de pais e uma das mais violentas do Rio. A fádei foi sugestão dos clientes. Muitos recomendaram as empregadas idas com a lista de compras e um cheque em branco. Elas eram assaltadas no andarino, criando thus entre os chefes para lidar com a violência.

UNITED CLOTHES
OF BENETTON

O SÓCIO DÁ AS CARTAS

A ENTRADA do empresário Luiz César Fernandes, presidente do Banco Pactual, na Benetton, acertada no mês passado, já tem seus primeiros desdobramentos. Dono de 50% da Benetton do Brasil Têxtil, junto com os sócios Mônica Marinho, Fátima Otero e Marcos Santini, Fernandes colocou Santini no comando da fábrica da empresa, localizada em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. Santini, hoje, é o principal executivo da gri-

je de roupas Fiorucci, outro negócio de Fernandes.

Mais uma mudança: a Benetton brasileira receberá uma faixa verde e amarela na sua marca. Fernandes vai "abrir" a administração da empresa, para que ela possa enfrentar índices de inflação que os italianos nem supõem que existam. Embora o negócio tenha sido fechado em outubro, o contrato ainda não foi assinado. Até agora, o Brasil era o único país fora da Europa em que a Benetton não tinha sócios. Para anunciar as mudanças, o próprio Luciano Benetton, comandante da multinacional italiana, virá ao Brasil no início de 1994.

Desde que se instalou no Brasil, há década passada, a Benetton só enfrentou problemas. O maior deles foi com a rede de franquias. O número de lojas, que chegou a 300 no começo dos anos 80, caiu para a metade em meio a vendas fracas e desorganização. A má fase parece ter passado. O faturamento pulou de 15 milhões de dólares em 1992 para 27 milhões este ano.

ISCA PARA OS PEQUENOS

UM ESTUDO DA Confederação Nacional da Indústria, CNI, indicou os Estados que mais incentivam as micro e pequenas empresas. Empatados em primeiro lugar ficaram Ceará, Rio de Janeiro e surpresa, Roraima. A equipe da CNI que fez o estudo levou em conta quatro critérios: linhas de financiamento (veja quadro), políticas fiscais, subsídios para instalações (terrenos, energias etc.) e a desburocratização na hora de abrir um negócio. Em Roraima, por exemplo, corte um programa inédito no país. O Estado exige que nas concorrências públicas as grandes empresas estejam consorciadas a pelo menos uma micro ou pequena, promovendo, assim, parcerias. Com o estudo, a CNI espera estimular os governos estaduais a adotarem mais medidas de incentivo, incrementando o trabalho das pequenas empresas. Mais informações pelo telefone (021) 532-1384, da CNI.

QUEM DÁ MAIS

Linhas de crédito com recursos oficiais concedidos de modo direto ou indireto, ou através de alguma Entidade

	CE	AR	PE	RI	SC	SP
Financiamentos						
Empréstimos para pagamento do ICMS						
Prazo dos benefícios						
Juros						
Correção monetária						

Investimentos fixos e capital de giro

Especifico para micro e pequena empresa

De 50% a 75% do ICMS recolhido

De 80% a 100% do ICMS recolhido

% variável

De 1 a 4 anos

De 5 a 10 anos

Variável

1% a 6% a.o.

6% a 12% a.o.

Integral ou diferenciado

Sem correção

Tabela 3

Brasil: PIB per capita a Custo de Fatores por
Unidade Federada (*) em Ordem Decrescente de Valor
1990

Em US\$

Unidade Federada	PIB per capita
1 São Paulo	4.140
2 Mato Grosso do Sul	3.726
3 Minas Gerais	3.011
4 Rio de Janeiro	2.940
5 Rio Grande do Sul	2.917
6 Santa Catarina	2.817
7 Amazonas	2.644
8 Paraná	2.608
9 Amapá	2.596
10 Espírito Santo	2.562
11 Roraima	2.500
12 Distrito Federal	2.346
13 Goiás	1.854
14 Acre	1.667
15 Bahia	1.563
16 Mato Grosso	1.398
17 Pernambuco	1.343
18 Rondônia	1.239
19 Sergipe	1.124
20 Pará	1.065
21 Alagoas	1.040
22 Maranhão	1.032
23 Rio Grande do Norte	1.023
24 Ceará	1.004
25 Paraíba	708
26 Piauí	541

Fonte: FGV-EBAP: Valores do PIB projetados pelo Programa dos Estados;
dados brutos da população: IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de
Domicílios*, 1990. (*) Exclusivo o Estado do Tocantins.

A disparidade econômica se reflete em disparidades sociais: a expectativa de vida, a escolaridade, a mortalidade infantil e outros indicadores sociais desfrutam de melhor situação nas regiões de maior nível de renda. (Ver tabela 4).

Tabela 4

Brasil: Disparidades Sociais entre as Grandes Regiões
Expectativa de Vida (EV, 1988), Taxa de Alfabetização (TA, 1988), Mortalidade Infantil (MI, 1980),
Pobreza Absoluta (PA, 1988), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 1987-88)

Região	EV (anos)	TA (%)	MI (por mil nasc.)	PA (%)	IDH
Sul	70,1	87,5	61,8	20,6	0,872
Sudeste	67,1	88,2	74,5	14,8	0,852
Nordeste	58,8	63,5	121,4	51,2	0,575
Norte	68,2	88,1	72,3	24,6	0,780
Centro-Oeste	68,4	83,1	70,3	24,7	0,818
BRASIL	64,9	81,1	87,9	26,2	0,794

Fonte: MI - Hélio Jaguaribe e outros, *Brasil, Reforma ou Caos*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989. TA,
EV, PA - Roberto Cavalcanti de Albuquerque e R. Villela, *A Situação Social do Brasil: um balanço de*

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia de hoje, precisamente às 15 horas, estará entregando o cargo de Ministro de Estado da Integração Regional, S. Ex^a, o Senador Alexandre Costa, nosso colega, que, de outubro do ano passado até hoje, exerceu aquele Ministério com competência e dinamismo.

Mesmo enfrentando uma campanha das mais radicais praticada pela imprensa brasileira quanto ao seu trabalho, mesmo enfrentando os nossos adversários políticos, aqueles que não queriam, de forma alguma, o sucesso da sua administração frente ao Ministério da Integração Regional, o Ministro Alexandre Costa sai, hoje, de cabeça erguida pelo dever cumprido.

Companheiro nosso do PFL, brilhante Senador que já exerceu as mais variadas funções de comando nesta Casa, entre elas, a dignificante e difícil função de 1º Secretário, quero dizer ao ex-Primeiro Secretário, ao ex-Primeiro Vice-Presidente do Senado, Senador Alexandre Costa, que neste instante em que S. Ex^a entrega o Ministério da Integração Regional ao seu sucessor indicado, General Romildo Cahim, temos que nos congratular pelo seu trabalho, pela sua luta, pela sua enorme vontade de servir ao Brasil.

Agradeço a S. Ex^a, principalmente em nome do povo mato-grossense, pelo apoio dado ao trabalho do Governador daquele Estado, Dr. Jaime Campos. Não foram grandes os recursos, mas a maneira singela, a maneira educada com que atendia a todos é louvável. Há vários colegas nossos da Câmara e do Senado que, ao assumirem qualquer Ministério, mudam o tratamento dispensado ao colega parlamentar, se trancam com a sua assessoria, não recebem em audiências, e dão “chá de cadeira” aos representantes legítimos do povo brasileiro.

Isso não aconteceu na gestão de Alexandre Costa. Como Ministro, S. Ex^a, com humildade, com simplicidade, trabalhava das 8h da manhã até às 10h, ou às 11h da noite, recebendo todo parlamentar. S. Ex^a recebia qualquer parlamentar que o procurasse, a qualquer instante do seu dia de trabalho, para expor os seus problemas, e, dentro das limitações dos seus recursos, não deixou de ser atendido. Sabemos quanto problema S. Ex^a enfrentou, principalmente nesta última gestão econômica, das dificuldades para liberação de recursos que o Ministério da Integração Regional teve no Orçamento da União de 1993.

Foi muito difícil conseguirmos uma reunião com o Ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, para que S. Ex^a liberasse os recursos referentes à Sudene à Sudam — órgãos de desenvolvimento da nossas regiões — e também os recursos do Ministério da Integração Regional. Havia má vontade dos tecnocratas em relação à transferência desses recursos para os cofres do Ministério da Integração, o que prejudicava os Estados e Municípios brasileiros, principalmente os mais pobres.

Neste momento, em meu nome pessoal, em nome da bancada federal de Mato Grosso, quer no Senado, quer na Câmara, e em nome do próprio Governador do Estado de Mato Grosso, Dr. Jaime Campos, quero registrar nos Anais do Senado Federal uma mensagem de agradecimento pela maneira cordial, pela competência, pela fineza com que o Ministro Alexandre Costa recebeu e atendeu aos pleitos de Mato Grosso.

Estamos montando uma Comissão de Senadores e Deputados que, às 15 horas, irá assistir à transmissão de cargos, para, em seguida, trazê-lo de volta à sua Casa, o Senado da República. Que S. Ex^a volte triunfante, de cabeça erguida, contra tudo e contra todos, mostrando para o Brasil que o homem simples e humilde que representa o Estado do Maranhão também tem condição de ser um grande Ministro pelo Brasil.

Parabéns ao trabalho que o Senador Alexandre Costa e sua equipe desenvolveram frente ao Ministério da Integração Regional. Tenho certeza que, amanhã, o Senado estará de braços abertos recebendo esse nobre colega, esse nobre companheiro que sempre honrou esta Casa do Congresso.

A Sr^a Marluce Pinto — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Júlio Campos?

O SR. JÚLIO CAMPOS — Com muita honra, Senadora Marluce Pinto.

A Sr^a Marluce Pinto — Realmente, comungo com suas idéias, porque muitas e muitas foram as vezes em que estive no Ministério da Integração Regional. Não precisei solicitar audiência, porque na primeira vez que o fiz o próprio Ministro telefonou-me, dizendo: “Meus colegas não marcam audiência. Meus colegas eu recebo na hora em que chegam”. Quando chegávamos, já havia ordem para que passássemos diretamente para sua sala, onde éramos recebidos na frente de qualquer pessoa que lá estivesse. Foi um colega de quem poderemos dizer que realmente não mudou. Assumi o Ministério e continuei sendo amigo de seus amigos. Ainda, ontem, recebi um telefonema do nosso colega comunicando-me a liberação de uma de minhas emendas orçamentárias para o programa de irrigação. Quero estar lado a lado com V. Ex^a para trazer a esta Casa, com muito orgulho, nosso colega Alexandre Costa.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Muito obrigado.

O Sr. Meira Filho — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Júlio Campos?

O SR. JÚLIO CAMPOS — Pois não, Senador Meira Filho.

O Sr. Meira Filho — Senador Júlio Campos, quero comungar do mesmo sentimento de V. Ex^a. Tenho acompanhado aqui nesta Casa, desde que cheguei, a atuação do ilustre Senador Alexandre Costa. V. Ex^a emite conceitos elogiosos que são justíssimos. Resta agora a esta Casa recepcionar o ilustre Senador que volta para o nosso convívio. Que S. Ex^a seja bem-vindo. Tenho certeza de que o trabalho que prestou ao Brasil será, sem dúvida, reconhecido pela Casa e pela Nação. Parabéns a V. Ex^a pelos conceitos elogiosos e justos referentes ao Senador Alexandre Costa.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Muito obrigado, Senador.

Incorporo, com muita honra, ao meu pronunciamento os apartes da eminentíssima Senadora Marluce Pinto e do eminentíssimo Senador Meira Filho.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, estou muito feliz em poder falar para o Brasil, através do Senado Federal, do conceito que temos da figura monumental, humanística de Alexandre Costa.

Outro assunto, Sr. Presidente, também me traz à tribuna.

O Brasil precisa crescer!

O aforismo deve ser interpretado literalmente: trata-se de juízo de necessidade, não de conveniência. Somos um País

de grandes dimensões territoriais ainda a serem ocupadas, com dramáticas carências sociais, temos uma população jovem que ainda cresce a taxas elevadas, agravando paulatinamente os já altos níveis de subemprego e desemprego estruturais.

Apenas para evitar o agravamento do desemprego o Brasil precisa crescer no mínimo 6% ao ano. Por outro lado, para gerar empregos em ritmo compatível com o aumento numérico da força de trabalho e, ao mesmo tempo, reduzir os índices de subemprego e desemprego, o crescimento de nossa economia precisaria manter ritmo não inferior a 7% ao ano.

Mas a necessidade de crescimento não é somente questão de dar emprego a nossa gente. Urge, outrossim, elevar seu padrão de vida. Muito embora sejamos detentores do décimo primeiro maior PIB do mundo ocidental, nossa renda per capita equivale a apenas 17% da renda média dos países industrializados, situando-se atualmente em cerca 2 mil dólares.

A permanecer a situação atual de contínuo agravamento de nossas mazelas sociais e aprofundamento das já gritantes desigualdades, haveremos de nos defrontar, inevitavelmente, com movimentos de convulsão social.

O esforço pela imprescindível retomada do desenvolvimento econômico implica na mobilização mais rápida de recursos que tornem auto-sustentável e persistente o crescimento da produção per capita de bens e serviços à disposição de nossa população. Tais recursos, evidentemente, só podem ser buscados em duas fontes: a poupança interna e o capital estrangeiro.

Quanto àquela, é forçoso reconhecer sua ineficiência. A baixa propensão a poupar do brasileiro, embora em parte talvez possa ser atribuída a causas culturais, tem, com certeza, motivos bem mais concretos. Ocorre que os já reduzidos padrões de consumo do povo são, na prática, incomprimíveis.

A agravar a pouca expressão da poupança interna, existe a circunstância de que um país com as características do Brasil, ao contrário dos países adiantados, é instado a despender grande parte de seus recursos de investimento em infra-estrutura básica de saneamento, educação, transporte, habitação, saúde, telecomunicações, energia.

Portanto, as metas de crescimento econômico acelerado só serão alcançáveis pela absorção de recursos externos que complementem a poupança doméstica.

Para avaliarmos a relevância da participação dos capitais externos em nossa economia, podemos tomar como exemplo o período de 1970 a 1985. Naquele período, a taxa média de investimentos no País foi de 20,8% do PIB, sendo 16,2% financiados com poupança interna e 4,6% financiados com recursos externos. O crescimento médio anual do PIB, naqueles anos, foi de 5,6%. Se não houvessemos contado com o capital estrangeiro, e levando-se em conta que dificilmente teríamos podido substituí-lo por poupança interna adicional, o crescimento do produto ter-se-ia limitado a 4% ao ano, insuficientes para gerar empregos no mesmo ritmo do crescimento da força de trabalho, ampliando assim o desemprego estrutural.

Apesar das evidências de que é imprescindível ao desenvolvimento nacional, o capital estrangeiro foi e ainda é visto por muitos com certa desconfiança, porque o associam a formas modernas de exploração e colonialismo.

Não contestamos, Srs. Senadores, a necessidade de se alcançar equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento político, que envolve o controle do País sobre o processo decisório nos campos político, econômico e

das relações sociais. E equivocado, todavia, supor que, no caso brasileiro, a presença do capital estrangeiro na economia nacional possa representar ameaça a nossa soberania. Em primeiro lugar, nossa economia é complexa e diversificada, estando, além disso, sujeita a variadas formas de intervenção — muitas vezes indesejáveis — do Estado sobre a iniciativa privada, o que impede que as decisões que determinam as ações nos campos econômico, social e político fiquem fora do controle do País. Em segundo lugar, os limites à autodeterminação de um País como o Brasil, com a importância econômica e política que o caracterizam neste final de século, não estão na falta de controle sobre as decisões que o afetam, mas sim na insuficiência de recursos econômicos para atender às aspirações de bem-estar de sua população. Em terceiro lugar, a divisão internacional do trabalho e as relações comerciais entre as nações há muito não estão determinadas pelo conceito de que os países pobres devem manter o papel de exportadores de produtos primários enquanto os países desenvolvidos se especializam na industrialização e exportação de produtos manufaturados. Na verdade, aliás, a internacionalização do capital foi um dos elementos fundamentais na ruptura desse padrão, tendo as empresas de capital estrangeiro contribuído desde o século passado para a modernização e crescimento da economia brasileira.

Admitindo-se que a captação de recursos externos é imprescindível para o desenvolvimento nacional, cabe questionar a forma mais conveniente de o País atraí-los.

Historicamente, o Brasil tem preferido tomar capital de empréstimo ao invés de estimular a entrada de capital de risco, com o entendimento de que seria conveniente deter o controle do capital. Essa opção tem sido seguramente mais onerosa após a alta da inflação e juros internacionais de 1979: para cada 100 dólares de capital aplicado no País em 1989, por exemplo, remetemos 11 dólares de juros e apenas 8 dólares de remuneração do capital de risco. Em 1988, enquanto as despesas com juros alcançaram a cifra de 10,6 bilhões de dólares a remessa de lucros e dividendos em pouco superou a casa dos 1,7 bilhão de dólares.

Ocorre que as empresas brasileiras de capital estrangeiro replicam aqui a maior parte dos lucros. Em 1988, 2/3 do lucro gerado por essas empresas ficaram no Brasil. Em relação à renda gerada internamente, também são pequenas as remessas para o exterior: em 1985, o montante de lucros, dividendos e pagamentos de serviços remetidos para o exterior por todas as empresas brasileiras de capital estrangeiro, industriais e não-industriais, correspondeu a menos de 7% da renda gerada no País apenas pelas empresas brasileiras de capital estrangeiro industriais.

Frente a esses dados, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fica evidente a vantagem comparativa na captação de capital de risco em relação à captação de capital de empréstimo.

Mas a simples e tria constatação do maior ou menor custo do capital internalizado no País diz muito pouco do papel das empresas de capital estrangeiro na nossa vida econômica e social.

No presente, o investimento estrangeiro se concentra, majoritariamente, nos segmentos mais dinâmicos da indústria de transformação. Sua participação nesse setor é muito expressiva. Estima-se que, em 1985, as empresas brasileiras de capital estrangeiro responderam por 25% do PIB industrial (ou 21 bilhões de dólares), por 18% do emprego no setor (perto de 983 mil empregos diretos) e por 32% dos impostos indiretos

recolhidos sobre o valor adicionado nessa atividade (4,8 bilhões de dólares).

No que tange à mão-de-obra, todavia, o mais significativo na contribuição dada pelas empresas de capital estrangeiro não é o número de postos de trabalho por elas oferecido. O que importa observar é que, usualmente, quanto mais intensiva em capital é uma atividade, mais qualificada é a mão-de-obra requerida para operá-la, maior é a produtividade do trabalho e maior é o salário pago.

A existência de demanda por trabalho qualificado e de condições em que possa ser treinado é um dos fatores mais importantes de mudança estrutural requeridos para o desenvolvimento econômico, razão pela qual as limitações de capital e tecnologia são as restrições mais sérias para a continuidade dos processos de desenvolvimento.

Essas características estão claramente associadas às empresas brasileiras de capital estrangeiro. Elas pagam, em média, salários 49% mais elevados do que as demais empresas. Estima-se que, enquanto as empresas brasileiras de capital estrangeiro pagaram salários médios em torno de 350 dólares/mês em 1985, as empresas brasileiras de capital nacional pagaram salários mensais de 236 dólares, porque se concentram em atividades que requerem menos capital e onde a produtividade do trabalho é menor.

De maior expressão ainda é a contribuição do investimento estrangeiro para a solução de um dos principais problemas com que o Brasil se defronta, que é a restrição de divisas.

A existência de investimentos estrangeiros usualmente cria laços entre o país de origem e o país receptor do capital, laços que se expressam pelo estreitamento das relações comerciais e culturais.

Uma das formas mais visíveis desse relacionamento são as transações com mercadorias. Onze, de um total de 65 países, detêm 90% de todo o capital de risco aplicado no Brasil. Esses países, em 1989, foram o destino de 62% das exportações brasileiras, a origem de 53% das importações que efetuamos, e com eles o Brasil realizou superávit comercial de 11,7 bilhões de dólares, equivalentes a 73% do saldo da balança de comércio daquele ano.

As empresas brasileiras de capital estrangeiro, diretamente, são responsáveis por grande parte do comércio exterior brasileiro, especialmente de produtos industriais: em 1986 elas exportaram 3,5 bilhões de dólares de produtos manufaturados (28% da pauta desses produtos). Estima-se que tenham gerado saldo superavitário de 1,2 bilhão de dólares, que correspondeu a cerca de 10% do saldo comercial daquele ano, excluindo-se as importações de petróleo e derivados.

O esforço de exportação dessas empresas tem sido maior do que a média: de 1980 a 1990, suas exportações cresceram ao ritmo de 10% ao ano, enquanto o total das exportações brasileiras aumentaram 5% ao ano. Esse comportamento garantiu que o saldo comercial das empresas brasileiras de capital estrangeiro quintuplicasse no período, apesar das importações efetuadas por elas também aumentado.

Quanto à contribuição do investimento estrangeiro de risco para o desenvolvimento econômico do País a médio e longo prazos, um dos principais aspectos é a transferência de tecnologia.

Sem dúvida a competitividade dos produtos brasileiros no exterior — tanto os produzidos pelas empresas de capital estrangeiro quanto os fabricados pelas empresas de capital nacional — se deve ao avanço tecnológico do País. E nessa questão o papel do capital estrangeiro tem sido fundamental.

A demanda criada, pelas empresas de capital estrangeiro, para componentes e insumos fabricados no País e adequados aos produtos fabricados com tecnologia avançada desenvolvida no exterior exige dos fabricantes nacionais níveis cada vez mais elevados de qualidade. Para alcançar esses níveis, difundem-se ondas de novos conhecimentos, de tecnologia paralela, que são indispensáveis à materialização da tecnologia central, trazida pelas empresas de capital estrangeiro, em novos e melhores produtos.

A difusão dos padrões tecnológicos internacionais deriva, além disso, do aperfeiçoamento técnico e profissional do pessoal que trabalha nessas empresas, pois uma de suas características é o investimento que fazem em capital humano.

Mas essas formas diferenciadas de atuação das empresas de capital estrangeiro são ainda às vezes interpretadas como sinais de poder e de ameaça ao desenvolvimento das empresas nacionais. Sob esse argumento desconsideram-se todas as flagrantes vantagens da presença do investimento externo em um país pouco desenvolvido.

O argumento, todavia, além de parcial é falacioso. A análise objetiva dos dados mostra ser infundado o temor de que as empresas de capital estrangeiro possam inibir o fortalecimento da empresa nacional. Detém elas menos de 8% do patrimônio das empresas, e sua participação no mercado (excluindo o setor financeiro onde sua participação é ainda menor) não deve chegar a 20%. Verificou-se, além disso, que sua participação vem declinando nos últimos anos, cedendo espaço não apenas às empresas estatais, mas também às empresas privadas nacionais. No que concerne à margem de lucro sobre vendas, em nove dentre onze anos pesquisados ela foi cerca de metade nas empresas de capital estrangeiro em relação às empresas de capital nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no novo cenário mundial, não é suficiente produzir: é preciso produzir com custo, qualidade e preço competitivos internacionalmente. O modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado e baseado na substituição de importações, adotado até o presente, já não oferece condições de sustentar o desenvolvimento do País.

A hostilidade contra as empresas brasileiras de capital estrangeiro, o fechamento da economia ao exterior e a instabilidade macroeconômica colocaram o Brasil na singular posição de receptor de fluxos decrescentes de investimentos estrangeiros, quando esses recursos estão aumentando de forma extraordinariamente rápida em todo o mundo. É hora de derrubar barreiras, fortalecer a livre iniciativa e se integrar ao mundo para recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento.

Nessa nova conjuntura, o papel da Empresa Brasileira de Capital Estrangeiro será ainda mais importante do que foi até agora. Afinal, no mundo inteiro, o investimento externo vem assumindo, mais e mais, a função de elemento de integração e de principal motor de crescimento das economias nacionais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^o e Srs. Senadores, acabamos de celebrar em Venda Nova do Imigrante, em meu Estado, o 50º aniversário da primeira missa celebrada pelo padre Cleto Calmon, vigário da paróquia local. Sacerdote modelar, o padre Cleto completara pouco antes, a 9 de outu-

bro, seus 79 anos de idade, em uma vida totalmente dedicada ao amor ao próximo.

Primogênito dos 16 filhos de Fioravante Caliman e Maria Carnieli, Cleto tornou-se conhecido na então pequena Venda Nova pela sua vivacidade e inteligência. Conta-se até hoje na cidade que aprendeu a ler, ainda pela cartilha italiana que se usava na comunidade local, em apenas uma semana. Como é de praxe nas famílias originárias da imigração europeia o velho Fioravante matriculou-o no Instituto Salesiano Anchieta, como interno.

Cleto completou o antigo primário no Instituto Salesiano, localizado no município capixaba de Virgínia, hoje Jaciguá, mas precisou transferir-se para São Paulo em 1929, para completar o ginásio, em Lavrinhas. Sempre sequiosos de saber, prosseguiu seus estudos no Noviciado Salesiano da capital paulista. Preparou-se então para o magistério no Liceu Coração de Jesus, em São Paulo, formando-se em nível superior em 1939. A partir daí seguiria o Curso Superior de Teologia, ainda entre os salesianos, ordenando-se sacerdote a 8 de dezembro de 1943.

Ordenado em São Paulo, no Santuário do Coração de Jesus, pelo bispo missionário Dom Pedro Massa, o padre Cleto Caliman significativamente escolheria seu município natal para celebrar a primeira missa. Foi a 25 de dezembro de 1943. Mais tarde, sempre dedicado à terra em que nasceria, levaria os salesianos para Venda Nova. Hoje, seu município pode orgulhar-se do Colégio Salesiano, de alto nível e ampla folha de serviços prestados à população.

Antes disso, porém, o padre Cleto teria um longo caminho a percorrer, sempre fazendo o bem. Trabalhou no pequeno município de Ascurra, em Santa Catarina, transferindo-se cinco anos depois, já em 1949, para o Colégio Santa Rosa, em Niterói, e daí para Silvânia, Goiás, onde permaneceria até 1955. Seria diretor do Ateneu de Goiânia de 1956 a 1958, quando recebeu a missão de fundar a Obra Salesiana de Rocha Miranda, no Rio de Janeiro.

Durante 16 anos o admirável padre construiu a Obra de Rocha Miranda, um dos grandes trabalhos da vida tão dinâmica. Só em 1976, com 62 anos, retornaria à Venda Nova, como diretor do Colégio Salesiano, função que desempenharia por sete anos. Em 1984, entretanto, seria novamente chamado à Silvânia, para dirigir o colégio Salesiano local. Retornaria em 1989 a Venda Nova, onde é vigário e conserva suas atividades regulares, como orientador, na instituição de ensino que ajudara a criar e a desenvolver.

O padre Cleto Caliman tornou-se conhecido dessa forma, em vários Estados e em toda a comunidade salesiana, pela sua inteligência e cultura. Demonstrou ainda — a população de muitos municípios o confirma — extraordinária competência e espírito de organização, criando instituições de ensino e de cultura, assim como viabilizando e desenvolvendo outras já existentes.

Mais do que tudo, porém, o padre Cleto Caliman revelou a que constitui a maior característica do líder: a integração perfeita com a comunidade, sabendo ao mesmo tempo compreendê-la e conduzi-la. Em todas as áreas nas quais trabalhou soube deixar a sua marca, ao interpretar os anseios da população e trabalhar no sentido de atendê-los. Foi assim que invariavelmente sua simples presença garantiu o verdadeiro desenvolvimento das comunidades, especialmente nas áreas da educação e da cultura, sem falar na assistência social. Desejamos não apenas que prossiga em sua luta, no dinamismo de seus 79 anos, como também que surjam outros trabalha-

dores tão dedicados e inspirados quanto ele para ampliar sua 'inexcedível obra. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^os e Srs. Senadores, registro nesta Casa, um acontecimento auspicioso para a vida do meu Estado. Mês passado tomou posse na Academia Pernambucana de Letras o escritor Ariano Suassuna.

Eleito por unanimidade para ocupar a cadeira nº 18 da APL, Ariano Suassuna chegou à Casa de Carneiro Vilela, para enriquecer-lá com seus trabalhos e sua inteligência, já na condição de imortal. Membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Taperoense de Poesia, esse paraibano de João Pessoa, cuja obra, impregnada da poesia oral dos cancioneiros populares, revela-se ao mesmo tempo regional e universal, tem seu valor reconhecido além das nossas fronteiras e suas peças teatrais traduzidas e representadas em diversos países.

Ao saudá-lo na Academia, o escritor Potiguar Matos, ressaltou um aspecto do universo suassuniano que o próprio autor considera sua marca mais característica — a união dos contrários. Convicto de que ninguém melhor do que Ariano Suassuna sintetizou e interpretou com tal poder sugestivo a própria obra, Potiguar Matos transcreveu suas palavras: "Se examinarmos o Povo brasileiro do ponto de vista de seu comportamento social, de sua psicologia, de sua História, de sua Arte, de sua Literatura, encontraremos sempre essa tendência assimiladora e unificadora de contrários — o espírito mágico e fantástico complementado pelo realismo crítico e satírico, metamorfose da florescência e da decomposição; cotidiano e quimera; (...) violência e mau-gosto do popular e refinamento do erudito; (...) o lirismo personalista e o social coletivo; as convenções e a festa; o Belo e o Feio; o espírito profético e o comportamento orgiástico; o vegetal da Mata e o deserto do Sertão; o Trágico e o Cômico; a aldeia e o mundo; otimismo e pessimismo; a embriaguez da Vida e a cinza da Morte; o Dramático e o Humorístico; o fogo da destruição e o culto da florescência e da ressurreição".

Sr. Presidente, Sr^os e Srs. Senadores, Ariano Suassuna foi, desde cedo, um apaixonado pelo belo idioma português. Professor desde os 17 anos, aprofundou seus conhecimentos de nossa língua estendendo seus estudos até o português medieval e o Latim, onde fez descobertas que influenciaram diretamente sua vocação e seu trabalho de escritor. Descobriu que o português falado pelo povo sertanejo era muito próximo, ainda, do dialeto que dera origem aos dois idiomas irmãos, o galego e o português.

Já aos 19 anos, revelava seu amor pelo português dos trovadores e troveiros, que prenunciava a de nossos folhetistas e cantadores. Sempre procurando colocar-se do lado do Brasil real e autêntico, em 9 de outubro de 1970, Ariano Suassuna inaugurou o Movimento Armorial, cujo propósito é a realização de "uma arte brasileira erudita a partir das raízes populares da nossa cultura". Segundo sua própria definição, a concepção da arte armorial é "a relação entre o espírito mágico dos folhetos do romanceiro popular do Nordeste (literatura de cordel) com a música de viola, rabeca ou pífano que acompanha suas canções e com a xilogravura que ilustra suas capas, assim como o espírito e a forma das artes e espetáculos populares em correlação com esse romanceiro".

O escritor e jornalista Luiz Magalhães Melo, atual presidente da Academia Pernambucana de Letras, escreveu um brilhante artigo sobre o novo imortal, intitulado "Mitos Sertanejos de Suassuna", saudando o novo membro da Casa de Carneiro Vilela, que lá chegava "porejando conhecimento do nosso romanceiro popular" (...) com "o cenário das secas, com as suas soalheiras intermináveis". Para Magalhães Melo, Suassuna — o grande escritor do "Auto da Compadecida", do "Romance d'A Pedra do Reino", da "História do Rei Degolado", de "O Santo e a Porca" e de tantas outras obras, revela os seus mitos sertanejos "da Fome e da Morte" (...) "navegando conscientemente da Utopia à Quimera, da Alegoria ao Símbolo".

Não só Luiz Magalhães Melo chama a atenção para a presença de mitos no universo do autor. Ariano Suassuna é um intelectual de características raras e personalíssimas. No Brasil, e em pleno século 20, a Idade Média permanece revivificada através de sua arte literária. Em meados deste ano, a professora Lígia Vassallo publicou um livro que contribui, de forma decisiva, para o melhor conhecimento da produção suassuniana, intitulado "O Sertão Medieval — Origens europeias do teatro de Ariano Suassuna", ressaltando a importância de sua obra erudita, baseada em modelos populares transpostos aos parâmetros da alta cultura.

Sr. Presidente, Srs^s e Srs. Senadores, os brilhantes pronunciamentos dos acadêmicos, que incorporo a este discurso, dão a medida exata da importância da chegada à Academia Pernambucana de Letras desse grande escritor que se auto-retrata como um ser que pertence "aos povos castanhos e insulares — também insulados — da Rainha do Meio-Dia, povos integrantes da Raça parda e bruna do mundo, isto é, povos ao mesmo tempo noturnos e insulares, apolíneos e dionisíacos, mais dançarinos e músicos do que reflexivos, mais da plástica sensual e da pulsão do ritmo estético do que da abstração".

Gostaria, ao final, de registrar nos Anais desta Casa os discursos pronunciados pelos acadêmicos Ariano Suassuna e Potiguar Matos, e o artigo, sobre o assunto, de Luis Magalhães Melo, publicado no *Diário de Pernambuco* e afirmar que a presença desse autêntico escritor regional/universal que é Ariano Suassuna, aquece cultural e humanisticamente a Academia Pernambucana de Letras, cuja Casa muito me desvelece pertencer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARCO MACIEL EM SEU DISCURSO:

Permitam que comece por uma referência que, apesar de pessoal, aponta para meu relacionamento com esta Academia. Deve ser feita, de início, a um seu antigo Presidente, meu amigo e mestre Luiz Delgado. O Governador Paulo Guerra tinha adquirido este solar que torna nossa Academia detentora da mais bela sede entre suas congêneres, incluindo-se aí a Brasileira. Mas a edificação estava quase inteiramente arruinada. Naquele ano, por acaso, eu fazia parte do Conselho Federal de Cultura, e, a pedido de Luiz Delgado, consegui as primeiras verbas que tornaram possível a restauração do prédio. O Professor Luiz Delgado já me dissera uma vez: "Quando você quiser, as portas da Academia estão abertas para você" — frase que, depois, ouvi repetida por outro amigo e Presidente desta Casa, Valdemir Miranda.

Em ambos os casos, eu não podia tomar suas palavras para além do que elas expressavam. Não sendo megalomaníaco, nunca pretendi obter unanimidade em minha escolha

para as Academias das quais faço parte hoje. Tais unanimidades, além de raras, surgem apenas de circunstâncias especiais que cercam a candidatura. Na Academia Brasileira, fui eleito por unanimidade: na época, havia 37 acadêmicos vivos e eu obtive 37 votos. Mas isto somente sucedeu porque, tendo retirado em favor de Otto Lara Rezende uma candidatura que fora lançada por Rachel de Queiroz e Adonias Filho, os outros Acadêmicos, como meus amigos João Cabral de Melo Neto e Jorge Amado, ficaram se sentindo no dever de retribuir meu gesto, o que terminou resultando na unanimidade.

Assim, não foi por desejar unanimidade que não tomei qualquer iniciativa após as generosas palavras de Luiz Delgado e Valdemir Miranda. É que, por uma disposição puramente pessoal, eu resolvia há muito tempo jamais disputar a honra. Decidira que somente entraria para uma instituição como esta se pela maioria de seus integrantes ficasse claro para mim que a própria entidade, correspondendo a meu desejo, também me queria. Foi por isso que somente vim para cá quando a maioria dos Acadêmicos, liderada por Potiguar Matos, e num gesto de generosidade que nunca esquecerei, precedeu a uma inscrição que depois referendei, cumprindo todo o ritual prescrito. Maioria aquela que logo foi acrescida, graças ao gesto também de generosidade e grandeza praticado por Cláudio Aguiar, que retirou sua candidatura para que ela não fosse obstáculo à minha. Declarei na época, e repito agora, que a única coisa que me levava a aceitar tal desistência era o fato de ser mais velho, o que me dava a precedência dentro da ordem natural das coisas.

Explicada assim o modo de introdução, minha entrada para a Academia Pernambucana de Letras — distinção que muito me honra — passo então a cumprir a norma de referir-se o novo Acadêmico a seus antecessores na Cadeira, pois, ao que parece, é nisto que se resume nossa precária imortalidade. Por uma curiosa coincidência, patronos e antecessores das Cadeiras que passei ou passo a ocupar nas três Academias que me escolheram, tinham sido objeto de referências minhas nos romances e novelas que consegui escrever até agora. Na Academia Brasileira de Letras, foram Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, e o Conde Carlos de Laet, respectivamente Patrono e Fundador da Cadeira nº 32 que é a minha, ali. Na Academia Taperoense de Poesia, onde ocupo a Cadeira nº 7, foi Raul Machado! Todos três vinham referidos no "Romance d'A Pedra do Reino" e na "História do Rei Degolado", isto muito antes que eu fosse admitido a qualquer das duas Academias e antes, portanto, que eu soubesse que estava fazendo, por vontade própria, referências a que depois seria obrigado por norma acadêmica.

Agora, na Academia Pernambucana de Letras, o patrono da Cadeira nº 18, que passo a ocupar, é Afonso Olindense Ribeiro de Sousa. O fundador é França Pereira, referido na terceira parte da "História do Rei Degolado", novela que se seguiria ao "Romance d'A Pedra do Reino". Não cheguei a publicá-la. Mas escrevi-a em parte, e num de seus "folhetos" afirma Quaderna, possuído por alucinações que herdou de seus mestres, Clemente e Samuel:

"Será o Mundo um Bicho, uma Onça malhada e de hálito feroz, colocada diante do homem, ou melhor, sob os pés dos seres humanos, que têm de domá-la e cavalgá-la, errando por entre os acidentes de seu corpo, expondo-se a garras e dentes que acabam por despedaçar seus ossos, enquanto a boca e a língua do

Felino materno mas cruel lhes bebem e lambem o sangue, sorvendo ao mesmo tempo suas entranhas ensanguentadas? Será o Mundo uma Árvore na qual se empoleirou a Raça humana, por entre folhagens aqui, espinhos e frutos selvagens ali, casca rugosa e calcinada pelo tempo ou pelo fogo acolá? Pelo menos é isso o que dava a entender nosso genial vate pernambucado, o Acadêmico França Pereira, quando cantava, em seus versos de visionário, "a Árvore sagrada e de feição estranha".

Adiante, no mesmo capítulo, ou "folheto", enquanto Quaderna, Clemente e Samuel falam sobre a importância da nossa luta contra os Holandeses, novamente França Pereira é citado:

"Elmos radiando ao Sol, em meio ao fumo e ao Fogo, plumas, bandeiras no ar, e o estertorante afogo de Titãs a tombar, de corcéis que se estorcem, de torsos nus que escorrem sangue e se contorcem: negros de Henrique Dias, Índios de Camarão, soldados de Vidal, o Latino e o Saxão."

Deve-se anotar, porém, que, depois do Patrono e do Fundador, a Cadeira nº 18, desta Academia, conta com as honrosas presenças de Paulino de Andrade e José Lourenço de Lima. Ambos foram professores. Como eu, que, inclusive, comecei minha atividade neste campo aos 17 anos, como professor de Português. Ambos eram, assim, como eu apaixonados por este belo idioma português que Cervantes considerava o mais harmonioso, sonoro e musical do mundo, colocando apenas como a ele comparável o Catalão falado na Ilha Maiorca. Conheci e admirei à distância Paulino de Andrade, a quem fui apresentado um dia por outro querido mestre meu, José Brasileiro Vilanova. Mas de José Lourenço de Lima fui aluno e amigo. Foi a ele e a Fernando Neves Silveira que recorri quando, por influência de meu fraternal amigo José Laurenio de Melo, resolvemos os dois aprofundar os conhecimentos de nossa bela língua, estendendo nossos estudos até o Português medieval e o Latim. Foi aí que fiz várias descobertas que foram da maior importância para minha vocação e meu trabalho de escritor. Notei, primeiro, que o Português falado pelo Povo sertanejo era muito próximo, ainda, do dialeto que dera origem aos dois idiomas irmãos, o Galego e o Português.

Foi por esse tempo que escrevi um certo "Poema em Dialetos Sertanejo" que, diga-se de passagem, nada tem a ver com as vulgaridades e deformações da chamada "poesia matuta", que eu detesto, nem com o falso "falar sertanejo" das novelas televisivas, fala falsificada e deturpada que eu odeio. Por outra curiosa coincidência, pouco depois, alguns intelectuais galegos — pressentindo, talvez, que, no meu universo reservo para eles um lugar tão importante quanto os que guardo para angolanos, portugueses, moçambicanos, catalães, castelhanos, e, em geral, todos os povos de língua portuguesa ou espanhola — começaram a enviar-me uma revista profeticamente intitulada *Grial*, além de uma certa "Escola de Poesia Galega" onde travei conhecimento, entre outras, com a grande poesia do trovador do século XIV Garcí Ferrandes de Xerena.

Eu já tivera a atenção despertada para a beleza da língua galega por dois poemas de García Lorca, assim como nosso grande Manuel Bandeira me indicara o caminho do Português antigo — que é quase o galego — através de seus poemas "Sólau do Desamado" e "Cantar de Amor". Depois, sem

se falar da grande e querida Cecília Meireles, foi outra mulher de delicada sensibilidade, Cleonice Derardinelli, que, por suas "Cantigas de Trovadores Medievais em Português Moderno", muito me ajudou a amar e até a exercitar de modo cada vez mais entranhado o Português antigo. Ao mesmo tempo, eu lia os documentos escritos na linguagem tabelioa dos séculos XI, XII, XIII, os primeiros nos quais, por entre um Latim já muito modificado, tosco e revigorado pela fala popular, as primeiras palavras começam a despontar vestindo aquele modo de arranjá-las e pronunciá-las que depois iriam formando o Português.

Foi então, como disse, que, ajudado por José Laurêncio de Melo, Fernando Neves Silveira e José Lourenço de Lima, numa espécie de exercício, comecei a tentar verter para o Latim o belo Português da "Demanda do Santo Graal", novela de cavalaria que tanto marcou meu trabalho de criação. Em suas sonoridades eu ouvia, aspirava, via e como que palpava o gosto de fruta matinal do nosso idioma, que naqueles primeiros escritos parecia se espreguiçar para erguer-se do sono em que ainda estava mergulhado naquela transição do Latim vulgar para a linguagem tabelioa dos primeiros séculos; para amanhecer gloriosamente iluminadamente no não menos saboroso e forte falar português de Fernão Mendes Pinto, Ca-mões Vieira, Jorge de Lima e Euclydes da Cunha. Lembro-me de que o texto da "Demanda" que procurei verter, começava assim:

"Tanto que foi noite, dormeceram ambos, ca muito eram cansados. Elaim nom dormia, com coita da sua chaga, ca muito era mal chagado."

Palavras que, tropeadamente, assim tentava eu passar para o Latim, de onde elas tinham vindo:

"Descendente nocte, dormierunt ambo, quia valde extenuai, sed non Elaim, vulnere sua timens, quia male vulneratus."

Levei o texto traduzido para o meu mestre José Lourenço de Lima, que lhe deu o "imprimatur" indispensável para que eu o citasse aqui, nesta noite em que a ele sucedo, prometendo-lhe manter-me fiel à nossa tradição e ao nosso belo idioma. Como já afirmei muitas vezes, a tradição só é ruim quando entendida erradamente como um culto mofado e mórbido do passado. Na tradição como a entendo, "nós cultuamos não as cinzas dos antepassados, mas a chama imortal que os animava", e que nós tentamos levar adiante para não sermos indignos deles. É por isso que um velho genealogista, falando de um outro orgulho, o de família, fazia uma advertência válida também para este: "Antes de procurar saber de quem somos filhos, devemos indagar de que obras somos pais".

De qualquer modo, se um dia alguém tiver interesse por um aspecto aparentemente tão deslocado de minhas obsessões de escritor, poderá consultar o "Jornal do Commercio", do Recife, no exemplar de domingo, 4 de agosto de 1946. Eu estava somente com 19 anos, e ali já se dá notícia de um certo Congresso de Poesia que se realizou em nossa cidade e no qual, em vez de recitar poemas meus, dei preferência aos de Dom Dinis, exatamente para marcar meu amor pelo Português dos trovadores e troveiros que prenunciava o de nossos Folhetistas e Cantadores. É que Portugal surgiu quando nasceu a língua portuguesa, pela romanização de lusos, celtas e ibéricos. Aqui, romanizou-se o Brasil quando índios e negros se iberizaram, dando origem à nova Cultura gloriosamente mestiça e castanha. Assim, aquele meu amor pode parecer

deslocado, mas é antigo e permanece vivo e pulsando em mim, no momento em que, agradecendo a distinção com que esta Academia me honrou, prometo tentar conduzir à frente a chama, esta sim, imortal, de todos os que nos antecederam na língua e na Literatura de fala portuguesa.

Recife, 18 de novembro de 1993
1º de dezembro de 1993

I

Impossível ocultar que inicio este discurso sob a pressão muito forte de uma dupla emoção. De um lado, parece-me que estou me despedindo, mais uma vez, de um irmão; do outro, há um sentido forte de júbilo por ver sentar-se na cadeira que lhe pertenceu, alguém capaz de lhe assegurar a grandeza e magnificar-lhe o destino.

Direi, apenas, a José Lourenço de Lima, com a plenitude de minha certeza, o aceno de fé do poeta:

"A morte é a curva da estrada,
Morrer é só não ser visto.
Se escuto, eu te oíço a passada
Existir como eu existo.
A terra é feita de céu.
A mentira não tem ninho.
Nunca ninguém se perdeu.
Tudo é verdade e caminho. (1)

E a vós, senhor académico Ariano Vilar Suassuna, que vos posso dizer?

Marcas digitais

Sei que nada estamos acrescentando a vossa glória. Ela está muito bem registrada em cartórios hábeis, as Academias Taperoense de Poesia e Brasileira de Letras, a consagração municipal e federal. Mas, todos nós não ignoramos que essa unanimidade consagradora que, agora, se fecha. Município, Estado e Nação, também ela não vos acrescenta nada. As Academias são simples apêndices descartáveis na vida dos escritores. Marcos Vinícius Vilaça viu isto muito bem: "As academias nada têm a dar além do reconhecimento dos valores e dos poderes do convívio". (2)

Quem melhor do que nós para lembrar, entre nós, o episódio de Molière e a Academia Francesa de Letras? Não precisais da glória académica; as academias, sim, necessitariam explicar o porquê da vossa ausência. Às vezes, os imortais são demasiadamente mortais nos seus jogos e óticas...

É de Josué Montello uma observação muito pertinente: "Tenho reparado que, na literatura, há autores que são mais brilhantes em pessoa do que por escrito, nas suas obras. A fulguração das respectivas inteligências não se transfere, com toda a sua luminosidade, para os textos que deixam no papel. Mas há também exemplos contrários. Ou seja: aqueles em que os textos são mais brilhantes que seus autores, e os ultrapassam.

No primeiro caso, o escritor pertence mais à vida literária do que à literatura; no segundo, mais à literatura do que à vida literária. (3)

Perdoe-me o mestre admirável, mas esqueceu ele uma terceira categoria, aquela a que ele mesmo pertence: a dos escritores que aliam a um texto fulgurante e irretocável, o fascínio da comunicação oral, deixando-nos a dúvida se são mais brilhantes quando escrevem ou quando falam.

Sois, senhor académico Ariano Suassuna, na minha visão humilde, dessa terceira categoria de eleitos. Lembro, para ilustrar, a figura humaníssima do bom gigante que foi Ascenço

Ferreira. A sua poesia ontem, hoje e sempre, guardará a força impactante, o nervo latejante da beleza; mas, quem não o ouviu em pessoa, a voz macia, quase ciciante, o corpo enorme, vibrar sacudido pelo vendaval das próprias emoções, terá perdido um espetáculo único, que nem as máquinas falantes conseguiram perenizar.

O homem e o estilo

Rachel de Queiroz se deixou atrair pelo mistério da vossa linguagem. E, resistivelmente, teria de falar de Guimarães Rosa, nas suas palavras, "criador de um idioma novo, às vezes belíssimo — mas evidentemente manufaturado por ele no seu laboratório" (4) E diz de vós: "Já Suassuna, a sua língua existe, existiu sempre; pode ser em momentos arcaica e preciosa, dando a impressão de inventiva; porém tudo são palavras que, hoje ou ontem, o uso poliu e aperfeiçoou; e se sua sintaxe não é a oficial, também não foi composta em banca de trabalho, visava o efeito ou poético" (5) E precisa: "É a síntese tradicional, poética-coloquial-declamatória-literária a que recorrem os cantadores e repentistas e os contadores de romances — naturalmente transfigurada pelo trato que Suassuna lhe dá". (6)

Há um personagem de Nélida Piñon, no seu "A República dos Sonhos que, a certa altura, exclama: "O mar é a minha memória". (7)

Acho que se tivéssemos de encerrar Ariano numa fórmula esta seria perfeita, "o Sertão é a sua memória". Poucos escritores conheço cuja obra tenha identificação tão profunda com um pedaço de terra. Lembro aquele mitológico Anteu, o gigante que arrancava sua força do chão. Neste passo, Suassuna tem algo de vegetal, imóvel, como a flora brota do semi-árido, o xique-xique, o rasga-beijo, o mandacaru... num quase milagre de transsubstancialização, toda uma geografia torturada e bela, um povo em pulsação de angústia e sonho, se encarnando no coração de um homem, possesso dos espíritos ancestrais, lembranças pungentes, tropel de bichos, o sol escorrendo feito ouro líquido pelos lajedos e as faces.

"O Sertão principia
Depois que acaba a terra
Ou, sendo raias exato
Onde começa a pedra."
canta Marcus Accioly, e arremata
"E segue o Sertão-Alto:
Pajeú, Moxotó,
Onde termina o mundo
E então começa o sol." (8)

Pedra e sol, matéria e energia, tudo estava no princípio, nesse caos informe que violentava a alta de um menino, e menino que vira um Rei reinar, cujo estar era divino, um Rei abatido pelo ódio e que se fora levando-lhe a visão de um paraíso perdido, ficando como Brasa perpétua no seu coração, e no seu tormento e saudade, no sonho de justiça ou vingança, nas mãos uma "espada de ouro em Pasto sangüinato" (9)...

Maximiano Campos viu admiravelmente uma das perspectivas, talvez a fundamental, de sua obra literária: ... "não limitou o mundo à visão do Sertão nordestino, mas, através dessa visão de criador, fez do Sertão um palco gigantesco onde são representados, através de seus personagens, os dramas da condição humana". (10)

Não foi um crítico literário, mas um grande médico humanista, Cyro de Andrade Lima, que no meu entender chegou muito perto de uma das matrizes de Ariano: "A Pedra do Reino nunca meu pareceu uma simples história, um relato"

"Tudo aquilo sempre me pareceu uma espécie de sonho ou de pesadelo — ou melhor, uma tentativa que Ariano vem fazendo para mergulhar no seu próprio subconsciente e exprimir, sob uma forma poética, o universo dilacerado dele".

A tragédia familiar, as oscilações da fé, o terrível drama nacional, cindido entre o **oficial** e o **real**, a presença obsessiva das raízes nativas, tudo explodiu no homem culto, que à maneira de Baudelaire havia lido "todos os livros", num canto polifônico, de geometrias clássicas em momentos raros, quase sempre luxuriosamente barroco, na sua totalidade; um barroco que sempre me pareceu uma luta selvagem por definição, um descaminho estético, agonizando entre cânones ambiciosos, na luta desesperada de encontrar em torsos convulsos, galhos, flores, frutos, os caminhos misteriosos da perfeição... Aliás, Ariano tem uma compreensão profundamente esclarecedora do barroco "... é um estilo de vida, uma visão do mundo e uma Cultura que se caracteriza pela união dialética de contrários, de elementos clássicos e românticos".⁽¹⁾

Lembro aqui uma observação, de ordem pessoal, e não sei se estou certo ou errado: não me recordo de haver encontrado na imensa fortuna crítica que envolve a obra de Ariano referências apropriadas a respeito da tese com que conquistou a Docência Livre da disciplina História da Cultura Brasileira, na Universidade Federal de Pernambuco, A Onça Castanha e a Ilha Brasil — Uma reflexão sobre a Cultura Brasileira". Nem da parte da Universidade, nem do próprio autor, notei empenho na sua divulgação popular. Entretanto, me parece uma das chaves capazes de nos abrir o universo filosófico e literário de Ariano. E que, sob muitos aspectos, nos fez intelijir melhor esse acontecimento literário singular e amedrontador, belo e áspero, duro como ponta de faca, translucidamente macio e encantatório, como certos crepúsculos sertanejos onde a luz se faz seda, gaze imperceptível que nos envolve e sufoca, resumido num livro que é Euclides, Sílvio Romero, Gilberto Freyre, Guimarães Rosa, para terminar sendo ele só no delírio da grandeza, perdido entre alucinações e quimeras, gritos de vitória e estertores de morte, livro caótico, abissal, mas também antifônico e triunfal, espelho onde se debruça nossa angústia e gême a esperança, que é o **Romance da Pedra do Reino**.

Ariano começa a sua reflexão acadêmica com um auto-retrato extremamente precioso e que à maneira de Velasquez vamos encontrar reproduzido no espírito e força de tudo que vem criando: "Sou um brasileiro, um latino-americano. Pertenco, portanto, aos povos castanhos e **insulares** — também **insulados** — da Rainha do Meio-Dia, povos integrantes da Raça parda e bruna do mundo, isto é, povos ao mesmo tempo noturnos e insulares, apolíneos e dionisíacos, mais dançarinos e musicais do que reflexivos, mais da "plástica sensual e da pulsão do ritmo estético do que da abstração".⁽²⁾

Algumas passagens rápidas dessa tese nos ajudam a penetrar um pouco nas motivações psico-sociais e históricas que impulsionam à construção da obra de Suassuna. Uma, a consciência de que já estamos amadurecendo para uma cultura nossa, ou, como ele diz, a identificação do "espírito peculiar e único que, ao meu ver, já está começando a singularizar o espírito do nosso País. Esta singularidade, esta personalidade nacional, está ficando mais nítida e clara no século XX — e é por isso que somente agora o nosso próprio povo parece estar tomando consciência e posição diante dela".⁽³⁾; noutra, a crença de que é a inconsciência nacional... "o alicerce é o segredo vital não só das obras de arte mas de todas as manifestações da Cultura brasileira"⁽⁴⁾, o que o levaria dire-

tamente para o imaginário popular e daria uma pulsão lorquiana ao seu trabalho. Por fim, rematando considerações a respeito da intimidade dessa Cultura, Ariano constroi sobre o que entende ser a sua marca mais característica — a **união dos contrários** — uma interpretação de tal poder sugestivo que não posso deixar de transcrever, com a carga de emoção e frieza nacional que a assinala e depõe em favor da tese da combinação de antiteses, o que ele próprio defende... Nas suas palavras: "Se examinarmos o Povo brasileiro do ponto de vista do seu comportamento social, de sua Psicologia, de sua História, de sua Arte, de sua Literatura, encontraremos sempre essa tendência assimiladora e unificadora de contrários — o espírito mágico e fantástico complementado pelo realismo crítico e satírico, metamorfose da florescência e da decomposição; cotidiano e quimera; a presença do dionisíaco buscando o nome contido e a garra da forma despojada do apolíneo; violência e mau-gosto do popular e refinamento do erudito; o épico e a introspecção individual chegando esta às vezes à idolatria do Eu; o lirismo personalista e o social coletivo; as convenções e a festa; o Belo e o Feio; o espírito profético e o comportamento orgiático, o vegetal da mata e o deserto do Sertão; o Trágico e o Cômico; a aldeia e o mundo; otimismo e pessimismo; embriaguez da Vida e a cinza da Morte; o Dramático e o Humorístico; o fogo da destruição e o culto da florescência da ressurreição".⁽⁵⁾

Nesta introdução ao universo de Suassuna, com seus desvairamentos racionais e seus rationalismos translógicos, há que se isolar e ver muito de perto algo que lhe trespassa toda a ebulfante agitação criadora e que explica ou não explica o que ele mesmo chamou a sua obra. "Uma **lumiara** disforme e bruta como as enigmáticas **lumiáras** do Sertão", ou para usar definições de amigos, como Hermilo Borba Filho, "uma espécie de **Divina Comédia** sertaneja recheada de mitos e pesadelos — uma "incursão no subterrâneo". (1^º) Quero me referir a sua crença em Deus.

Angústia metafísica

Terá Ariano procurado en **gémistant**, como falou Bloy? Sabe-se que transitou do protestantismo para o catolicismo. Seu universo teatral está cindido num maniqueísmo quase ingênuo, o de origens populares,⁶ que faz da Terra o campo de batalha entre o Bem e o Mal, os Bons e os Ruins, os Condenados e os Salvos, sem que se esqueça, porém, o milagre da Compadecida, a força da Misericórdia e do Amor, que tornam falíveis bibliotecas inteiras de saber teológico: a Compadecida que arranca do Diabo, com as mãos já no pescoço da Alma perdida, o grande grito de terror:

"Chamaram Nossa Senhora:
vai ser duro, esta partida!
Mulher em tudo se mete:
lá vem a Compadecida!
Pelo caminho que vai,
a sentença está perdida!
Ai que estou ficando cego,
e a cara ficando torta!
Pelo jeito que estou vendo
a sentença vai ser torta!
Lá vem A Compadecida
Mulher, com tudo se importa!"⁽⁷⁾

É muito claro Ariano: "para mim, o problema fundamental, o problema pelo qual todos os outros dependem, é o de Deus — seja que nós o afirmemos, seja que nós o neguemos.

“Se acreditamos — e se isso para nós tem importância — surge como decorrência obrigatória disso que, sendo todos filhos dele, a sociedade tem de se reorganizar da maneira mais justa possível: que nós temos obrigação de optar por uma vida de pobreza honrada e austeridade libertadora e não por este mundo em que Deus e nossa fidelidade a ele e à sua justiça são considerados menos importantes do que a idolatria da riqueza; por este mundo em que a Divindade é considerada um problema irrelevante e sem importância quando comparada com dogmas intocáveis como a **liberdade sexual** e a **privatização da economia.**”⁽¹⁸⁾

O cristão prega-se, assim, na Cruz eterna, onde agoniza o Cristo olhando a negação sofrida de Pedro e a traição multiplicada de Judas... No fundo, porém, da alma sertaneja há sempre um Encoberto que caminha e um profeta que vela sob a pontuação de um sol de fogo e o estremecimento convulso de uma esperança que resiste...

A Academia e vós

Senhor Acadêmico Ariano Vilar Suassuna, sabemos que vindes de solar mais rico, de cavaleiros melhor armados, de torneios e justas mais altos... Encontrareis aqui, nesta Casa que foi de nobreza, alguma coisa daquele espírito de sinceridade e lhaneza, de independência e compreensão, de hospitalidade e respeito, que cerca a nossa gente nordestina, e que vigem, ainda, nos confins desses sertões enigmáticos, onde vos fizestes homem nas dores do mundo e vos fizestes escritor nos sonhos da liberdade e da justiça.

Digo-vos em nome de todos, apeai-vos do jumento **Secretário**, espantai o rebanho de bodes e cabritos, sentai-vos a nossa mesa. Pode ser **humilde**, mas não lhe faltarão o pão da solidariedade, a fraterna amizade dos que vos admiraram e se sentem honrados com a vossa companhia. Muito haveria por dizer, dessas como o **Armorialismo** e de possíveis façanhas do múltiplo, complexo encantador fidalgo fotografar difalgo Dom Pedro Diniz Ferreira Quaderna. Não é necessário. Não tentei vos... nem interpretar. Terá sido uma conversa de

homem do Agreste, tão ligado ao Sertão, ouvindo o tropel de vacas curraleiras, um tatalar de sabiás cortando o espaço, a preocupação secular na alma, “choverá ou não, este ano”?

De mim, particularmente, farei uma confissão, desimportante e pequena, mas que entendi dever fazer. Deus me poupo do sentimento da inveja. Sou um homem que nasci, sobre tudo, para admirar e nada há que mais me toque e comova do que o espetáculo da inteligência humana e suas arquiteturas de sabedoria e sonho. Mas, ai de mim, poeta pequeno, se a tanto chego; ai de mim que duas coisas gostaria de ter escrito e aqui digo pouco importando o que digam de mim; a letra de Cartola “As Rosas não Falam” e a letra de Ariano Suassuna, “A uma dama transitória”, que Capiba musicou; inveja do seresteiro frustrado que sempre foi nas ruas da minha velha cidade, deitada entre suas colinas e sua lua, e lua que nenhum astronauta do mundo poluiu com suas botas sabias... Minha homenagem ao transitório, Dama ou Vida, bem que o sentimos em nossas serestas de luz e treva:

“Deixa a cabeça em meu peito
enquanto o sol agoniza
longe da tarde dourada
ouço-te a voz desvelada
antiga, forte, indivisa.
Tempo e fortuna passaram
passaram sede e saudade
deixa a cabeça em meu peito
que o teu cabelo desfeito
canta a vida e a brevidade.
Um dia terei passado
e tu passarás também
mas antes um outro peito
talvez sem tanto proveito
guarde o que o meu hoje tem.
Que seja, pois, vida é fruto,
morte, sol, sonho e suspeita
e eu te quero como a vida
doce, cruel, sem medida,
na sua glória imperfeita.”

Obrigado.

Mitos sertanejos de Suassuna

Luis Magalhães Melo

Parece que um grande escritor nunca está só ou inconscientemente isolado do meio e circunstâncias que o cercam. Muitas obras de literatura de Shakespear ou de Swift têm sido interpretadas em conexão com a sua época. Citan, como exemplo, os histórios do primeiro autor e as viagens de Gulliver, do segundo.

Há quem aponha Balzac como exceção, como exemplo de uma dicotomia neste domínio da teoria literária. Qua, talvez melhor, da sociologia literária e da capacidade criadora.

A observação poderia se referir a um escritor de mérito ou a um ficcionista genial.

Na literatura oral popular da Grécia antiga, a *horda*, na Germânia, o *Scarp*, contador de lendas, como na Rússia, sempre havia reminiscências semi-religiosas em cunhadas e hilárias. E entre os escritores famosos nulos frequentadores das poltronas e meio dependentes da vontade de César ou de um Mecenas, evitavam um Virgílio, um Horácio e um Ovídeo.

Já na Idade Média, a figura do trovador — *minstrelanger* — como narra Warren, já caminhou pelas estradas tudo quanto estava guardado na sua alma.

Slim, não posso enriquecer que em tudo isso havia muito de mundo e de realidade, mas muitos guardiões "em la origem de los tiempos no es una representación sencilla y sencilla y sencilla y sencilla".

On nilton dentro da história, como fatos religiosos, ajetumados num tempo-medio e, às vezes, "desligados das culturas que duram".

Seria bom lembrar que o mito, no caso de hoje, possivelmente é uma parte importante de um fenômeno geral, voltar-se sempre a ele e de várias maneiras. A frase pode não ser exatamente como citada, porém a essência do pensamento é válida. É como aquela "volta do homem adulto aos velhos fundamentos da Powis existencializada num menino", de que fala a Introdução magnífica à antologia poética sobre Jorge de Línia, cujo centenário de nascimento está Academia comentando em recente sessão solene. Dir-se-lá que circos mistérios dos engenho "Maravilha", em Alagoas, equivale, para o romancista e poeta alagoano, ao círculo de Vigo, tão distante no tempo e no espaço.

O escritor do "Auto da Compadecida" revela os *seus mitos sertanejos*: "da Fome e da Morte" reaparecem nos textos, com os nomes respectivos de Bernardo Cintura e Caetana. E explica

porque. E por si vai Ariano Suassuna. Escritor que veio nos honrar com a sua proximidade nessa Academia de Leitura e enriqueça-la com os seus trabalhos e sua inteligência.

Como desligar um autor, mesmo o hercônemita, de suas reminiscências? Do terrário evolutivo e psicológico dentro do qual surgiu para o mundo?

Joaquim Nabuco, como todos sabem, já escrevera que a vida de um homem é como um desenho de criança, ao qual de modo das vezes, imperceptivel, volta-se sempre a ele e de várias maneiras. A frase pode não ser exatamente como citada, porém a essência do pensamento é válida. É como aquela "volta do homem adulto aos velhos fundamentos da Powis existencializada num menino", de que fala a Introdução magnífica à antologia poética sobre Jorge de Línia, cujo centenário de nascimento está Academia comentando em recente sessão solene. Dir-se-lá que circos mistérios dos engenho "Maravilha", em Alagoas, equivale, para o romancista e poeta alagoano, ao círculo de Vigo, tão distante no tempo e no espaço.

O que pode haver de ambiguo na obra de Ariano Suassuna, não o é para quem conhece a explicação do próprio escritor, navegando conscientemente da

Utopia à Quimera, da Alegoria ao Síntesis, após recorrer à definição de Cálculos Autômatos.

É provável que no contraditório aparente da maior de "O Rei Degolado", esteja uma maneira personificada de realização literária no melhor sentido. Não vale marginalizar no universo das suas crônicas nem conhecer bem o papel do narrador Quiderma e outras personagens cujas vidas e ação estão presentes na vida do autor. Os personagens de Suassuna iluminaram pelo popular, nuda requintados em encenações dos contos de Machado de Assis, quando confessou o novo membro da Academia de Letras do nosso Estado. Prefere tudo que tem cheiro de povo, vangueiros cantadores: — "Ou do mar ou do Sertão", de todo que estes dois mundos têm de bom e de ruim, sujeitos a folclore ou cíncel.

O certo é que Ariano Suassuna faz parte agora de nosso conjunto que o tem como membro efetivo, como leveu a bem pouco tempo Gilberto Freyre e muitos outros com um *suo* grandeza, unidas subtilmente uns outras, de mortais que na verdade não passam definitivamente, mas continuam presentes, vivos sobretudo mas ofertas que ficam.

Luiz Magalhães Melo é jornalista, ensaísta e atual professor da Academia Paranaense de Letras

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, os ex-funcionários da Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. e da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A., demitidos durante o governo, melhor dizendo, desgoverno do Senhor Collor de Melo, estão em campanha justa e meritória em defesa de sua reintegração aos cargos que ocupavam à época da tumultuada reforma administrativa do setor público.

Integrados à campanha maior de todos os funcionários demitidos de empresas estatais, esses servidores buscam a reparação de um ato que consideram injusto, ilegal, abusivo e autoritário.

De fato, os acontecimentos que deram consecução à reforma administrativa foram a prova clara de que o governo se exercia com improvisação, amadorismo e irresponsabilidade. As demissões careceram do estabelecimento de critérios definidos segundo princípios legítimos e justos. O estatuto da disponibilidade foi acionado sem o devido exame de suas condicionantes legais. Os verbos "enxugar" e "cortar" foram conjugados de maneira inconsequente e pueril. A extinção de órgãos públicos ocorreu à revelia da necessária análise de seu impacto administrativo e social.

Não precisou passar muito tempo para que a sociedade percebesse o engodo em que se metera o governo na questão do saneamento da máquina estatal. Menos de um ano depois de iniciada, a reforma começava a fazer água.

A meta de dispensar 360 mil funcionários já se anuncjava impraticável antes mesmo de ter seu início efetivado. Um ano depois de alardeada com retumbante repercussão na mídia, a venda das 42 mansões do Governo no Lago Sul se reduzira a apenas 19 unidades postas em leilão. O número previsto de 10 mil apartamentos funcionais colocados à venda se apresentava reduzido a 3.335. A colocação em disponibilidade de 47 mil funcionários, encetada como medida de contenção de despesa em 1990, gerou o efeito exatamente contrário: o governo calculava, em setembro de 1991, um gasto aproximado de 18 milhões de cruzeiros para efetuar o recadastramento dos disponíveis com vistas à sua reutilização no serviço público.

Pior do que presenciamos todas essas trapalhadas foi constatarmos que o governo Collor não passava de uma mentira, um embuste, um lance de marketing político, porque, à sombra de seu discurso de modernidade e de sua pose de estadista, compactuavam-se seus asseclas no maior assalto ao Erário Público de que se teve notícia na República brasileira.

No tocante à estrutura e funcionamento da administração pública, o saldo que o governo Collor nos legou é trágico. Órgãos e empresas vinculadas à União sofreram uma brutal desestruturação de suas funções e uma irreparável desorganização em seus quadros de servidores. Setores importantes da Administração Federal, como saúde pública, vigilância sanitária e fiscalização de arrecadação de impostos restaram profundamente afetados. Sequer a almejada economia para os cofres do Tesouro teve o impacto esperado. Ainda durante seu mandato, o próprio Presidente Collor teve de reconvocar 2.500 servidores em disponibilidade da área de Saúde e teve de autorizar a realização de concurso público para a Receita Federal recompor seu quadro de fiscais.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, é certo que os governantes não estão imunes a cometer erros. Mas é certo também

que se espera que tenham a generosidade de reconhecer que erraram e a grandeza de espírito de reparar seus erros.

O Presidente Itamar Franco tem se mostrado um governante sensível à causa dos servidores demitidos injustamente nos mandos e desmandos de seu antecessor. Embora não tenha ele cometido nenhum dos erros e equívocos com os servidores federais ora imputados ao ex-Presidente Collor, espera-se que tenha a pré-falada grandeza de espírito para reparar os erros do governo anterior.

Nesse sentido, dirijo-lhe o apelo para que atenda com presteza o pleito dos demitidos das empresas estatais, para que se faça justiça com tantos trabalhadores públicos, dos quais muitos hoje se vêem forçados a degradar-se para prover o sustento de suas famílias. Foram eles aliados injustamente de seus locais de trabalho, e é de direito que voltem a eles. Antes que se abram concursos públicos para preencher as vagas que lhes pertencem de fato e de direito, devem eles ser reintegrados para os cargos de onde foram arbitrariamente afastados, melhor dizendo, de onde foram arbitrariamente expulsos!

Com este pronunciamento, faço questão de consignar nos Anais desta Casa minha total adesão à causa dos demitidos das empresas estatais, e, em particular, dos demitidos da Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. e da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, como representante de Rondônia — um dos Estados que integram a Região Amazônica — e atento, sempre, a toda ocorrência que, de algum modo, possa afetar os interesses de sua deslebrada população, emprestei a maior importância ao ofício que recebi da Associação Brasileira dos Armadores de Navegação Interior — ABANI, datada de 1º de setembro de 1993 e subscrita por seu dinâmico presidente, o Sr. Eduardo Lobato Carvalho.

Nos termos do citado ofício, o Departamento Nacional de Combustíveis — DNC, teria submetido ao exame do Ministro das Minas e Energia uma proposta tendente a desequilibrar o preço dos combustíveis na Amazônia.

De acordo com tal proposta, somente seriam resarcidos os fretes até às bases primárias, sendo que todo o transporte de combustíveis deverá ser encampado pela Petrobrás. Tomando em conta que na Região Norte, apenas as cidades de Belém, Manaus, Porto Velho, Caracaraí e Cruzeiro do Sul seriam consideradas bases primárias, entendeu a ABANI que tal medida acarretaria sérios prejuízos para a economia regional, máxime para aquelas localidades mais distantes, onde o preço do combustível sofreria sensível elevação. Daí o apelo final da entidade solicitando nossa interferência no sentido de sustar essas medidas.

Trata-se, pois, de uma categoria de informações, cuja veracidade precisa ser previamente checada nas fontes competentes, antes de qualquer tomada de posição por parte de quem as examina.

Foi o que tivemos o cuidado de fazer, Sr. Presidente, através de contatos que nossa assessoria manteve com os técnicos e executivos do Departamento Nacional de Combustíveis. E nossos cuidados não foram vãos, já que, naquela repartição, foram colhidos todos os informes necessários não apenas para

nosso esclarecimento pessoal, mas, também, para aplacar as inquietações do setor empresarial que atua na região.

Efetivamente, encontra-se em estudo no Departamento Nacional de Combustíveis e no Ministério das Minas e Energia um plano de desequalização gradativa dos preços dos combustíveis, não apenas na Amazônia, mas em todo o País. Esse plano tem como escopos principais o estancamento da sangria de recursos da união provocada pelos desvios e irregularidades praticadas no resarcimento de fretes de derivados de petróleo, assim como a democratização dos serviços de distribuição, um contraste com a cartelização do Sistema, posta em prática até agora.

Tais medidas, se efetivadas, terão como beneficiário final o consumidor e toda a sociedade, além de resguardar vultosas somas de recursos que passariam a estar disponíveis para os investimentos prioritários da União.

Com relação às repercussões de tais medidas e aos reflexos negativos que elas poderiam acarretar para a economia, sobretudo da Região Norte — preocupação essa, incisivamente manifestada no ofício da ABANI —, eis os esclarecimentos que nos foram adiantados.

— A responsabilidade pelo transporte de combustíveis até as bases primárias (que serão expressivamente ampliadas) não recairia mais, com exclusividade, sobre a PETROBRÁS. Pelo contrário, tal idéia foi abandonada, e estudos estão sendo feitos visando à extensão desse encargo a todas as companhias interessadas.

— Quanto ao impacto que poderão sofrer os preços dos combustíveis, se efetivamente adotadas as medidas propostas

pelo DNC, estudos preliminares já realizados indicam que, para o caso da gasolina, aproximadamente 99% da população, o que corresponde a 99% do consumo total do produto, terão um aumento real não superior a 6% relativos ao preço atual.

No que diz respeito ao óleo diesel, cerca de 98% da população, responsáveis por 98% do consumo total do produto, terão um aumento não superior a 8% sobre o preço atual.

— É verdade que alguns municípios da região Norte, correspondentes a parcelas mínimas da população consumidora, sofrerão impactos de preços bem maiores, razão pela qual estão sendo desenvolvidos estudos no sentido de limitar tais impactos a níveis toleráveis, ou mesmo de conceder subsídios governamentais que reduzam o preço dos combustíveis nas citadas regiões.

Dante disso, Sr. Presidente, e à vista dos dados que nos foram exibidos em gráficos muito bem elaborados (que junto como anexos deste pronunciamento) só nos resta apoiar os bons propósitos do DNC objetivando a sustação do desvio de bilhões de cruzeiros, desencaminhados anualmente para os bolsos dos inescrupulosos aproveitadores do ineficiente processo de resarcimento de fretes até agora vigente.

Da mesma forma, cabe-nos encarecer aos dirigentes do DNC e do MME que não descurem, antes agilizem os estudos das medidas compensatórias a serem aplicadas nas ínviias e distantes regiões da Amazônia.

Muito Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU DISCURSO:

SILNAUE BELEM - PR

362 P13 SEP 03 '93 17:40



ABANI

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS
ARMADORES DE NAVEGAÇÃO INTERIOR

- Vossa Exceléncia Recebida

08/09/93

Lob

Presto atenção

Belém(PA), 01 de setembro de 1.993.

Ao.
Exmo. Sr.SENADOR ODACY SOARES

~~DC~~
 Discutido
 Tratado
 Aguardo?

Exceléncia,

Levamos ao conhecimento de Vossa Exceléncia proposta formulada pelo D.N.C. (Departamento Nacional de Combustíveis) ao Ministério de Minas e Energia, no sentido de desequalizar o preço dos combustíveis na Amazônia.

De acordo com a proposta formulada por aquele Departamento somente seriam resarcidos os fretes até a Base Primária, sendo que à PETROBRAS seria cometido todo o transporte.

Na região norte apenas seriam Base Primária as cidades de Belém, Manaus, Porto Velho, Caracaraí e Cruzeiro do Sul.

Alertamos Vossa Exceléncia para os prejuízos que tal medida deverá provocar em todo a economia regional, principalmente naquelas localidades mais distantes, onde o preço do combustível ficará muito mais caro.

Esta Associação roga à interferência do eminente Parlamentar no sentido de evitar que tal venha a ocorrer.

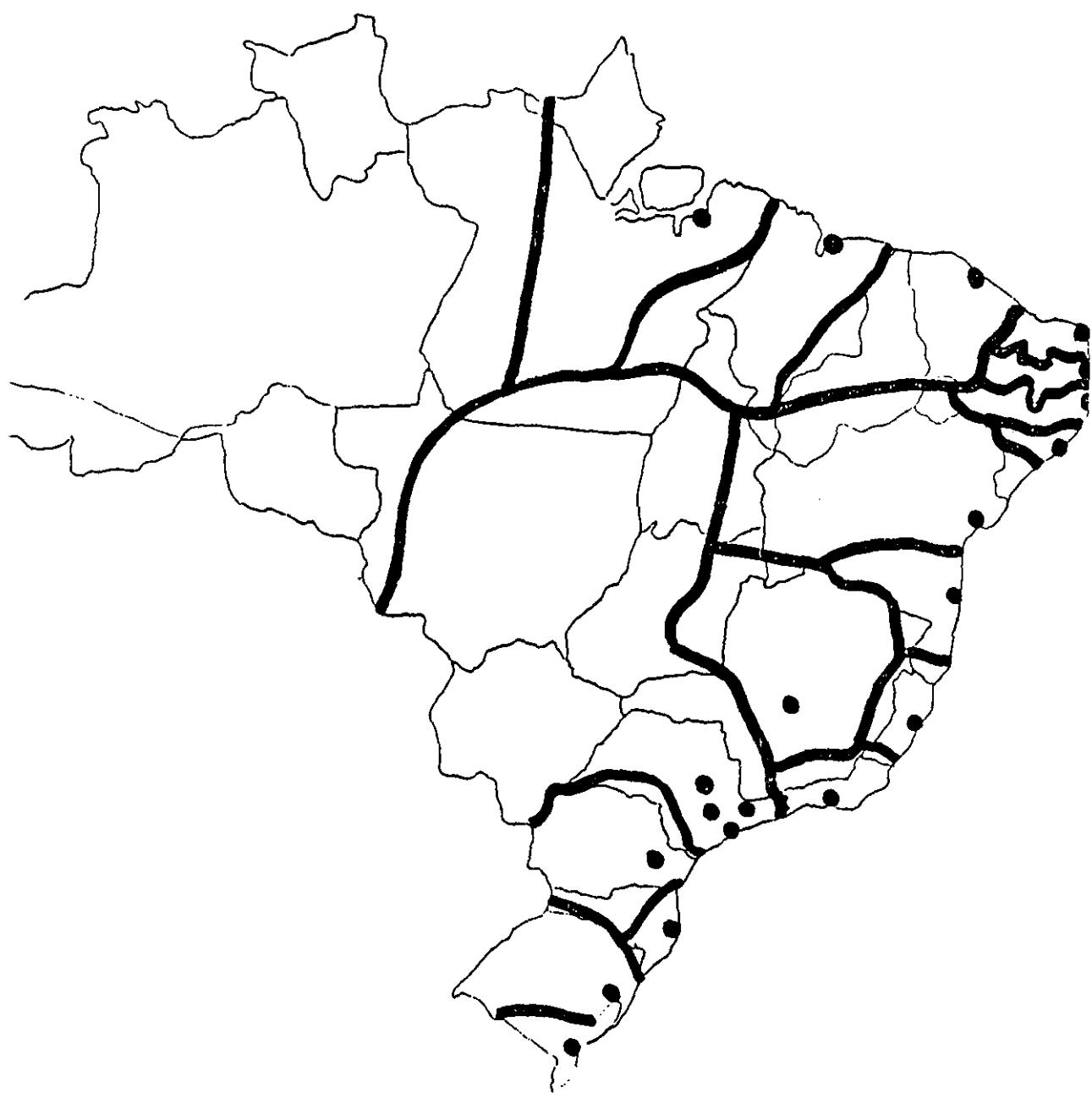
Atenciosamente,

Eduardo Lobato Carvalho
 Eduardo Lobato Carvalho
 Presidente

QUADRO 01

▼

ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS BDPs: SITUAÇÃO ATUAL

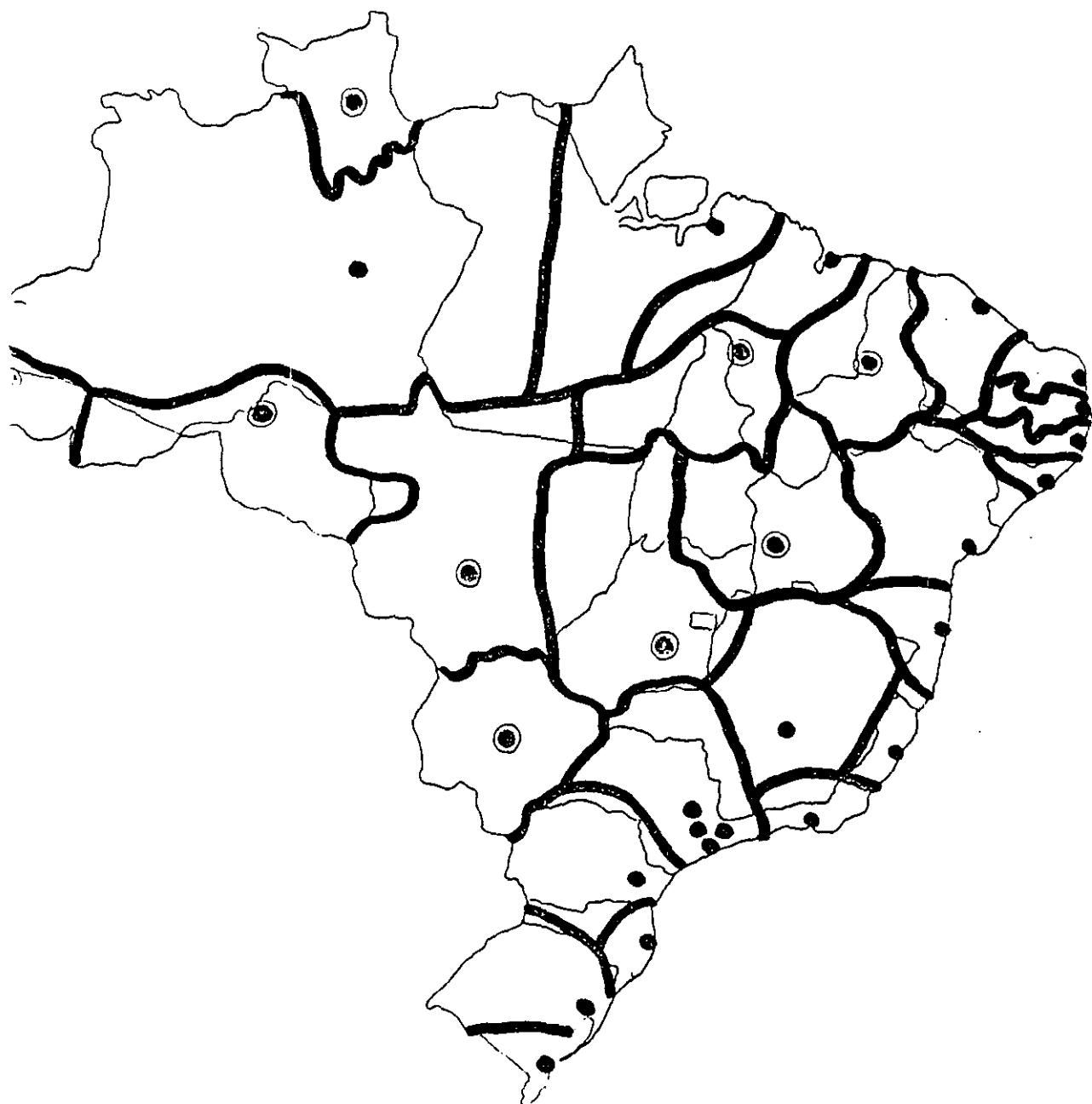


● BDPs

QUADRO 02

AREA DE INFLUÊNCIA DAS BDPs: SITUAÇÃO FUTURA *

* Com o acréscimo de 09 BDPs no interior do país



● BDPs

◎ BDPs acrescidas

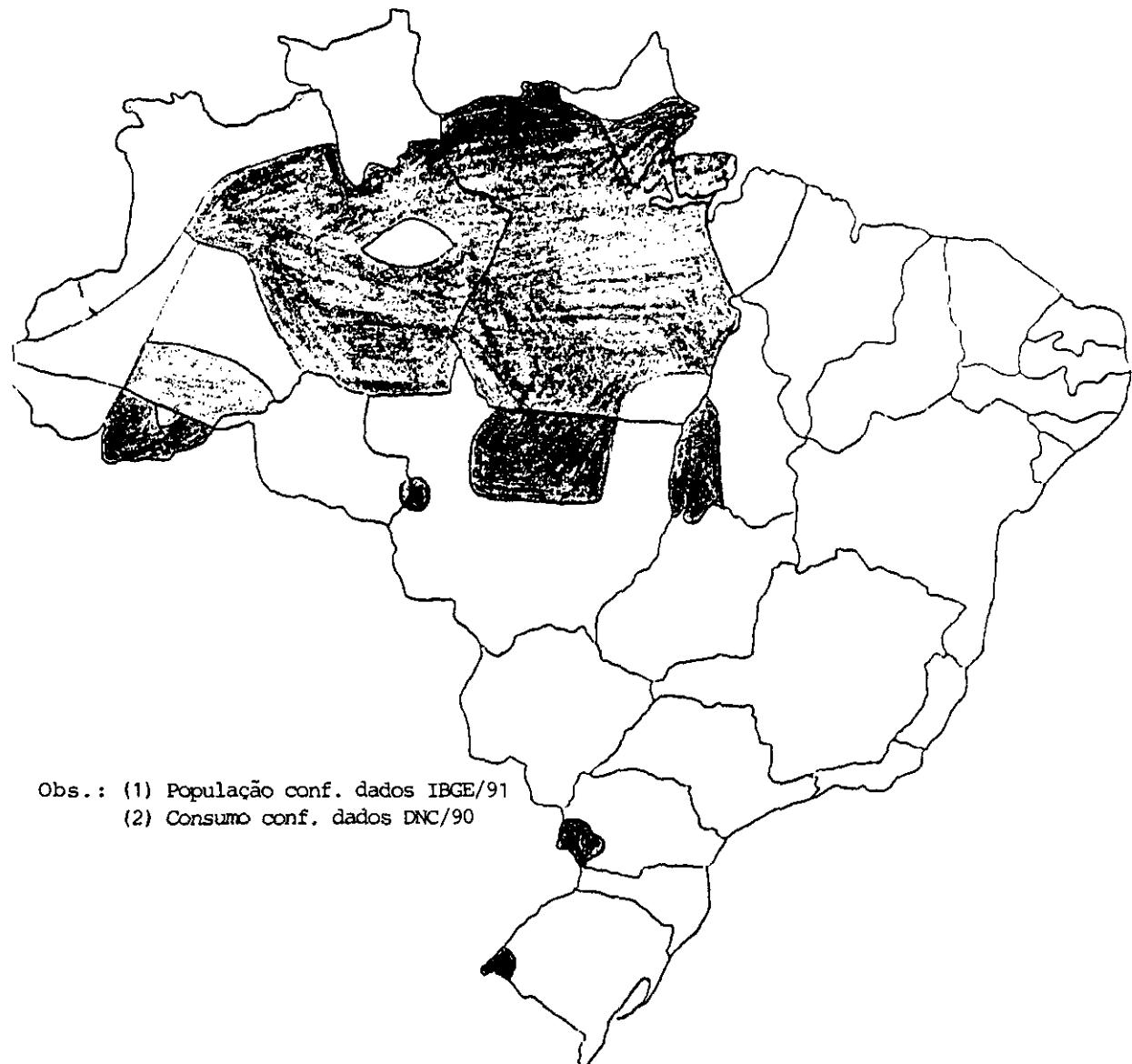
- TABELA RESUMO -

REGISTRO TOTAL POR ANO (EM MILHÕES DE US\$)

	TRANSP. CARGAS	TRANSP. DUTOS	TRANSP. CLP	TRANSP. DER. LIQ.	ALCOOL+TRANSP+SUS.	TOTAL ANO
1985	119,0	49,9	121,0	533,3	627,0	1455,2
1986	156,1	22,7	151,0	711,4	423,0	1421,2
1987	90,5	7,2	253,0	666,8	326,4	1343,9
1988	100,5	4,0	240,2	685,6	397,4	1427,7
1989	165,2	0,8	240,6	692,7	98,6	1097,9
1990	30,2	161,4	279,1	661,5	33,7	1365,9
1991	16,1	7,6	137,5	597,9	352,6	993,7
1992	61,1	54,2	105,2	287,0	546,5	1054
1993 (*)	1,7	7,4	32,5	92,6	127,5	261,7

(*) 1º semestre

QUADRO 03 - A
 MAPA SOBRE O IMPACTO NO PREÇO DE GASOLINA
 (PREÇO ZERO À PARTIR DAS BDP's)



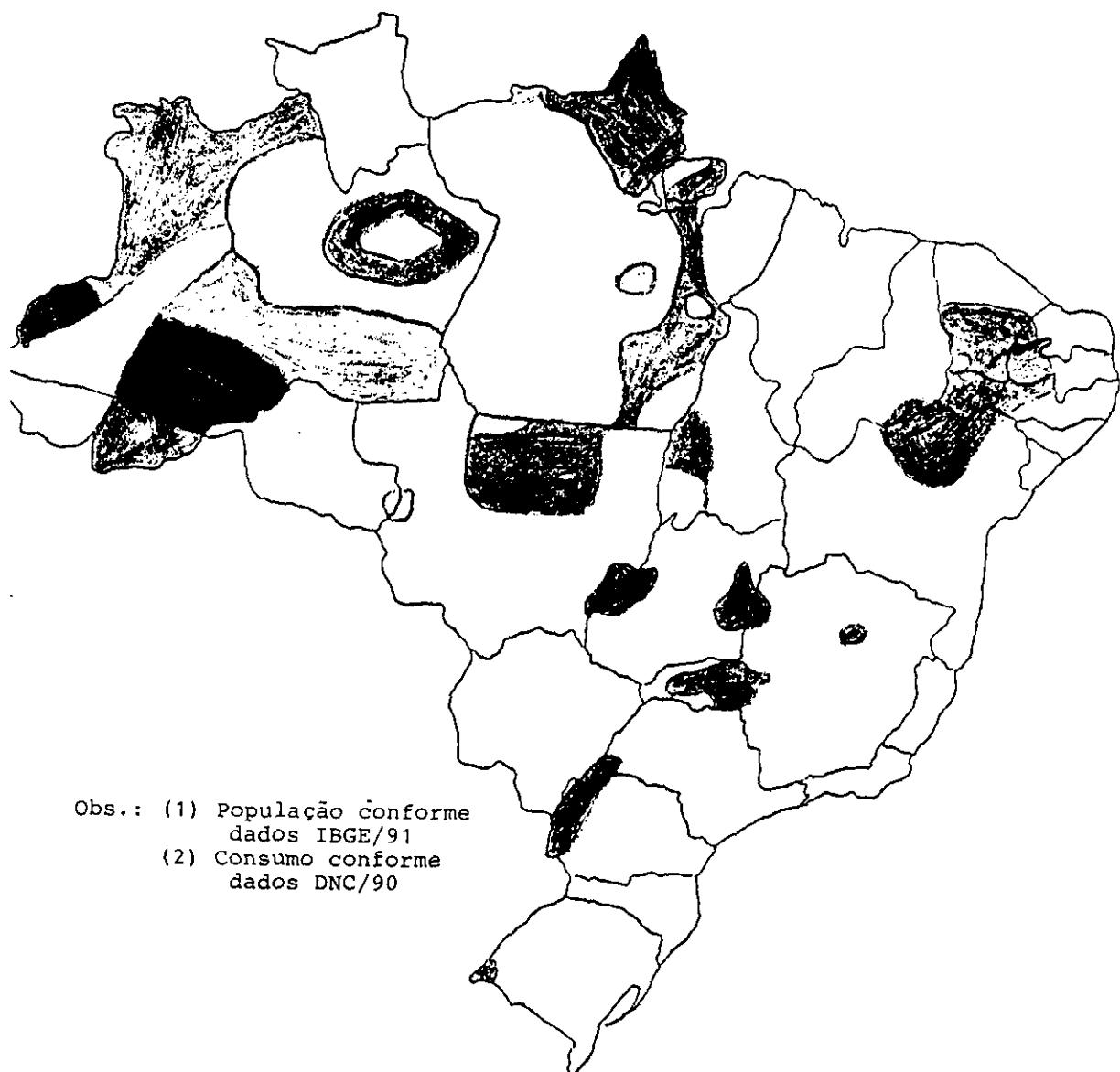
Obs.: (1) População conf. dados IBGE/91
 (2) Consumo conf. dados DNC/90

IMPACTO NO PREÇO (%)	POPULAÇÃO ATINGIDA (1) (Mil hab.)	CONSUMO ANUAL (2) (Mil m ³)	(%)
0,0 a 4,9	139.913,6	8.954,5	98,28
5,0 a 9,9	4.437,8	154,0	1,69
10,0 a 14,9	167,8	0,6	0,01
15,0 a 35,0	175,1	1,9	0,02

QUADRO 03 - B

MAPA SOBRE O IMPACTO NO PREÇO DE ÓLEO DIESEL

(PREÇO ZERO À PARTIR DAS BDP's)



IMPACTO NO PREÇO (%)	POPULAÇÃO ATINGIDA (Mil hab.)	CONSUMO ANUAL (Mil m³)	(%)
0,0 a 4,9	129.505,7	12.865,9	87,09
5,0 a 9,9	13.125,2	1.616,9	10,95
10,0 a 14,9	1.403,5	270,6	1,83
15,0 a 24,9	483,3	12,0	0,08
25,0 a 34,9	42,0	2,7	0,02
35,0 a 45,0	134,6	4,7	0,03

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã, às 9h, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 220, DE 1993

Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 220, de 1993 (n° 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria, com natureza civil, a Agência Especial Brasileira — AEB, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania)

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 6, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 6, de 1993 (n° 162/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção n° 126, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca, adotada por ocasião da 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1966, tendo Parecer favorável, sob n° 400, de 1993, da Comissão

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 3 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 10, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 10, de 1993 (n° 147/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de março de 1991, tendo

Parecer favorável, sob n° 408, de 1993, da Comissão

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h35min.)

ATA DA 234^a SESSÃO, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1993

(Publicado no DCN — Seção II, de 10 de novembro de 1993)

RETIFICAÇÕES

Na página 10343, 1^o coluna, imediatamente após a abertura da sessão, na leitura do Expediente,

Onde se lê:

AVISO DO MINISTRO DA SAÚDE

N° 93, de 5 do corrente,...

Leia-se:

N° 782/93, de 5 do corrente,...

Na página 10350, 1^o coluna, após o Parecer n° 400/93,

Onde se lê:

Parecer n° , de 1993

Leia-se:

Parecer n° 401, de 1993

Na página 10377, 2^o coluna, na leitura e aprovação do Requerimento n° 1.116, de 1993,

Onde se lê:

Requerimento n° 116, de 1993

Leia-se:

Requerimento n° 1.116, de 1993.

Na página 10380, 2^o coluna, exclua-se, após a aprovação do Projeto de Resolução n° 99, de 1993, constante do item 4 da Ordem do Dia, para inclui-lo na página 10381, 1^o coluna, imediatamente após a apreciação do Projeto de Resolução n° 100, de 1993, constante do item 5 da Ordem do Dia, o seguinte:

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 100, DE 1993

Autoriza a Prefeitura Municipal de Três de Maio a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor equivalente, em cruzeiros reais, a CR\$5.509.221.000,00 (cinco milhões, quinhentos e nove milhões e duzentos e vinte um mil cruzeiros) em valores relativos a fevereiro de 1993.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Três de Maio autorizada a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, no valor equivalente em cruzeiros reais a CR\$5.509.221.000,00 (cinco bilhões, quinhentos e nove milhões, duzentos e vinte um mil cruzeiros), em valores relativos a fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A operação de crédito a que se refere o caput deste artigo destina-se ao financiamento de projetos de desenvolvimento institucional e de infra-estrutura urbana.

Art. 2º As condições financeira e básica da operação são as seguintes:

a) **valor pretendido:** o valor equivalente, em cruzeiros reais, a CR\$5.509.221.000,00 a preços de fev/93;

b) **prazo para desembolso dos recursos:** 60 dias;

c) **juros:** 11,00% a.a.;

d) **atualização monetária:** Reajustável pelo IGP-FGV;

e) **garantia:** quotas-parte do ICMS e do FPM;

f) **destinação dos recursos:** Programa Integrado de Melhoria Social;

g) **condições de pagamento:**

— **do principal:** em 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira 12 meses após a primeira liberação;

— **dos juros:** exigíveis trimestralmente na carência e mensalmente na amortização;

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE N° 600, DE 1993

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento do Centro Gráfico do Senado Federal, para o exercício de 1993.

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e tendo em vista o

disposto no artigo 57, § 3º, da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, resolve:

Art. 1º Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento da Unidade 2.102 — Centro Gráfico do Senado Federal, conforme anexos I e II.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 21 de dezembro de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

02.000 - SEN. DO FEDERAL

02.102 - CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

ANEXO I

Em CR\$ 1.000

Quadro de Detalhamento da Despesa - CANCELAMENTO	ESPECIFICAÇÃO	Recursos de Todas as Fontes - FISCAL			TOTAL
		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	
01.007.0023.2025 - Administração e Coordenação dos Serviços Gráficos	01.007.0023.2025/0001 - Manutenção do Centro Gráfico do Senado Federal	3.1.90.09 3.1.90.14	100 100	12.000 4.000	16.000
Total a ser CANCELADO					16.000

02.000 - SENADO FEDERAL

02.102 - CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

ANEXO II

Em CR\$ 1.000

Quadro de Detalhamento da Despesa - SUPLEMENTAR	ESPECIFICAÇÃO	Recursos de Todas as Fontes - FISCAL			TOTAL
		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	
01.007.0023.2025 - Administração e Coordenação dos Serviços Gráficos	01.007.0023.2025/0001 - Manutenção do Centro Gráfico do Senado Federal	3.1.90.16	100	16.000	16.000
Total a ser SUPLEMENTADO					16.000

Brasília 9 de dezembro de 1993



AGACIEL DA SILVA MAIA
PRESIDENTE EXECUTIVO


ANEXO I

02.000 - SENADO FEDERAL

02.102 - CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Em CR\$ 1.000

Quadro de Detalhamento da Despesa - CANCELAMENTO		Recursos de Todas as Fontes - FISCAL			
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
01.007.0023.2025 - Administração e Coordenação dos Serviços Gráficos	3.4.90.36	100	20.000		
01.007.0023.2025/0001 - Manutenção do Centro Gráfico do Senado Federal	3.4.90.39	100	60.000	80.000	
Total a ser CANCELADO					80.000

ANEXO II

02.000 - SENADO FEDERAL

02.102 - CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Em CR\$ 1.000

Quadro de Detalhamento da Despesa - SUPLEMENTAR		Recursos de Todas as Fontes - FISCAL			
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
01.007.0023.2025 - Administração e Coordenação dos Serviços Gráficos					
01.007.0023.2025/0001 - Manutenção do Centro Gráfico do Senado Federal	3.4.90.30	100	80.000	80.000	
Total a ser SUPLEMENTADO					80.000

Brasília 0 de dezembro de 1993



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR EXECUTIVO

ATO DO PRESIDENTE N° 601, DE 1993

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento Fiscal do Senado Federal.

O Presidente do Senado Federal no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 57, § 3º, da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, resolve:

Art. 1º Fica alterado na forma do Anexo, o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento da Unidade 02.101 — Senado Federal, que com este baixa.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Regovam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de dezembro de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

02.000 - SENADO FEDERAL
02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM CR\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA-CANCELAMENTO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	PONTE	DETALHADO	TOTAL
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação dos Serviços Legislativos				
01.001.0001.2021/0002 - Funcionamento do Senado Federal	3.4.90.39	100	50.000.000	50.000.000

RECURSOS DO TESOURO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
50.000.000	50.000.000	50.000.000

02.000 - SENADO FEDERAL
02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM CR\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA-SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	PONTE	DETALHADO	TOTAL
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação dos Serviços Legislativos				
01.001.0001.2021/0002 - Funcionamento do Senado Federal	3.4.90.33	100	50.000.000	50.000.000

RECURSOS DO TESOURO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
50.000.000	50.000.000	50.000.000

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 547, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, tendo em vista o que consta do Proc. nº 021.831/93-9, e de acordo com a Resolução nº 42, de 1993, resolve:

Nomear DIRCEU VENTURA TEIXEIRA, para o cargo de Assessor Legislativo, Nível III, Área de Assessoramento Legislativo, Padrão 42, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Presidente nº 57, de 1993, publicado no **Diário do Congresso Nacional**, Seção II, de 2 de fevereiro de 1993, e no **Diário Oficial** da União, Seção I, de 5 de fevereiro de 1993, observada a ordem de classificação da Área Cinco.

Senado Federal, 10 de novembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 548, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 022.645/93-4, resolve:

Aposentar, voluntariamente, a servidora ELZA CALUMBY TOURINHO VIANA, Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea "a"; e 67, da Lei nº 8.112, bem assim com os arts. 34, § 2º; 37; e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de novembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena** — Presidente.

ATO DE PRESIDENTE Nº 120/92

Que aposentou GERALDO CORREIA BARBOSA, Assessor Legislativo, Parceiro Especial do Quadro Permanente do Senado Federal.

APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato de Aposentadoria, para excluir os arts. 250 da Lei nº 8.112, de 1990, e o art. 517, inciso IV, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 21 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 268/93

Que aposentou AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão V.

APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato de Aposentadoria, para excluir o art. 250 e incluir o art. 192, inciso II da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, 21 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 88, DE 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e na forma do que preceitua o art. 9º do Ato nº 9, de 1987, da Comissão Diretora, resolve:

Art. 1º Designar o servidor do Centro Gráfico do Senado Federal, FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA, para exercer a Presidência da Comissão de Administração do Pecúlio nos eventuais impedimentos da sua titular.

Art. 2º Este Ato entra em vigor nesta data.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de dezembro de 1993. **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 89, DE 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve tornar sem efeito o Ato nº 65, de 1993, publicado no **DCN** Seção II, de 1º de outubro de 1993, que nomeou o senhor JOÃO MARQUES ESTRELA E SILVA para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Raimundo Lira.

Senado Federal, 22 de dezembro de 1993. — **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 90, DE 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve:

Nomear JOÃO MARQUES ESTRELA E SILVA para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Raimundo Lira.

Senado Federal, 22 de dezembro de 1993. — **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 73, DE 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo como que consta do Processo nº 022.349/93-6, resolve:

Exonerar DANIEL REIS DE SOUZA do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador, Luiz Alberto, a partir de 1º de novembro de 1993.

Senado Federal, 9 de novembro de 1993. — **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no **DCN**, (Seção II), de 10-11-93

MESA	LIDERANÇA DO PMDB	Vice-Líder
Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB	Líder Mauro Benevides	Valmir Campelo
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI	Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaca Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor	LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar
2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS	LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas	LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão
1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT	Vice-Líder Jutahy Magalhães	Vice-Líder Áureo Mello
2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC	LIDERANÇA DO PFL Líder Marco Maciel	LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior
3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG	Vice-Líderes Elcio Álvares Odacir Soares	LIDERANÇA DO PDS Líder Esperidião Amin
4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC	LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol	LIDERANÇA DO PDC Líder Epitácio Cafeteira
Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO	LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro	LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon		

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA _ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaca	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

PSDB

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Affonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
		PRN	

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
		PDC	

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
		PDS	

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
		PP	

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
		Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa Anexo das Comissões _ Ramal 4315	

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Sifon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaca	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

Garibaldi A. Filho
Márcio Lacerda
Vago

RN-4382/92
MT-3029

Iram Saraiva
Vago
Vago

GO-3133/34

PFL

Lourival Baptista
João Rocha
Odacir Soares

SE-3027/28
TO-4071/72
RO-3218/19

Dario Pereira
Alvaro Pacheco
Bello Parga

RN-3098/99
PI-3085/87
MA-3069/70

Marco Maciel
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

AM-3197/99
TO-4058/68
SE-3032/33

Hydekel Freitas
Elcio Alvares
Guilherme Palmeira

RJ-3082/83
ES-3131/32
AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

PA-3145/46
CE-3242/43
BA-3171/72

Dirceu Carneiro
Eva Blay
Teotônio V. Filho

SC-3179/80
SP-3117/18
AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto
Affonso Camargo
Jonas Pinheiro

RO-4062/63
PR-3062/63
AP-3206/07

Valmir Campelo
Luiz Alberto Oliviera
Carlos De'Carli

DF-3188/89
PR-4059/60
AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia

RN-3240/41

Nelson Wedekin

SC-3151/53

PRN

Saldanha Derzi
Aureo Mello

MS-4215/16
AM-3091/92

Ney Maranhão
Albano Franco

PE-3101/02
SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira

MA-4073/74

Moisés Abrão

TO-3136/37

PDS

Lucídio Portella

PI-3055/57

Jarbas Passarinho

PA-3022/23

PSB / PT

Eduardo Suplicy

SP-3213/15

José Paulo Bisol

RS-3224/25

PP

Pedro Teixeira

DF-3127/28

Meira Filho

DF-3221/22

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito
Garibaldi A. Filho
Ruy Bacelar
Ronaldo Aragão
César Dias
Mansueto de Lavor
Aluizio Bezerra
Gilberto Miranda
Onofre Quinan

MG-3038/39/40
RN-4382/92
BA-3161/62
RR-4052/53
RO-3064/65/66
PE-3182/83/84
AC-3158/59
AM-3104/05
GO-3148/50

Mauro Benevides
José Fogaca
Flaviano Melo
Cid S. de Carvalho
Juvêncio Dias
Pedro Simon
Divaldo Suruagy
João Calmon
Wilson Martins

CE-3194/95
RS-3077/78
AC-3493/94
CE-3058/59
PA-3050/4393
RS-3230/32
AL-3185/86
ES-3154/56
MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio
Raimundo Lira
Henrique Almeida
Dario Pereira
João Rocha

TO-4058/68
PB-320/02
AP-3191/92/93
RN-3098/99
MA-4071/72

Odacir Soares
Bello Parga
Alvaro Pacheco
Elcio Alvares
Josaphat Marinho

RO-3218/19
MA-3069/70
PI-3085/87
ES-3131/32
BA-3173/75

PSDB				PDC			
Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/7
José Richa	PR-3163/64	Dírcio Carneiro	SC-3179/80		PP		
Mário Covas	SP-3177/78	Vago		Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
PTB				PDS			
Affonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60				
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63	Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos			
PDT				Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546			
PRN							
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18	COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI			
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92				
PDC				(23 Titulares e 23 Suplentes)			
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04	Presidente: Dario Pereira			
PDS				Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24	Titulares			
PP				Suplentes			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90	PMDB			
PT/PSB				Flaviano Melo			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25	Mauro Benevides	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho				Aluízio Bezerra	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341				Onofre Quinlan	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas				Gilberto Miranda	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/44
Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344				Alfredo Campos	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE				Marcio Lacerda	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
(19 Titulares e 19 Suplentes)				Vago	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Presidente: Alfredo Campos							
Vice-Presidente: Hydekel Freitas				PFL			
Titulares				Dario Pereira			
Suplentes				Henrique Almeida	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
PMDB				Elcio Álvares	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53	Bello Parga	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94	Hydekel Freitas	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92		RJ-3082/83	Vago	
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83	PSDB			
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05	Dirceu Carneiro			
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65	Teotônio V. Filho	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
PFL				José Richa	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34	PTB			
Hydekel Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74	Lourenberg N. R.			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201	Marluce Pinto	MT-3035/36	Affonso Camargo	PR-3062/63
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98		RR-4062/63	Vago	
PSDB				PDT			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Lavoisier Maia			
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20		RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
PTB				PRN			
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89	Saldanha Derzi			
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07		MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
PDT				PDC			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75	Gerson Camata			
PRN			ES-3203/04	Moisés Abrão			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215				
PP				TO-3136/37			
Secretário: Celso Parente _ Ramais 3515 e 3516				Lucídio Portella			
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas				PI-3055/56		Esperidião Amin	SC-4206/07
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286					RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CB-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rolemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
		PRN	

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
		PDS	

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
		PP	

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
		PT/PSB	

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
		Secretária: Mônica Aguiar Inocente	

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.